

FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

CLEBER DO COUTO FREITAS JUNIOR

UM OLHAR PARA O PROGRAMA MUNICIPAL DE INCENTIVO À CULTURA
DE UBERLÂNDIA - MG

SÃO PAULO

2020

Cleber do Couto Freitas Junior

UM OLHAR PARA O PROGRAMA
MUNICIPAL DE INCENTIVO À CULTURA
DE UBERLÂNDIA - MG

Dissertação apresentada ao curso Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais e Fundação Perseu Abramo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Me. Lucas Bernasconi Jardim

São Paulo

2020

Ficha Catalográfica

JUNIOR, Cleber do Couto Freitas

Um olhar para o Programa Municipal de Incentivo à Cultura de Uberlândia - MG / Cleber do Couto Freitas Junior. São Paulo: FLACSO/FPA, 2020.

101 f.:il

Dissertação (Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas), Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas, 2020.

Orientador: Prof. Me. Lucas Bernasconi Jardim

Cleber do Couro Freitas Junior

Um olhar para o Programa Municipal de
Incentivo à Cultura de Uberlândia - MG

Dissertação apresentada ao curso
Maestría Estado, Gobierno y Políticas
Públicas, Faculdade Latino-Americana
de Ciências Sociais, Fundação Perseu
Abramo, como parte dos requisitos
necessários à obtenção do título de
Magíster en Estado, Gobierno y Políticas
Públicas.

Aprovada em 28 de janeiro de 2020.

Prof. Me. Lucas Bernasconi Jardim
FLACSO Brasil/FPA

Prof. Dr. Alexandre Lalau Guerra
FLACSO Brasil/FPA

Profa. Dra. Aline Yuri Hasegawa
UFABC

Profa. Ma. Andréa Bárbara Lopez de Azevedo
UNICAMP

À Hozana, Maria Altina, Dona Santa, Leila, Iyá Ifatoki e Grazi: as seis mulheres de minha vida, mulheres potentes.

AGRADECIMENTOS

À turma do mestrado e professores. Ao Lucas Jardim, meu orientador.
Aos professores membros da banca, pela disposição em participar. À equipe da Flacso e da FPA.

RESUMO

Esta dissertação trata do Programa Municipal de Incentivo à Cultura (PMIC) de Uberlândia-MG. Através da pesquisa bibliográfica e documental, este trabalho lança olhares sobre o impacto do histórico de desafios das políticas culturais no Brasil a partir do desenho institucional do Programa. Com o uso da metodologia qualitativa, utiliza dados secundários extraídos do Arquivo Público de Uberlândia e do site da prefeitura do município, a fim de evidenciar os momentos de implementação, desenvolvimento e atualidade da política cultural estudada, mapeando assim as potencialidades da economia da cultura local por meio dos fluxos de incentivo financeiro dos mecanismos de financiamento do Fundo Municipal de Cultura (FMC) e Incentivo Fiscal (IF), que compõem o PMIC.

Palavras Chaves: Política Pública, Cultura, Política Cultural, Programa Municipal de Incentivo à Cultura, Produção Cultural.

SUMMARY

This dissertation concerns the Municipal Cultural Incentive Program (PMIC) in Uberlândia-MG. Through bibliographic research, this work looks at the impact of the history of cultural policy challenges in Brazil on the institutional design of the Program. Using qualitative methodology, it uses secondary data extracted from the Public Archive of Uberlândia and the city hall's website, in order to highlight the moments of implementation, development and timeliness of the cultural policy, aiming to map the potential of the local culture economy through the financial incentive flows of the financing mechanisms of the Municipal Culture Fund (FMC) and Fiscal Incentive (IF), which are PMIC tools.

Key words: Public Policy, Culture, Cultural Policy, Incentive Program for Municipal Culture, Cultural Production.

LISTA DE SIGLAS

Análise Exploratória de Dados Espaciais (AEDE)

Arquivo Público Municipal (APM)

Centro de Artes e Esportes Unificados (CEU)

Comissão de Avaliação e Seleção (CAS)

Conselho Municipal de Cultura (CMC)

Conselho Municipal de Políticas Culturais (CMPC)

Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial da cidade de Uberlândia (COMPIR)

Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Uberlândia (COMPHAC)

Fundação Nacional de Arte (Funarte)

Fundo Municipal de Cultura (FMC)

Incentivo Fiscal (IF)

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)

Ministério da Cultura (MinC)

Orçamento Participativo (OP)

Potencial de Desenvolvimento Cultural (PDC)

Programa Municipal de Incentivo à Cultura (PMIC)

Secretaria Municipal de Cultura de Uberlândia (SMC)

Sistema Nacional de Cultura (SNC)

Obs: Programa no texto se equivale à Programa Municipal de Incentivo à Cultura (PMIC)

SUMÁRIO

I. INTRODUÇÃO	13
2. PMIC NO BRASIL: UM HISTÓRICO DE DESAFIOS	15
2.1 O CARÁTER TARDIO DAS POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL: PMIC, UMA POLÍTICA DO SÉCULO XXI	19
2.2 A CONSTITUIÇÃO DE 1988: UM MARCO LEGAL PARA A FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS NA PERSPECTIVA DA PLURALIDADE E DIVERSIDADE DE FORMAS DE VIDA	24
2.3 IMPACTO DAS LEIS DE INCENTIVO FISCAL NOS MUNICÍPIOS	28
2.4 A POLÍTICA CULTURAL NO LULISMO: CRIAÇÃO DE MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO POPULAR	34
2.5 CONSIDERAÇÕES ACERCA DO IMPACTO HISTÓRICO DAS POLÍTICAS CULTURAIS NO PMIC	38
3 PERCURSOS METODOLÓGICOS	40
4 OS CICLOS DE VIDA DO PMIC	49
4.1 PRIMEIRO CICLO: INÍCIO DO PMIC	49
4.2 SEGUNDO CICLO: CONSOLIDAÇÃO	56
4.3 TERCEIRO CICLO: FORTALECIMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL	59
4.4 QUARTO CICLO: APRIMORAMENTO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	62
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	69
7 ANEXOS	71

1 INTRODUÇÃO

Através do estudo da ação das políticas públicas culturais, escolhemos como enfoque analítico o Programa Municipal de Incentivo à Cultura (PMIC) da cidade de Uberlândia-MG. Nosso objetivo é problematizar as potencialidades da economia da cultura e a diversidade artístico-cultural do Município de Uberlândia. Para isso faremos uma análise dos meios legais e das legislações disponíveis criadas para organizar e estimular a cultura através do Programa, assim como uma análise dos recursos em seus quinze anos de duração, de acordo com o recorte temporal do levantamento de dados da pesquisa realizada no primeiro semestre de 2019 no Arquivo Público de Uberlândia e no site da prefeitura. Nossa hipótese é a de que com isso poderemos lançar luzes nas múltiplas possibilidades de ação da rede da cadeia produtiva local a assim percebermos as frutíferas potencialidades da economia da cultura no desenvolvimento do município e na geração de emprego e renda.

A Secretaria Municipal de Cultura (SMC) de Uberlândia celebrou os quinze anos do PMIC com a inauguração de um espaço na nova sede do Arquivo Público Municipal da rua Ceará, no bairro Custódio Pereira, zona leste do município. O espaço representa um marco na história do Programa, que passa a contar com a salvaguarda da preservação dos produtos culturais incentivados e com o histórico dos documentos oficiais produzidos pelos poderes Legislativo e Executivo.

De acordo com a secretária de cultura Mônica Debs, durante o seu pronunciamento oficial na inauguração do espaço que ocorreu na quinta-feira do dia 13 de setembro de 2018 no próprio Arquivo Público, a criação do espaço veio de uma forte preocupação de que pudesse se perder de alguma forma o material produzido que estava guardado em um armário dentro do prédio administrativo da Prefeitura. Com a ampliação do Arquivo Público Municipal foi possível a criação do espaço próprio do PMIC no ambiente específico para a preservação.

A criação do espaço coincidiu com a data simbólica de quinze anos de duração do PMIC, que foi criado em 2003 pelo então prefeito Zaire Rezende, partido de oposição ao grupo político de Mônica Debs, atual secretária de cultura (2017-2020), que também geriu a pasta de 2005 a 2012, de acordo com sua fala na cerimônia de inauguração:

a importância disso não é ter um cantinho para guardar os produtos culturais, é muito mais que isso, pois agora tanto os produtos realizados durante os quinze anos, como os novos e futuros produtos culturais terão a guarda permanente do município, possibilitando acesso do que foi produzido para as futuras gerações e dando oportunidade para a produção de pesquisa científica, educacional e cultural¹.

A secretária destacou que para ela a inauguração do espaço foi tão importante quanto o fazer cultural do município, pois a partir de então seria garantida a preservação constitucional de parte relevante da cultura desenvolvida na cidade. O acervo com toda a produção material está organizado com um número de identificação e ficará disponível com uma televisão, um equipamento de DVD, um videocassete, um som e uma pasta com o histórico dos documentos oficiais para as pessoas interessadas em conhecer, consultar e pesquisar.

Entretanto, nem tudo aquilo que foi produzido pelo incentivo financeiro é acessado no arquivo, como por exemplo os shows, performances, espetáculos cênicos, ou seja, as produções culturais que não geraram um material (Cds, livros, fotografias), essas são possíveis de serem conhecidos apenas nos registros dos documentos históricos como por exemplo as listas de projetos aprovados que constam no diário oficial. Isso não exclui a relevância de termos conhecimento, muitos desses projetos foram referências para a vida cultural da cidade, como por exemplo o Projeto Arte na Praça, que promovia circulação de música local e nacional nos domingos na Praça Sérgio Pacheco.

¹ Fala gravada e transcrita pelo autor.

Boa parte das fontes de pesquisa utilizada para esta análise foi extraída desse novo acervo, assim como os pronunciamentos do dia do lançamento do arquivo que celebrou o aniversário do Programa foram relevantes para se analisar os discursos em torno do PMIC. No acervo, encontramos leis e decretos que regem o PMIC e o Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC), desde as de 2003 até 2017, Instruções Normativas, cópias de Diários Oficiais (que contém o resultado dos Editais), os Editais PMIC, as primeiras cartilhas de orientação do Programa na fase de formulação e implementação.

Em consonância com a comemoração dos quinze anos de PMIC em 2018, buscamos lançar um olhar para o Programa a partir desses documentos, com o cruzamento de dados disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Uberlândia, como por exemplo o Cadastro de Inadimplentes e os relatórios de prestação de contas de projetos aprovados.

A ação protetiva em prol da preservação do patrimônio cultural com o acervo do Programa no arquivo público passa a garantir a integridade dos produtos culturais incentivados pelo PMIC, assim como a salvaguarda institucional da memória das expressões, das celebrações, dos modos de criar, fazer e viver das produções culturais incentivadas na segunda maior cidade do interior de Minas Gerais.

De acordo com dados do IBGE, no ano 2000, Uberlândia era a 26ª cidade do Brasil em relação ao mercado de trabalho cultural: o município criou a Secretaria de Cultura em 1984, antes mesmo da criação do Ministério da Cultura, ocorrida no ano seguinte. Desde sua fundação, a Secretaria foi responsável pela abertura de relevantes espaços tais como a Oficina Cultural, a Casa da Cultura, o Museu Municipal, o Mercado Municipal, o teatro Rondon Pacheco e o Teatro Municipal, além de tombarem diversos outros bens materiais e imateriais. Ao todo, já foram executados mais de quinhentos projetos incentivados através do Programa Municipal de Incentivo à Cultura desde sua fundação.

No entanto, existem poucas reflexões sistematizadas acerca das políticas públicas culturais, em especial sobre o PMIC em Uberlândia, que merece a nossa atenção com a percepção de que o Programa influencia positivamente na economia, na geração de emprego e renda e na manutenção da diversidade cultural, podendo ser modelo para outros municípios que são carentes de políticas públicas culturais. Ao analisarmos as fontes, identificamos possibilidades de avanços nesta política, e assim esta pesquisa pretende colaborar de forma científica com o PMIC no âmbito da análise da gestão de política pública, contribuindo com uma reflexão capaz de aperfeiçoá-lo.

A seção “PMIC no Brasil: um histórico de desafios” dialoga com parte da bibliografia consultada na pesquisa bibliográfica sobre as políticas culturais no Brasil, a partir de um histórico de desafios, abordamos os impactos desses movimentos no desenho do Programa. São temas analisados nesta seção o caráter tardio das políticas culturais no Brasil; a Constituição de 1988; a Influência das Leis de Incentivo Fiscal e a política cultural dos governos Lula e Dilma, com a criação de mecanismos de participação popular.

Na parte metodológica, apontamos que realizamos uma pesquisa bibliográfica sobre as políticas culturais no Brasil e uma pesquisa bibliográfica sobre o PMIC. Nesta última, em especial, encontramos poucas referências, o que levou à necessidade de valorizarmos os documentos “secundários” encontrados no Arquivo Público Municipal, que foram então sistematizados em gráficos de volume de recursos apresentados na última seção do texto. Esta trata dos ciclos de vida do PMIC, divididos em quatro momentos de acordo com os atores, restrições, desenvolvimento e resultados próprios de cada período.

2 PMIC NO BRASIL: UM HISTÓRICO DE DESAFIOS

Este primeiro capítulo trata do histórico de desafios das políticas culturais no Brasil e mostra como essa experiência nacional influenciou o formato do Programa Municipal de Incentivo à Cultura (PMIC), vinculado à Secretaria Municipal de Cultura (SMC), de Uberlândia/MG.

A cidade de Uberlândia é localizada no extremo oeste do estado de Minas Gerais, região do Triângulo Mineiro. Uberlândia é um “trevo” rodoviário, sendo rota de rodovias federais, estrategicamente localizada no centro do país, recebe diariamente pessoas de todas as regiões do Brasil, sendo reconhecida como pólo de logística.

A Secretaria Municipal de Cultura (SMC) conta com um quadro de servidores de aproximadamente 270 pessoas que atuam nas seguintes frentes de trabalho: Proteção das Manifestações Culturais Populares; Preservação e manutenção do Patrimônio Histórico e Cultural, incluindo os bens materiais e imateriais; Implementação das atividades do Arquivo Público Municipal e do Museu Municipal; Apoio Logístico aos eventos artístico-culturais da comunidade, através do Palco Móvel (Palco Ambulante); abertura dos Equipamentos Culturais para uso da comunidade – uso das Galerias de Arte, do Teatro Municipal, da Sala Roberto Rezende da Oficina Cultural e da própria Oficina através de editais; assim como os Conselhos vinculados ao órgão: Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Cultural de Uberlândia (COMPHAC), Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial da cidade de Uberlândia (COMPIR) e Conselho Municipal de Políticas Culturais (CMPC).

Uberlândia possui mais de seiscentos mil habitantes segundo IBGE (2018), sendo a segunda maior cidade de Minas Gerais; possui aeroporto de médio porte, uma Universidade Federal com mais de 30 unidades acadêmicas, possui parque industrial diversificado; conta com rede hoteleira especializada em receber turismo empresarial e parques urbanos com finalidade de

conservação e lazer. Além disso, possui diversos equipamentos culturais, tais como: Arquivo Público Municipal; Banda Municipal; Biblioteca Municipal; Casa da Cultura; Centro de Artes; Escola Municipal Cidade da Música; Conservatório Estadual de Música; Centro de Artes e Esportes Unificados (CEU); Galerias de Artes; Mercado Municipal; Museu Municipal e Teatro Municipal.

A cidade tem o segundo PIB de Minas Gerais e ocupa uma posição intermediária quanto ao Potencial de Desenvolvimento Cultural (PDC), índice apresentado durante o Seminário de Economia Mineira em 2010. A pesquisa sobre o potencial de desenvolvimento da cultural nas microrregiões de Minas Gerais é feita a partir da Análise Exploratória de Dados Espaciais (AEDE) sobre a Economia da Cultura. O estudo aponta que Belo Horizonte tem o maior PDC, enquanto Juiz de Fora se destaca por ter o segundo maior PDC possuindo o terceiro maior PIB. (NETO et al. 2010)

De acordo com Neto e colaboradores (2010), nota-se que microrregiões como Ouro Preto, Diamantina e São João Del Rei, reconhecidas pelo grande acervo patrimonial histórico-cultural, tem PDCs baixos; Uberlândia, Barbacena e Ipatinga, microrregiões de destaque econômico no Estado, também possuem baixos PDCs. Para os autores esse fato pode ser explicado por diversas razões, mas podem ser destacadas segundo eles: a) por se tratarem de microrregiões e não dos municípios propriamente dito; b) as variáveis utilizadas não retratam a riqueza econômica propriamente dita e tampouco o patrimônio histórico-cultural em si.

Segundo um estudo de análise estatística de projetos apresentados, aprovados e incentivados, classificados por áreas culturais, regiões de planejamento e municípios, sobre a Lei Estadual de Incentivo à Cultura de Minas Gerais, no período 1998-2001, a região que registrou a maior taxa de crescimento no número de projetos apresentados foi o Triângulo Mineiro, que, a cada ano, elevou, em média, esse número em 48,2%, impulsionado sobretudo pelo município de Uberlândia. O município que apresentou mais projetos no período foi Belo Horizonte, com 2.201 projetos inscritos, o que representa 71,2% da demanda potencial. Em seguida aparece Uberlândia, que

concentrou 83 dos 100 projetos apresentados pelo Triângulo Mineiro. Os municípios com maior número de projetos aprovados foram Belo Horizonte, Uberlândia, Juiz de Fora, Ouro Preto, Ipatinga, Montes Claros e Cataguases, nessa ordem (TÔRRES et al. 2002).

Se levarmos em conta que Minas Gerais possui mais de oitocentos municípios, Uberlândia se destaca entre as primeiras cidades que mais apresentaram projetos entre 1998 e 2001 (nos anos que antecedem a criação do Programa Municipal de Incentivo à Cultura), dos 100 projetos na região do Triângulo Mineiro 83 foram de Uberlândia, o que reforça o indício de que o PDC da cidade se apresenta baixo devido a análise ser feita com dados das microrregiões e não dos municípios propriamente ditos.

Diferentemente, esta dissertação busca lançar olhar para um potencial de desenvolvimento cultural que parte de um único município para analisar como o sentido da política cultural de um programa específico - que nasce em um contexto histórico singular e que carrega em si influências do desenvolvimento das políticas culturais nacionais - impacta no estímulo à diversidade cultural e na formação da memória coletiva na cidade em que ocorre a situação-problema.

O PMIC dispõe de influências do histórico de desafios das políticas culturais do Brasil quando analisado à luz do aporte teórico realizado com a revisão bibliográfica que trata das políticas culturais no país. Quais são essas influências? Elas foram organizadas metodologicamente em quatro sessões diferentes. Sendo elas: 1) Caráter tardio das políticas culturais no Brasil: PMIC, uma política do século XXI; 2) A Constituição de 1988: um marco legal para a formulação de políticas públicas culturais na perspectiva da pluralidade e diversidade de formas de vida; 3) Influência das Leis de Incentivo Fiscal e 4) A política cultural no lulismo: criação de mecanismos de participação popular.

2.1 CARÁTER TARDIO DAS POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL: PMIC, UMA POLÍTICA DO SÉCULO XXI

O caráter tardio se expressa na data de criação da SMC, que foi a primeira a ser criada no interior de Minas Gerais, fundada em 1984, um ano antes da fundação do Ministério da Cultura (Minc) e na data de implementação do PMIC, em 2003, já no século XXI.

Conforme esclarece Rubim (2007, p.14) o caráter tardio das políticas culturais no Brasil se configura como uma primeira tradição em decorrência de seu perfil autoritário e elitista. Em suas palavras:

a oligárquica república brasileira dos finais do século xix até os anos 30 também não teve condições de forjar um cenário propício para o surgimento das políticas culturais nacionais. Apenas foram realizadas ações culturais pontuais, em especial, na área de patrimônio, preocupação presente em alguns estados. Nada que possa ser tomado como uma efetiva política cultural.

Somente a partir de 1930 inicia-se um passo importante para o pensamento das primeiras políticas públicas culturais, em que a cultura foi percebida como elemento de integração nacional. Com Getúlio Vargas, foram criados os primeiros órgãos federais de cultura, como o Serviço Nacional do Livro, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e o Ministério da Educação e Saúde, do qual de 1934 a 1945 esteve à frente Gustavo Capanema, que aglutinou representantes de setores da cultura brasileira, cinema, literatura, música etc, entre eles Carlos Drummond de Andrade, Cândido Portinari, Mário de Andrade e Oscar Niemeyer.

Por esse viés interpretativo as políticas culturais no Brasil ainda não completaram 100 anos de existência. Vale ressaltar que estamos tratando de políticas culturais e não da manifestação cultural em si que é inerente aos seres humanos. Para nossa análise, o que vale pontuar é que o PMIC criado em 2003, ou seja, já no século XXI, nasce em um contexto que herda um histórico de desafios.

Chauí (1995, p. 81), destaca quatro modalidades no Brasil de relações do Estado com a cultura arraigadas na desigualdade social que constituem

esses desafios que estão relacionados ao caráter tardio das políticas culturais no Brasil :1) Liberal; 2) Estado autoritário; 3) Populista e 4) Neoliberal.

1. A liberal, que identifica cultura e belas-artes, estas últimas consideradas a partir da diferença clássica entre artes liberais e servis. Na qualidade de artes liberais, as belas-artes são vistas como privilégio de uma elite escolarizada e consumidora de produtos culturais.
2. A do Estado autoritário, caracterizada pela censura e repressão, o Estado se coloca como produtor oficial de cultura e censor da produção cultural da sociedade civil.
3. A populista, que manipula uma abstração genericamente denominada cultura popular, entendida como produção cultural do povo e identificada com o pequeno artesanato e o folclore, isto é, com a versão popular das belas-artes e da indústria cultural.
4. A neoliberal, que identifica cultura e evento de massa, consagra todas as manifestações do narcisismo desenvolvidas pela mídia de massa, e tende a privatizar as instituições públicas de cultura deixando-as sob a responsabilidade de empresários culturais.

Podemos perceber que a desigualdade social atravessa a história das políticas públicas de cultura e é elemento intrínseco das quatro modalidades. Na primeira (liberal), ao eleger o belo elitizado em detrimento do resto inculto, ou seja, o belo de uma minoria branca, europeia, em detrimento de uma maioria africana, indígena, negra. A segunda (do Estado autoritário) por forçar de cima para baixo um modelo oficial pautado pela mesma desigualdade racial e estrutural da primeira modalidade. A terceira (populista) ao reduzir, limitar na versão liberal a cultura popular por meio da folclorização com interesses da indústria cultural. Por fim, a quarta (neoliberal), privatizante que acaba com instituições públicas de cultura ou as tornam submetidas aos interesses do mercado, criando valores de competitividade, reforçando assim a desigualdade social ao promover uma “acumulação do capital que não necessita incorporar mais pessoas ao mercado de trabalho e de consumo, operando com o desemprego estrutural” (CHAUÍ 1995, p. 78).

Em síntese o desafio do caráter tardio está relacionado por Rubim (2007), há um longo momento de ausência da política pública cultural. Para ele: Ausência, Autoritarismo e Insuficiência são três momentos da política pública cultural no Brasil que podem ser pensadas de forma bastante resumida com o acionamento das expressões: autoritarismo, caráter tardio, descontinuidade, desatenção, paradoxos, impasses e desafios.

O colonialismo é a ausência. Com o fim da Monarquia e o começo da República, o autoritarismo impõe como será a cultura institucional, momento em que emergem as questões nacionais, em esquemas teleológicos, idealistas sobre uma suposta identidade nacional, enquanto as diversidades e desigualdades viviam o lugar comum ao resistirem ao autoritarismo das primeiras repúblicas e ao golpe de 1964. A ditadura ataca opositores de forma violenta, censura e prisões marcam o direito de expressão da arte.

Calabre (2006, p. 1, 2) chama a atenção para o fato de que o período que vai de meados dos anos de 1960 até o final da década de 1970 deve ser considerado como um momento importante do governo federal sobre a cultura, sobretudo com a ação do CFC, que tem como atribuições previstas na legislação:

formular a política cultural nacional; articular-se com os órgãos estaduais e municipais; estimular a criação de Conselhos Estaduais de Cultura; reconhecer instituições culturais; manter atualizado o registro das instituições culturais; conceder auxílios e subvenções; promover campanhas nacionais e realizar intercâmbios internacionais (CALABRE, 2006, pp. 1-2).

O CFC do Estado autoritário entende a cultura enquanto política de governo como uma área estratégica por ser um dos elementos que podem assegurar a segurança nacional. Ainda segundo Calabre (2006, p. 11), verifica-se que:

na percepção do CFC, a cultura era uma área estratégica para as políticas de governo, principalmente tendo em vista ser esta um dos elementos garantidores da segurança nacional. As propostas do órgão estão voltadas

para uma definição de cultura nos padrões eruditos, sem descartar as contribuições mais diversas para a formação do caráter do “ser brasileiro” (CALABRE, 2006, p. 11).

Assim, o Estado se coloca como produtor oficial de cultura e promove censura para parte da produção cultural da sociedade civil que não atende aos seus interesses ideológicos. Entretanto, o caráter tardio não se desvincula do aspecto do Estado autoritário, que foi responsável por conceber importantes órgãos federais no governo Vargas e no período da ditadura militar, de iniciativas de formulação de políticas culturais como a exemplo a criação do Conselho Federal de Cultura (CFC), em 1966 e da Funarte (Fundação Nacional de Arte) em 1975. Conforme descreve Fernandes (2013, p. 174):

é possível identificar três frentes de atuação governamental no âmbito da cultura no período da ditadura: uma, de censura a determinado tipo de produção cultural considerada de oposição ao governo ou nociva à cultura nacional; outra, de investimento em infraestrutura em telecomunicações – ações que se coadunam com o projeto de modernização do país e com as políticas de integração e segurança nacional, mas que também favoreceram a consolidação da indústria cultural no país; e a terceira, de criação de órgãos governamentais destinados a planejar e implementar a política cultural oficial.

Fernandes (2013, p. 190) argumenta, portanto, que a censura, o investimento em infraestrutura e a criação de órgãos estatais traçaram a forma de atuação dos governos militares. Novamente em suas palavras:

Na política cultural dos governos militares, delinearam-se três grandes formas de atuação: censura, investimento em infraestrutura e criação de órgãos estatais. Observadas em bloco, essas formas atenderam tanto aos interesses dos militares quanto aos da indústria cultural, em expansão. Na primeira forma de atuação, a censura promoveu o fechamento do mercado de bens culturais ao produtores de esquerda, cumprindo assim, o papel de saneamento ideológico pretendido pela “segurança nacional”.

Assim, coexiste na política cultural deste período a ação do Estado enquanto censura e enquanto estímulo à produção cultural: de um lado, os investimentos em infraestrutura, em telecomunicações e a criação de órgãos estatais que geram as possibilidades de uma produção cultural nacionalmente integrada; de outro, estes mesmos órgãos estabelecem critérios do que circula ou não, censurando as produções que não estivessem politicamente alinhadas com o Estado autoritário.

Esse contexto de perseguição ideológica pretendido pela “segurança nacional”, com o Estado atuando como censor daquilo que não o convém, faz com que a Constituição de 1988 seja um marco não só para a instauração legal da democracia e da liberdade de expressão, mas também de forma a ampliar as possibilidades para a formulação de políticas públicas culturais nos municípios, Estados e na esfera federal.

2.2 A CONSTITUIÇÃO DE 1988: UM MARCO LEGAL PARA A FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS NA PERSPECTIVA DA PLURALIDADE E DIVERSIDADE DE FORMAS DE VIDA

As primeiras Constituições do Brasil foram criadas com a insuficiente participação da maioria da população nas questões de Estado, em um processo histórico feito na lógica da exploração e exclusão social, que não privilegiou a diversidade cultural e, de forma geral, não criou política pública cultural como um meio econômico para minimizar as desigualdades sociais através de mecanismos de circulação e distribuição de renda.

Do extenso período de nosso desenvolvimento cultural, entre o período colonial e as Constituições que regeram o Brasil republicano, seja na Primeira República, no Governo Militar, ou na recente e ameaçada democracia de hoje, apontamos que a Constituição de 1988 concebe um marco legal para a formulação de políticas públicas culturais na perspectiva da pluralidade e

diversidade de formas de vida, marcando o início de grandes avanços, de um lado, e de insuficiência, por outro.

Lima e Costa (2018) apontam que a percepção de cultura como um direito transborda a perspectiva da manifestação estética, sendo também ao mesmo tempo, identitária, cidadã, instrumento de geração de emprego e renda e reivindicação política. Portanto, observa-se o quanto foi fundamental a elaboração da atual Constituição Federal para a organização e implementação dos direitos e garantias fundamentais para o fazer cultural.

A Constituição Federal (BRASIL, 1988) delinea a cultura como “todos os modos de viver, fazer e criar” (art. 216). De acordo com o Indicador de Desenvolvimento da Economia da Cultura do Ipea:

A Constituição Federal de 1988 colocou, pela primeira vez, os direitos culturais no rol dos direitos fundamentais e os relacionou aos princípios do desenvolvimento, do respeito à diversidade e da valorização das culturas formadoras da sociedade brasileira, portanto, do patrimônio simbólico que confere lastro à criatividade e ao desenvolvimento nacional.

Assim, a Constituição Federal de 1988 se opõe às constituições anteriores, todas de caráter menos plural e democrático, nas quais a cultura, quando aparece, é entendida no geral como uma produção das elites a ser levada para o povo, não como elemento formador da sociedade ou um direito fundamental do cidadão conforme o quadro a seguir. A cultura aparece na Constituição de 1988 como um compromisso, textualmente contemplando os agentes culturais nacionais e o equilíbrio entre democracia, constituição, governo e políticas públicas culturais.

O **Quadro 1** elaborado pelo Ipea (2010) apresenta um resumo da presença da cultura em dispositivos da Constituição de 1988:

Quadro 1 A Cultura na CF/88

CAPÍTULO	TÍTULO	ARTIGO	CONTEÚDO
----------	--------	--------	----------

Direitos e garantias fundamentais	Manifestação dos direitos individuais e de liberdades e direitos autorais	Art. 5, incisos IX, XXVII, XXVIII e LXXII	Livre expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença dos direitos do autor.
Organização do Estado	Distribuição de competências e como objeto de proteção por ação popular	Art. 23, incisos III, IV e V Art. 24, inciso IX	Proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos; impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural; proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência.
Organização do Estado	Distribuição de competências e como objeto de proteção por ação popular	Art. 24, inciso IX	Compete à União, aos estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: educação, cultura, ensino e desporto; a União estabelece normas gerais.
Capítulo 4 – ciência e tecnologia	Título VIII – capítulo da ordem social, do primado do trabalho e com o objetivo de bem-estar e justiça social	Art. 219	O mercado interno integra o patrimônio nacional e será incentivado de modo a viabilizar o desenvolvimento cultural e socioeconômico, o bem-estar da população e a autonomia tecnológica do país, nos termos de lei federal.
Capítulo 5 – comunicação social	Título VIII – capítulo da ordem social, do primado do trabalho e com o objetivo de bem-estar e justiça social	Art. 220, § 2º e § 3º	A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.
Capítulo 5 – comunicação social	Título VIII – capítulo da ordem social, do primado do trabalho e com o objetivo de bem-estar e justiça social	Art. 221	A produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios: <ul style="list-style-type: none"> • preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas; • promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação; • regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei; e

			<ul style="list-style-type: none"> • respeito aos valores éticos e sociais, da pessoa e da família.
Capítulo 7 – família, criança, adolescente e idoso	Título VIII – capítulo da ordem social, do primado do trabalho e com o objetivo de bem-estar e justiça social	Art. 227	É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.
Capítulo 8 – dos índios	Título VIII – capítulo da ordem social, do primado do trabalho e com o objetivo de bem-estar e justiça social	Art. 231	São reconhecidos aos índios sua organização social, seus costumes, suas línguas, suas crenças e suas tradições e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

Fonte: IPEA, 2010. Indicador de Desenvolvimento da Economia da Cultura

O texto identifica que o Estado tem a função de prover as condições necessárias para o acesso aos meios de produção e fruição cultural. Coloca a cultura como direito humano fundamental e estabelece as competências entre União, estados e municípios – que passam a ser considerados ente federados. Essa nova conjuntura política contribuiu para a ampliação da ação dos governos locais sobre as atividades culturais, como exemplo o PMIC.

Reconhece que o mercado interno integra o patrimônio nacional e será incentivado, de modo a viabilizar o desenvolvimento cultural e socioeconômico, o bem-estar da população e a autonomia tecnológica do país; e em contrapartida, o reconhecimento da importância da promoção da cultura nacional e regional, do estímulo à produção independente que objetive sua divulgação e da regionalização da produção cultural e artística. De acordo com o Ipea (2010), esses são elementos relevantes na discussão do desenvolvimento cultural no texto constitucional.

A expressão *direitos culturais* aparece de forma inédita na história do constitucionalismo brasileiro, que nos traz à tona a dimensão cidadã da cultura que se fundamenta no princípio de que os direitos culturais são parte integrante dos direitos humanos, sendo dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente acesso à cultura. A esse respeito a CF/88 é explícita: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais” (art. 215).

Nesse sentido o PMIC é respaldado integralmente na CF/88, uma vez que dá materialidade a diferentes aspectos constitucionais, tais como: promoção da cultura nacional e regional, estímulo à produção independente que objetive sua divulgação, incentiva a manifestação do pensamento, a criação, a expressão. Com a criação do espaço PMIC no Arquivo Público Municipal, realizado pela SMC, tem-se ainda o aprimoramento das estruturas de armazenamento para proteger e conservar os documentos, as obras e outros bens referentes ao Programa.

2.3 IMPACTO DAS LEIS DE INCENTIVO FISCAL NOS MUNICÍPIOS

Esboçado na primeira cartilha de divulgação do PMIC (Uberlândia, 2003, p.8), o princípio de beneficiar artistas e empresários não acontece naturalmente, como obra do acaso. Trata-se de uma proposta implementada com base na história, na herança cultural da forma como o Estado se relaciona com a cultura enquanto política pública.

Podemos perceber de imediato certa “tradição” das leis de incentivo na própria nomenclatura do Programa Municipal de Incentivo à Cultura. As leis de incentivo fiscal começam a vigorar a partir dos anos oitenta e se tornam tendência nos anos noventa, sobretudo nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

Na década de 1980, durante o governo do presidente José Sarney houve a criação do Ministério da Cultura, que em uma perspectiva de longa

duração representa um importante avanço no reconhecimento da autonomia da área. Calabre (2007) esclarece que logo no início o Ministério enfrentou muitos problemas, tanto de ordem financeira como administrativa; faltava pessoal para cuidar do conjunto de atribuições que cabem a um Ministério, recursos financeiros para a manutenção dos programas existentes e até mesmo espaço físico para a acomodação da nova estrutura.

A Lei nº 7.505, de 02 de junho de 1986 foi criada nesse contexto de desafios com a tentativa de viabilizar fontes de recursos para o campo de produção artístico-cultural, sendo esta a primeira lei de incentivos fiscais para a cultura no Brasil, que dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto de renda concedidos a operações de caráter cultural ou artístico.

O modelo das leis de incentivo fiscal para a cultura ganharam força nos anos 1990. A Lei Federal de Incentivo à Cultura, que ficou conhecida como Lei Rouanet, foi criada em 1991, sancionada pelo presidente Fernando Collor. Em 1993, o presidente Itamar Franco sancionou a lei de incentivo específica para a área do audiovisual. Nas duas, o incentivo a projetos culturais se dá por isenções ou deduções tributárias sob a forma de doação ou patrocínio.

Esse modelo tornou uma das principais formas de financiamento para a cultura no país. Rubim (2007, p. 108) indica que, além de componente vital do subsídio financeiro, a lógica dessas leis se expandiu para estados e municípios, para ele:

A lógica das leis de incentivo torna-se componente vital do financiamento à cultura no Brasil. Esta nova lógica de financiamento — que privilegia o mercado, ainda que utilizando quase sempre dinheiro público — se expandiu para estados e municípios e para outras leis nacionais, a exemplo da Lei do Audiovisual (Governo Itamar Franco), a qual ampliou ainda mais a renúncia fiscal.

No entanto, apesar de pontuar este modelo como vital para o financiamento à cultura no Brasil, Rubim (2007, p. 109), complementa que a

“predominância desta lógica de financiamento corrói o poder de intervenção do Estado nas políticas culturais e potencializa a intervenção do mercado, sem, entretanto, a contrapartida do uso de recursos privados”. Mais uma vez percebemos um histórico de desafios, pois se por um lado essas leis viabilizam investimentos, de outro, elas colocam o setor privado no centro das decisões da seleção dos projetos e proponentes.

O momento da consagração desse modelo ocorreu entre os anos de 1995 a 2003, durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso. Nas palavras de Calabre (2007, p. 8):

A gestão do Ministro Francisco Weffort, sob a presidência de Fernando Henrique Cardoso, foi o momento da consagração desse novo modelo que transferiu para a iniciativa privada, através da lei de incentivo, o poder de decisão sobre o que deveria ou não receber recursos públicos incentivados. Ao longo da gestão Weffort, a Lei Rouanet se tornou um importante instrumento de marketing cultural das empresas patrocinadoras.

A autora prossegue afirmando o significado prático disso: o capital investido pela iniciativa privada é todo constituído por dinheiro público, que gera um retorno de marketing para a empresa, contribuindo com uma enorme concentração na aplicação desses recursos, pois o acesso a esse tipo de patrocínio fica restrito a um grupo pequeno de produtores e artistas renomados, especialmente localizados no sudeste do Brasil.

Contudo, um dos momentos do histórico de desafios para os artistas e produtores culturais brasileiros passa pela insuficiência de ter projetos aprovados em mecanismos de incentivo fiscal, como no caso da modalidade IF do PMIC. Pois, para ter acesso ao recurso, além da obrigação do projeto ser aprovado, ele deve ser aceito por uma pessoa física ou jurídica com condições e conhecimentos técnicos para efetivar a tributação fiscal de acordo com as determinações do edital responsável pela aprovação do projeto e das

definições da legislação vigente². Ou seja, para adquirir o recurso ainda há a etapa de avaliação e seleção do setor privado, como veremos a seguir.

Faria (2018), ao pesquisar o marketing cultural no contexto das leis de incentivo à cultura em Uberlândia, analisa um grupo empresarial³ que possui representantes de empresas Holding, Instituto e Serviços. Esse aglomerado financia projetos culturais há 14 anos e utiliza o IF do PMIC como um dos meios de ação. De acordo com a autora, esse grupo possui política cultural de patrocínio estruturada e bem definida, sendo um importante financiador no Triângulo Mineiro.

Recentemente foi alterado o procedimento de cadastro e de seleção de projetos, antes eles eram recebidos por uma empresa terceirizada. A partir de 2018, o grupo lançou na internet o portal de Incentivos Fiscais que passou a ser o meio institucional de recebimento dos projetos.

A partir de então, os projetos cadastrados no site são encaminhadas para o centro de operações de marketing, que verifica todo material recebido e os separam nas categorias: institucional, social ou promocional. Após essa primeira seleção, as propostas são enviadas para um comitê corporativo que define a segunda etapa de seleção e encaminha os projetos escolhidos para as empresas de acordo com as expectativas de cada uma delas.

Após passar por essas etapas, o projeto chega enfim até a empresa que destinará parte do seu imposto ao incentivo para a realização da proposta. No entanto, ela prossegue com mais etapas de seleção feitas através de fases de análises ancoradas em critérios específicos. Faria (2018, p.73), mostra como o

² Lei Municipal Ordinária nº12.797 de 02 de outubro de 2017. Art. 18. O incentivo fiscal que trata o art. 17. desta Lei corresponde a: I – destinação de até 3% (três por cento) da receita global proveniente do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano -IPTU e do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, relativos ao ano anterior; II - dedução dos valores do IPTU e ISSQN devidos, até o valor máximo de 25% (vinte e cinco por cento) em cada modalidade tributária, ao contribuinte, pessoa física ou jurídica, que apoiar financeiramente projeto cultural. (LEIS MUNICIPAIS, 2018)

³ Faria (2018) opta por não revelar o nome do grupo empresarial.

instituto ligado ao grupo empresarial organiza sua matriz de avaliação por meio de várias questões apresentadas no seguinte quadro:

Quadro 2: Matriz de Avaliação de Projeto Cultural Incentivado da empresa Instituto

1. Qual é a área de atuação do projeto?
2. Qual é a justificativa cultural do projeto?
3. A justificativa cultural está consistente com o projeto?
4. O orçamento é adequado ao projeto?
5. Qual é o período da realização do projeto?
6. O projeto atende o ensino público fundamental?
7. O projeto promove atividade de arte-educação?
8. O projeto possibilita ampliação do universo cultural do educador e do aluno?
9. O projeto desenvolve a leitura e a escrita?
10. O projeto possui atividades ao longo do ano letivo? Ou propõem a realização de atividade pontual?
11. O projeto é de teatro e música?
12. O projeto prevê realização de oficinas?
13. O projeto prevê a produção de CD e DVD?
14. O projeto atende alguma escola ou instituição parceira dos programas sociais Instituto?
15. O projeto oferece acesso gratuito ao professor e ao aluno nos espetáculos gerados?
16. O projeto possui transversalidade com tecnologia e meio ambiente?
17. O projeto demonstra de forma clara os objetivos específicos?
18. O projeto demonstra quais vão ser as formas de mensuração de resultados?
19. A equipe realizadora do projeto apresenta experiência para execução?
20. A equipe tem know-how de realização
21. O projeto/proponente possui histórico de patrocínio com o grupo?

Fonte: Faria, P. D. O. (2018). O show tem que continuar: marketing cultural no contexto das leis de incentivo à cultura.

Com esse pontos podemos perceber os direcionamentos e as preferências do Instituto. Várias questões estão relacionadas com o público escolar e com a capacidade técnica de execução e escrita do projeto que devem ser consistentes, objetivos e coerentes com o tempo do planejamento e recursos disponíveis. Faria (2018, p. 76), resume os critérios para seleção de projetos feito pelo grupo empresarial, que deve:

Necessariamente destinar-se as cidades de atuação do grupo; Ser aderente aos valores de grupo e contribuir com o desenvolvimento das comunidades onde o grupo está inserido, possibilitando a ampliação do universo de ações que beneficiem a população local; Em relação ao proponente, possuir histórico de integridade, idoneidade fiscal e creditícia, credibilidade e capacidade técnica e solidez no mercado onde atuam e; Estar aprovado em alguma lei de incentivo que o grupo trabalha, ser cadastrado no portal de incentivos fiscais do grupo, possuir objetivos claramente definidos, justificativa cultural plausível, orçamento adequado ao que se propõe realizar e equipe técnica capacitada para execução do projeto.

Com isso podemos ver a evidência do interesse do setor privado em selecionar projetos que sejam úteis para divulgar suas imagens para o público com quem se relaciona de forma comercial. Se o projeto for bom, mas não cumprir com esse critério, pode ser que esteja fadado ao fracasso no quesito captação de recursos, mesmo sendo aprovado pelo PMIC na modalidade IF. Essa relação é parte de um histórico de desafios e pode ser pensada como um elemento neoliberal, pois, em última instância, quem seleciona de fato o investimento financeiro para o projeto é o setor privado.

2.4 A POLÍTICA CULTURAL NO LULISMO: CRIAÇÃO DE MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

O neoliberalismo foi o modelo econômico de Estado que o governo Lula herdou em sua gestão, atrelada à cultura da construção histórica da República feita para atender aos interesses dos grandes acumuladores de capital e poder

desde o colonialismo. No entanto, foi a primeira experiência de governo federal já com uma vivência democrática, eleito pelo voto popular, que construiu uma política de ampliação da participação popular na agenda da gestão pública nacional.

Singer (2012) compreende que, nos governos de Lula e Dilma, não houve ruptura e disputa ideológica de embate direto contra o modelo vigente, mas uma combinação de elementos heterogêneos que conciliou a economia conservadora com medidas de políticas de fortalecimento do Estado e ampliação de transferência de renda e promoção de importantes programas sociais. Esse projeto de conciliação nacional Singer denomina “Lulismo”.

Como vimos, a Constituição de 1988 apresenta um avanço no marco legal para a formulação de políticas públicas culturais: na perspectiva da pluralidade e diversidade de formas de vida, na indicação da responsabilidade do poder público, na garantia de direitos culturais, na expansão do conceito de cultura e criação de um arcabouço jurídico constitucional. Contudo, em relação às políticas públicas culturais, o governo Lula inaugura um novo tempo. É com Lula e Gilberto Gil que se tem pela primeira vez a criação de mecanismos de participação popular, de valorização das diversidades culturais e fortalecimento institucional do Minc.

A implantação do Sistema Nacional de Cultura (SNC) impulsionou a criação de órgãos gestores da área em todo o território brasileiro, tendo como elementos obrigatórios os conselhos de política cultural, as conferências de cultura, os planos de cultura com diretrizes e metas a curto, médio e longo prazo e a promoção de sistemas de financiamento à cultura. O caráter democrático e participativo foi um elemento novo que funcionava em regime de colaboração dos entes federativos: União, Estados e Municípios.

O Plano Nacional de Cultura aprovado pelo Congresso em 2005, motivou uma ampla e inédita mobilização participativa em torno da estruturação programática para o desenvolvimento das políticas públicas culturais, com o

princípio de integração nacional, defesa da valorização do patrimônio cultural brasileiro, democratização do acesso aos bens de cultura e a valorização das diversidades étnicas e regionais de acordo com Calabre (2013).

Podemos afirmar, conforme descreve Singer (2012), de forma singular, observando a longa duração da história brasileira, que foi no governo do Partido dos Trabalhadores que houve a responsabilidade do Estado de criar mecanismos institucionais e instrumentais de ações sistemáticas para os mais diversos segmentos da produção cultural.

Se enquanto no século passado o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) se limitava a tomba e conservar as edificações da tradição ocidental, nos governos Lula e Dilma há também de forma inédita a instrumentalização para a salvaguarda do patrimônio imaterial, que dizem respeito às manifestações dos saberes, ofícios, modos de fazer, celebrações, formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas em lugares que abrangem práticas culturais coletivas, cumprindo pela primeira vez o marco legal do patrimônio imaterial da Constituição Federal de 1988. Entre os bens registrados e reconhecidos desse novo momento do instituto, estão a Roda de Capoeira, Samba de Roda do Recôncavo Baiano, Tambor Crioula do Maranhão, Frevo, Carimbó, Jongo do Sudeste, entre outras expressões da cultura popular, que na maioria dos casos se desenvolveram em lugares de forte desigualdade social, com associação das ricas culturas indígena e africana escravizadas no colonialismo.

Em concordância com a leitura de Singer, apontamos que a presença do PT no governo federal organizou-se em torno de dar materialidade aos preceitos da Constituição de 1988, que é um marco legal por abrir possibilidades não mensuradas nas outras seis Constituições Federais, ato que representa um avanço para as políticas públicas culturais. O PT aprimorou a legislação e sistematizou a atuação das políticas públicas culturais com a criação do Sistema Nacional de Cultura e do Plano Nacional de Cultura.

Porém, como indica o IPEA - na *Coleção Cadernos de Políticas Culturais, Política Cultural no Brasil, 2002 - 2006, Acompanhamento e Análise*:

as instituições federais mantiveram-se em situação precária, pois seus orçamentos permaneceram insuficientes e suas capacidades de atuação não foram ampliadas. Se não se pode falar de substituição dos recursos públicos, pode-se dizer que as políticas culturais foram condicionadas pelo financiamento, e a insuficiência de financiamento manteve a ação pública limitada em abrangência e em capacidade de coordenação de suas políticas, mesmo nos quadros de uma promissora atuação sistêmica.

Portanto, apesar do avanço nos governos do PT, são notáveis as limitações e insuficiências dos aperfeiçoamentos institucionais, uma vez que o orçamento das políticas públicas culturais permaneceu insuficiente para atender à demanda da população, especialmente quando se trata das camadas de menor renda.

As políticas públicas culturais foram ampliadas com a concepção de cultura do Lulismo e atuaram em lugares fortemente marcados pelas desigualdades sociais, como o exemplo do reconhecimento da cultura imaterial, abrange-se o fortalecimento da democracia com a ampliação dos Conselhos de Cultura. O próprio ato de escolha do artista negro, com reconhecimento popular e estrangeiro, disseminador da mistura musical África-Brasil, já atuante em gestão cultural, para estar à frente do Minc, Gilberto Gil, representou a concepção de inclusão social e fortalecimento do Estado ao atuar com a meta de promover a abrangência e diversidade cultural.

O cenário nacional que marca o momento de implementação do PMIC era propício à concepção de política participativa: o debate estava colocado pelo então ministro da cultura de Lula, Gilberto Gil (2003-2008), da dimensão de uma política cultural democrática e participativa que começou a ser colocada em prática, no Brasil, no início do governo petista, em 2003 (Calabre, 2014).

A característica participativa do PMIC é esboçada no texto de apresentação do Programa para a comunidade artística da cidade, a cartilha Cultura Programa Municipal de Incentivo (Uberlândia, 2003, p. 8) destaca como princípio norteador a democratização da rica e diversa expressão artística dos homens e mulheres de Uberlândia, assim como o aperfeiçoamento da discussão do bem comum, “para que as ações governamentais de investimentos fossem dimensionadas pela prática da participação, do equilíbrio orçamentário, constituindo instrumento de inclusão e participação social”.

No documento, o programa de incentivo é apresentado como reivindicação histórica do segmento cultural, que foi formalizado como demanda durante as discussões do Orçamento Participativo, formulado na gestão do então prefeito Zaire Rezende (2001-2004), que venceu as eleições com a aliança partidária PMDB e PT.

De acordo com Godoi (2005), Rezende repetiu a experiência anterior da gestão do PMDB no município em 1983-1988, combinando novos elementos de participação popular na esfera pública. Trata-se de uma postura de governo que representou um grande desafio, devido à herança da cultura política local centralizada na tomada de decisão das elites, que eram formadas conforme descreve Ferrari (2009), por representantes de entidades empresariais, setor imobiliário, lideranças comunitárias “seduzidas” pelo acesso fácil ao poder.

Conforme aponta Souza (2011), a tradição política em Uberlândia reforça a anulação da participação popular no cenário do poder de decisão. Este contexto é marcado por tensões e dificuldades que levaram ao enfraquecimento do Orçamento Participativo, que revelava uma concentração do poder historicamente construído de forma centralizada nas mãos das elites dirigentes do município. Apesar do OP não ter tido continuidade, construiu um terreno fértil para que o PMIC nascesse em uma ação de governo que se pretendia participativa.

O OP implementado por Zaire não teve continuidade, mas o PMIC prosseguiu com seus mecanismos participativos ao promover as eleições abertas para o Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC) e para eleger membros da Comissão de Avaliação e Seleção (CAS), sendo esta Comissão que avalia e determina os projetos aprovados e reprovados, conforme o Art. 13º da lei em vigor Nº 12.797, de 2 de outubro de 2017:

A Comissão de Avaliação e Seleção (CAS) tem como finalidade avaliar e selecionar de forma impessoal e objetiva os projetos culturais a serem incentivados e fixar os valores do apoio financeiro que serão atribuídos a cada um deles dentro dos limites para microprojetos e projetos de pequeno, médio e grande porte, conforme as diretrizes e critérios emanados pelo Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC), bem como analisar a prestação de contas.

Diretrizes e critérios de alocação de recursos, a determinação de valores máximos e mínimos a serem aprovados por projetos tanto no Fundo Municipal de Cultura (FMC), como no Incentivo Fiscal (IF), são definidos anualmente pelo CMPC, por meio de resolução que é utilizada pela SMC e pela CAS para a elaboração de Edital do PMIC, que é aberto anualmente para a inscrição de projetos.

2.5 CONSIDERAÇÕES ACERCA DO IMPACTO HISTÓRICO DAS POLÍTICAS CULTURAIS NO PMIC

O financiamento das políticas culturais na atualidade é impactada por elementos do século passado: pelo caráter tardio e autoritário das políticas culturais no Brasil, que contribuiu para a tradição da não prioridade em investimento na cultura enquanto política pública capaz de gerar emprego e renda, haja vista que a pasta da cultura recebe um dos menores investimentos, tanto na esfera federal, na estadual, como na municipal.

Podemos apontar avanços recentes, como o exemplo da Constituição Federal de 1988, sendo esta um marco fundamental que colocou, pela primeira vez, os direitos culturais no rol dos direitos fundamentais e estabeleceu as

competências entre União, estados e municípios, que passam a ser considerados ente federados, reconhecendo a cultura como direito humano fundamental e que respalda integralmente o PMIC.

Ainda que o PMIC seja um Programa municipal, ele possui um histórico de desafios típicos das políticas culturais no Brasil, como é o caso da influência neoliberal, presente no mecanismo IF, que terceiriza a responsabilidade da captação de recursos. Por outro lado, o Programa tem como um dos pilares de funcionamento e gestão a participação social ao realizar eleições abertas para a composição de membros da CAS e da CMPC, assim como a garantia de recursos do FMC que incentiva diretamente os projetos aprovados.

3 PERCURSOS METODOLÓGICOS

O percurso metodológico realizado buscou valorizar os documentos “secundários”, considerando às poucas reflexões acadêmicas encontradas sobre o PMIC durante a pesquisa bibliográfica. Entendemos que poderemos contribuir com a realização desta análise de caráter introdutório e descritivo, que partiu do objetivo geral de analisar os impactos do PMIC no município de Uberlândia e se tornou um trabalho que lança olhares para expor um desenho geral do Programa, para, a partir disso, reunir elementos para fundamentar o desenvolvimento de futuras pesquisas.

Deixamos de entender esse trabalho como uma análise de impacto do PMIC na produção cultural da cidade conforme descrito no projeto de pesquisa inicial, pois percebemos que se há impacto, ele é sempre em relação à algo, nesse caso, em relação à produção cultural de Uberlândia. Mas, o que é a produção cultural de Uberlândia? O que é a produção cultural de uma cidade? A produção acontece quando estudantes se reúnem para cantar, dançar, conhecer. Quando uma família se senta ao redor da mesa para contar um caso. Quando se tem um bar para ouvir música, acontece nos encontros do olho com a tela, seja de um celular, ou televisão. Flui em movimentos espontâneos de amigas e amigos reunidos ou solitários se interagindo com o uso da tecnologia de comunicação, flui por iniciativa de empresários que organizam espaços, por artistas que organizam suas expressões, por humanos que somos, de sentimento, criatividade, pela potência de ser, enfim, por sermos seres inventores e transformadores. Então, como pensar um impacto em algo que por natureza faz parte de nós e é difícil de se medir?

Pela dificuldade em mensurar a produção que acontece nos lugares sociais do espaço urbano e rural, privados ou públicos, de interesse de mercado, ou de interações sociais, nas múltiplas formas de sentir o mundo e expressar arte, símbolos, valores, sendo uma produção que acontece constantemente, entendemos que um olhar introdutório sobre o PMIC seria o mais apropriado. Haja vista o grande impacto do investimento de vida de cada

artista e produtor que tem um projeto incentivado, ou seja, o incentivo é uma parte de algo que não temos dados suficientes para entender e estabelecer a relação de impacto na produção cultural de Uberlândia que é construída no cotidiano de realizadores culturais.

Como a pesquisa perpassa pela escolha de um caminho metodológico, optamos pela abordagem qualitativa, que é uma das várias possibilidades de se compreender características e circunstâncias de operações que envolvem os seres humanos e suas relações sociais. No que se refere às pesquisas qualitativas, Godoy (1995, p. 63) aponta que:

Quando estamos lidando com problemas pouco conhecidos e a pesquisa é de cunho exploratório, este tipo de investigação parece ser o mais adequado. Quando o estudo é de caráter descritivo e o que se busca é o entendimento do fenômeno como um todo, na sua complexidade, é possível que uma análise qualitativa seja a mais indicada.

Para lançar olhares e propor caminhos interpretativos, utilizamos como procedimento técnico a pesquisa bibliográfica concebida a partir de materiais já publicados e a pesquisa documental com a utilização de materiais que não receberam tratamento analítico, considerando a análise qualitativa que nos permite uma abrangência considerável de fontes tais como cartilhas, jornais, revistas, diários, relatórios, iconografia, com ênfase de que esse método pode ser conduzido através de diferentes caminhos.

A pesquisa bibliográfica sobre o objeto e o arcabouço teórico e metodológico deste trabalho vem sendo executada desde o início do mestrado e ao longo da dissertação. Em suma, “a pesquisa bibliográfica é um apanhado sobre os principais trabalhos científicos já realizados sobre o tema escolhido e que são revestidos de importância por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes”, como definem Boni e Quaresma (2005, p. 71). Esta categoria de pesquisa abrange publicações de diferentes áreas do saber, livros, jornais, revistas, artigos, vídeos e é tão relevante quanto às metodologias direcionadas ao trabalho de análises de fontes documentais, pois possibilita acesso ao que

já foi produzido no campo científico, colocando o pesquisador, de certa forma, em interlocução com outros pesquisadores da temática e das áreas afins.

Constatamos que o estudo das políticas culturais é um objeto de interesse recente, como aponta Calabre (2007, p. 87), no Brasil nas décadas de 1930 e 1940 existe um número razoável de publicações que problematizam a ação do estado sobre a cultura, mas que não são em sua maioria tratadas como políticas culturais.

Rubim (2007, p. 12), caracteriza a bibliografia sobre políticas culturais no Brasil, como algo que provém de diversas áreas disciplinares, tais como Administração, Artes, Arquitetura, Letras, Museologia, Antropologia, Educação, Comunicação, Sociologia, História, Ciência Política etc. Algo que, como ele descreve “dificulta o trabalho de pesquisa e indica a ausência de uma tradição constituída e compartilhada, que conforme um pólo de gravitação acadêmico”. Outra característica é que ela

trata de maneira desigual os diferentes momentos da história das políticas culturais nacionais. Assim, para alguns períodos proliferam estudos, enquanto outros se encontram carentes de investigações. Além disso, até hoje, não foram desenvolvidas tentativas mais sistemáticas e rigorosas de compreender toda sua trajetória histórica.

No caso específico do PMIC, encontramos poucas produções acadêmicas em diferentes áreas que ou utilizam como fontes de pesquisas produtos culturais ou tratam da análise específica de projetos e artistas que foram incentivados pelo Programa.

Por exemplo, na música, Martins (2017, p. 5) utiliza diversos dados em sua pesquisa sobre a trajetória da cantora Edmar Ferretti extraídos do projeto "La Ferretti, o Musical" aprovado em 2015. Ferretti foi a primeira a ingressar na carreira docente via concurso público para ministrar aulas e desenvolver pesquisas no curso de música da Universidade Federal de Uberlândia.

Na educação, Santos (2019, p. 21), ao refletir sobre um tema atual, descreve que dois de seus projetos incentivados, a oficina “F7 Games” que deu origem ao aplicativo “UberVox Quebra-cabeças”(2005) e o livro “Abemigas e o Poder da Mente” (2017), que foram úteis para testar a viabilidade técnica do desenvolvimento de jogos digitais para crianças e jovens que contribuiu de forma significativa com sua dissertação de mestrado sobre ferramentas digitais como estratégia didática para a educação básica.

Ainda na educação, no que tange o ensino de artes, encontramos o relato experiência do projeto “Graffiti & Movimento” (2009), que desenvolve metodologias pedagógicas com foco na interação com o bairro e o espaço urbano. SOUZA (2009) coloca ênfase na consciência artística e participativa, entendendo a performance e o grafite como linguagens que estão em consonância com o contexto atual das escolas, principalmente aquelas inseridas nas periferias.

Elias (2011) cita a legislação do PMIC em estudo sobre empreendedorismo criativo. Ele identifica o Triângulo Mineiro como uma região que não possui tradição na produção de bens criativos e/ou na produção de serviços criativos, algo que acarreta baixa remuneração dos produtos e serviços criativos. Seus entrevistados reconhecem a importância das leis de incentivo, mas as encaram como algo muito distante.

Entre os trabalhos acadêmicos que tratam das políticas culturais da região, destacamos o texto de Faria (2018), a dissertação de mestrado “O show tem que continuar: marketing cultural no contexto das leis de incentivo à cultura”, que apesar de não analisar especificamente o PMIC, trabalhado apenas com a modalidade Incentivo Fiscal, problematiza o marketing cultural realizado pelas empresas denominadas Holding, Instituto e Serviços que fazem parte de um grupo empresarial de Uberlândia, que desde 2003, é um dos principais patrocinadores de projetos culturais por meio de leis de incentivos fiscais na região do Triângulo Mineiro.

Nesse sentido, na revisão bibliográfica, constatamos em consonância com os apontamentos de Rubim (2007) e Calabre (2007), que a bibliografia sobre políticas culturais se caracteriza pela multidisciplinaridade e pela ausência de uma tradição constituída e compartilhada. No caso específico da análise do nosso objeto, diante das poucas reflexões desenvolvidas, a pesquisa documental se fez fundamental para realizarmos um estudo introdutório, com características descritivas, de natureza básica, que visa proporcionar uma visão geral do PMIC.

A pesquisa documental possui semelhanças com a pesquisa bibliográfica, porém as fontes são diferentes, ambas as abordagens são reconhecidas entre as várias possibilidades de se estudar fenômenos sociais. No que se refere às pesquisas documentais, Godoy (1995, p. 21) aponta que:

A pesquisa documental representa uma forma que pode se revestir de um caráter inovador, trazendo contribuições importantes no estudo de alguns temas. Além disso, os documentos normalmente são considerados importantes fontes de dados para outros tipos de estudos qualitativos, merecendo portanto atenção especial.

Neste caso, a palavra documento não se restringe apenas aos materiais escritos, pois estes são parte desta modalidade que deve ser entendida em aspecto amplo; a exemplo Godoy (1995, p. 22) explica:

materiais escritos (por exemplo jornais, revistas, diários, obras literárias, científicas e técnicas, cartas, memorandos, relatórios), estatísticas (que produzem um registro ordenado e regular de vários aspectos da vida de determinada sociedade) e os elementos iconográficos (como, por exemplo, sinais, grafismos, imagens, fotografias, filmes).

Godoy (1995, p. 22) considera duas categorias para esses documentos, definidos como “primários” e “secundários”, no primeiro caso quando produzidos por indivíduos que experienciaram diretamente o caso estudado, ou no segundo caso, quando coletados por pessoas que não estavam presentes por ocasião de seu acontecimento.

Nessa concepção, nossa pesquisa foi estruturada com a coleta de documentos “secundários”, disponíveis no Arquivo Público Municipal de Uberlândia e no site da referida Prefeitura.

A vantagem dessa escolha foi proporcionar uma coleta de dados que permitem estudar longos períodos de tempo, abrindo a possibilidade de análise desde o ciclo de formulação - com o acesso à cartilha de divulgação do PMIC na primeira fase anterior à implementação - até o ciclo de vida atual do objeto de pesquisa, assim como possibilitar a visualização do desenho da política como um todo que integra várias partes e que de acordo com as mudanças dos atores foi possível identificar tendências tais como o volume de recursos aprovados ao longo do tempo, áreas de projetos mais inscritos, menos inscritos, mudanças na relação das atribuições do CMPC, mudanças na concepção das áreas, volume de distribuição de recursos, entre outros, vistos por meio de leis, decretos, atas, cartilhas, diários oficiais, informativos do site da prefeitura e jornais da cidade.

O início da coleta de dados acontece em um momento muito importante para a preservação do patrimônio artístico e cultural das produções que são incentivadas pelo Programa. Foi durante o lançamento da sessão do PMIC na nova sede do Arquivo Público Municipal de Uberlândia, o primeiro momento que estabelecemos contato direto com as fontes. Estive presente na solenidade de inauguração, e gravei em áudio a cerimônia pública, armazenando em arquivo pessoal tanto o áudio como a transcrição das falas oficiais da SMC, feitas no dia 13 de setembro de 2018.

Minha presença enquanto pesquisador no lançamento da nova instalação do Arquivo Público de Uberlândia proporcionou à pesquisa novas dimensões: emergiu a vontade e a necessidade de lançar olhares sobre os quinze anos que se celebrava com a inauguração da coleção intitulada “Programa Municipal de Incentivo à Cultura – PMIC: projetos e produções artísticas” disponibilizada para o público em geral.

Na sequência, observamos a imagem utilizada pelo jornal Diário de Uberlândia para divulgar os produtos do PMIC no lançamento do novo espaço do Arquivo Público de Uberlândia.



Figura 1: Produtos culturais oriundos do PMIC. Araípedes Luz/SECOM PMU/Divulgação ⁴

Neste dia, tive acesso ao catálogo⁵ “Produtos Culturais Resultantes de Projetos do Programa Municipal de Incentivo à Cultura”⁶ que identifica os produtos culturais disponíveis para a consulta: (livros, DVD’s, CD’s) como o exemplo dos que aparecem na imagem acima. Entretanto, a busca era por atas dos conselhos, do CMPC, da CAS, das primeiras leis, dos primeiros materiais

⁴<https://diariodeuberlandia.com.br/noticia/18114/projetos-do-pmic-ganham-espaco-no-arquivo-publico> 22/11/2019 às 20h

⁵ É importante ressaltar que nem tudo que foi produzido através do incentivo, seja pela modalidade FMC ou IF, estão disponíveis para a consulta no catálogo, visto que nem todo projeto gera necessariamente um produto cultural, isso não significa que sejam menos importantes, como é o caso dos festivais, espetáculos de dança, de teatro, shows, oficinas, performances, que fazem parte do conjunto de atividades incentivadas.

⁶ Esse catálogo não datado indica os conteúdos de produtos culturais que constam no acervo. Para ter acesso ao conteúdo documental é necessário solicitar aos funcionários do arquivo.

de formulação e divulgação, de documentos oficiais da SMC, da prefeitura que tivessem relação com o processo histórico do PMIC, o que não foi encontrado.

Ainda durante a cerimônia de inauguração, procurei um responsável pelo acervo que disse que a SMC estava organizando esse material e que ele ainda não estava disponível para consulta, sugerindo-me que retornasse depois. Após algumas tentativas, enfim, ao passar alguns dias, por telefone, obtive a informação que as pastas com esses conteúdos estavam disponíveis para o público.

Foi então, que adaptamos o cronograma de pesquisa às novas datas, organizamos as visitas ao acervo durante os horários de almoço de trabalho do pesquisador, durante os primeiros meses de 2019⁷. Encontramos quinze pastas organizadas por ano de 2003 a 2017. Fotografamos todo o conteúdo delas e disponibilizamos no seguinte link para acesso público: <https://drive.google.com/drive/u/0/folders/1NhANY2SK75kpUj0TA-f1Ec7LxKoeebam>.

Essas pastas contêm em ordem cronológica: As leis e decretos que regem o PMIC e o CMPC, desde as de 2003 até 2017, Instruções Normativas, cópias de Diários Oficiais (que contém o resultado dos Editais), os Editais PMIC, os Editais do CMPC e Cartilhas de Orientação. Até o último dia de visita ao acervo no primeiro semestre de 2019, nas pastas, não havia as atas da CAS e nem do CMPC.

Deste material, foi utilizado: a cartilha Cultura Programa Municipal de Incentivo (Uberlândia, 2003), e os diários oficiais que contém o resultado dos Editais, por categoria e modalidade de incentivo, assim como valor aprovado por cada projeto, utilizados para realizar o mapeamento do fluxo financeiro incentivado pelas modalidades IF e FMC.

⁷ A pesquisa foi realizada no primeiro semestre de 2019, no Arquivo Público de Uberlândia, localizado na Rua Ceará, 3105, bairro Custódio Pereira, zona leste.

Matérias jornalísticas sobre projetos incentivados pelo PMIC, podem ser encontradas em demais coleções do Arquivo Público Municipal, em especial na “Jornal Correio de Uberlândia: exemplares desde 1939 e fotografias”, “Jornal Gazeta: exemplares de 2005 a 2013” e “Jornal Diário de Uberlândia: exemplares a partir de 08/2018”. Porém optamos por não realizar essa busca, restringindo a pesquisa no Arquivo apenas na coleção “Programa Municipal de Incentivo à Cultura – PMIC: projetos e produções artísticas”.

Entretanto, optamos por fazer uma busca nos meios digitais, em especial nos da prefeitura; com isso encontramos alguns dados mais trabalhados, como por exemplo, de 2017 e 2018, a “Planilha de Distribuição de Projetos Aprovados por Regiões do Município”⁸, o “Cadastro Público de Inadimplentes”⁹ e o “Relatório de Prestação de Contas Dos Projetos Executados de 2004 a 2018”¹⁰.

No capítulo seguinte será apresentado o resultado do cruzamento de dados do “Relatório de Prestação de Contas Dos Projetos Executados de 2004 a 2018”, com as informações obtidas nos diários oficiais de resultado de projetos aprovados com seus respectivos valores financeiros aprovados nos dois mecanismos IF e FMC, apresentados em quatro ciclos.

⁸ A Planilha de Distribuição de Projetos Aprovados por Regiões do Município, foi copiada do site da prefeitura municipal de Uberlândia em 15/05/2019, porém o link foi retirado ar. A planilha encontra-se salva no arquivo pessoal do pesquisador disponível neste link: <https://drive.google.com/drive/u/0/folders/1NYsuZQJRASOgYPavvTuwLTmdRNCII9Ci>

⁹ http://servicos.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms_b_arquivos/21379.pdf - Acessado em 15/05/2019.

¹⁰<http://docs.uberlandia.mg.gov.br/wp-content/uploads/2019/11/PARA-PUBLICA%C3%87%C3%83O-Relatorio-Presta%C3%A7%C3%B5es-de-Contas-Projetos-2004-2019.pdf> - Acessado em 15/05/2019.

4 OS CICLOS DE VIDA DO PMIC

Foi necessária uma separação analítica entre as diferentes fases para lançar olhares sobre essa política pública a partir dos documentos encontrados: tal separação não deve ser pensada como uma sequência temporal de causas e efeitos organizados de forma cronológica, nem mesmo como eventos separados. Trata-se de um processo dinâmico que, para efeito de análise, é composto por diferentes momentos, de acordo com a perspectiva teórica escolhida pelo analista.

Aqui, trabalhamos com a concepção de Cavalcanti (2013, p. 132), em que “cada momento possui seus atores, restrições, desenvolvimento e resultados próprios, que influem nos demais e são afetados pelos que ocorre nos outros”. Esses momentos revelam os elementos necessários de toda a política.

4.1 PRIMEIRO CICLO: INÍCIO DO PMIC

Entendemos o primeiro ciclo como aquele em que ocorre formulação e a implementação do PMIC, criado na gestão municipal do prefeito Zaire Rezende (2001-2004), estando à frente da SMC a professora Lídia Meirelles nos dois primeiros anos e o artista e produtor cultural Alcides Mello, nos dois últimos anos.

A característica embrionária da primeira lei nos permite perceber de forma sucinta o desenho do programa. Faremos a seguir a exposição da Lei nº 8.332 de 11 de junho de 2003, que revoga as Leis Municipais nº s. 5.218, de 09 de abril de 1991; 5.459, de 17 de janeiro de 1992 e 5.693, de 25 de novembro de 1992¹¹, que institui o Programa e o estabelece com a finalidade de captar e canalizar recursos para o setor cultural de modo a estimular a realização de projetos artístico-culturais no Município de Uberlândia.

¹¹A Lei nº 5218, de 09 de abril de 1991, institui o Fundo de Assistência à Cultura e dá outras providências. A Lei nº 5459, de 17 de janeiro de 1992, dispõe sobre Incentivo Fiscal para a realização de projetos culturais, no município de Uberlândia. E a lei nº 5693, de 25 de novembro de 1992, fixa o valor a ser utilizado como incentivo fiscal previsto pela lei nº 5459 de 17 de janeiro de 1992. Nenhuma delas trabalha com chamada pública de Editais.

Para cumprir com o propósito desta Lei, observamos no Capítulo I que são consideradas dez modalidades de projetos artísticos-culturais, ou seja, são estabelecidas as áreas em que podem ser inscritos os projetos artísticos-culturais: I - música, dança, ópera e congêneres; II - teatro e arte circense; III - fotografia, cinema, vídeo, produto multimídia; IV - literatura e publicações; V - artes plásticas e artes gráficas; VI - artesanato e folclore; VII - preservação, promoção e resgate do patrimônio histórico e cultural coletivo; VIII - construção, conservação e manutenção de espaços culturais de uso e acesso coletivo; IX - estudos, pesquisas e concursos na área cultural e artística e X - cursos destinados à formação, especialização e aperfeiçoamento de pessoal na área artístico-cultural. Essas modalidades são financiadas por dois mecanismos: pelo Fundo Municipal de Cultura e pela Concessão de Incentivos Fiscais a Projetos Culturais.

O Capítulo II institui o Fundo Municipal de Cultura, de natureza contábil, com prazo indeterminado de duração, e estabelece que este será administrado pela Secretaria Municipal de Cultura, gerido e assessorado pelo respectivo titular, também assessorado pelo titular da Secretaria Municipal de Finanças e pelos membros da Comissão de Avaliação e Seleção - CAS, que avalia e seleciona os projetos aprovados e reprovados.

O Fundo Municipal de Cultura é instrumento público municipal e tem dotação orçamentária própria, constituída pelos seguintes recursos: II - contribuições, transferências, subvenções, auxílios ou doações em moeda nacional e/ou estrangeiras de pessoas físicas ou jurídicas; III - contribuições de instituições financeiras oficiais; IV - saldos finais de contas correntes e o resultado das aplicações das sanções de que tratam o § 1º, do art. 14 desta Lei e V - valores recebidos a título de juros e demais operações financeiras, decorrentes de aplicações de recursos próprios e VI - outras rendas eventuais.

Os projetos culturais a serem beneficiados pelo Fundo Municipal de Cultura - FMC, não poderão ter, de forma exclusiva ou prioritária, caráter comercial e deverão estar relacionados à produção artístico-cultural, à formação de público, à capacitação artística e à preservação, promoção e resgate da memória e das tradições coletivas, podendo ser apresentados por

pessoa física ou jurídica estabelecida no Município de Uberlândia há pelo menos dois anos. De acordo com o § 4º do capítulo II, o FMC apoiará em até noventa por cento do custo total de cada projeto, ficando o restante sob a responsabilidade do empreendedor / proponente. Nenhum recurso deste instrumento poderá ser movimentado sem a expressa autorização dos Secretários Municipais de Cultura e Finanças.

Toda movimentação ou transferência de recursos relativos ao projeto cultural será feita através de conta corrente vinculada, aberta pelo empreendedor especialmente para os fins previstos nesta Lei, em estabelecimento bancário credenciado pela Secretaria Municipal de Cultura.

O Capítulo III institui a Comissão de Avaliação e Seleção - CAS, que tem papel central na tomada de decisão cuja finalidade é a de avaliar e selecionar os projetos culturais a serem incentivados e fixar os valores do apoio financeiro que será atribuído a cada um deles, sendo composta por oito titulares e seus respectivos suplentes, com a seguinte composição: I - quatro representantes do setor cultural; II - dois representantes da Secretaria Municipal de Cultura; III - um representante da Secretaria Municipal de Finanças e IV - dois representantes do Poder Legislativo Municipal.

De acordo com a Lei, os componentes da Comissão deverão ser pessoas de comprovada idoneidade moral, mas não especifica como comprovar essa idoneidade. O mandato é de um ano, podendo ser reconduzidos subsequentemente por um único período. Os representantes do setor cultural serão eleitos em assembleia feita com a convocação de no mínimo dez dias úteis de antecedência feita pela Secretaria Municipal de Cultura, tendo direito a voto qualquer pessoa que comprove previamente que tem seu domicílio no Município de Uberlândia há no mínimo dois anos, e que exerça atividades artístico-culturais. A Mesa Diretora da Câmara Municipal também deverá ser comunicada oficialmente.

Fica vedada a apresentação de projetos ao PMIC aos membros da CAS, às pessoas jurídicas de que participem ou que gerenciem, a seus sócios, às suas coligadas ou controladas, a seus cônjuges ou conviventes, ascendentes, descendentes e colaterais até o 2º grau, enquanto durarem seus mandatos;

aos servidores públicos municipais que atuam na área cultural no Município e às entidades beneficiadas com recursos municipais oriundos de subvenção social, no exercício em que forem contempladas. Não é estabelecido vínculo empregatício aos membros da Comissão, sendo-lhes facultados apenas ajuda de custo oriunda do próprio FMC, para cobrir as despesas de transporte e alimentação, mediante necessidade e comprovação.

O Capítulo IV estabelece o Incentivo Fiscal concedido na Lei, cujo objetivo é o de patrocinar projetos artísticos-culturais através de: I -renúncia fiscal do Município, que não excederá a três por cento da receita global proveniente do pagamento do IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano e do ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, relativos ao ano anterior e II - dedução dos valores do IPTU e ISSQN devidos, até o valor máximo de vinte por cento em cada modalidade, ao contribuinte, pessoa física ou jurídica, que apoiar financeiramente o projeto cultural. O valor deduzido será correspondente ao patrocínio dado ao empreendedor e deverá ser depositado após a aprovação do projeto, em conta corrente vinculada, aberta pelo empreendedor especialmente para os fins previstos na Lei.

Para obtenção do incentivo fiscal, o interessado deve inscrever o projeto conforme condições e modelo definidos em Edital e seguir os requisitos e as condições exigidas, posterior avaliação da CAS e aprovação, o empreendedor após a execução do projeto deve apresentar detalhada prestação de contas dos recursos recebidos e despendidos. Aqueles que não realizarem a prestação de contas não poderão participar do PMIC por oito anos, ficarão sujeitos ao pagamento do valor do respectivo incentivo corrigido pela variação aplicável aos tributos municipais, acrescido de multa de dez por cento, sem prejuízo das penalidades cíveis e criminais cabíveis. Se a cobrança administrativa não obter êxito, aplicar-se-á a Lei Federal nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, em benefício do FMC.

O Art. 15 do capítulo IV indica que são considerados para efeitos desta Lei: I - incentivador/contribuinte/patrocinador: pessoa física ou jurídica contribuinte do ISSQN e/ou IPTU, que venha a transferir recursos mediante doação ou patrocínio, em apoio a projetos culturais apreciados na forma desta

Lei; II - empreendedor: pessoa física ou jurídica diretamente responsável pelo projeto cultural, domiciliada no Município de Uberlândia por, no mínimo, dois anos e III - doação ou patrocínio: transferência de recursos, em caráter definitivo e livre de ônus, feita pelo incentivador/patrocinador ao Fundo Municipal de Cultura.

O Art. 16 expõe que é vedada a apresentação de projetos aos: I - membros da CAS, incluindo pessoas jurídicas em que participem ou gerenciem, seus sócios, suas coligadas ou controladas, seus cônjuges ou conviventes, ascendentes, descendentes colaterais até o segundo, enquanto durarem seus mandatos; II - aos servidores públicos da área cultural do Município de Uberlândia; III - aos próprios incentivadores, seus sócios ou titulares, e suas coligadas ou controladas, cônjuges ou conviventes, ascendentes e colaterais até o segundo grau e IV - às entidades beneficiadas com recursos municipais oriundos de subvenção social, no exercício em que forem contempladas.

O incentivador/patrocinador poderá indicar no ato da transferência para o FMC, a destinação de até cinquenta por cento do valor para projeto específico que considerar, devidamente aprovado pela CAS. Projetos originários ou que beneficiem diretamente organismos culturais públicos municipais, estaduais ou federais, desde que localizados no Município de Uberlândia, poderão ser apoiados através do mecanismo de Incentivo Fiscal até o limite de trinta por cento da dotação anual desta modalidade de incentivo.

No último capítulo estão as disposições gerais e transitórias da Lei, tais como a obrigação de menção explícita à Prefeitura Municipal de Uberlândia e à Lei do Programa de Incentivo Cultural nos produtos resultantes dos projetos incentivados e em quaisquer atividades e materiais relacionados à sua difusão, divulgação, promoção e distribuição, em destaque equivalente ao que for dado ao maior patrocinador, conforme modelo a ser fornecido. O não cumprimento acarreta a perda automática do benefício, cobrando-se nos termos do § 1º do art. 14, desta Lei, os valores repassados, ficando o empreendedor impedido de obter quaisquer dos benefícios desta Lei pelo prazo de três anos.

Os valores destinados ao FMC e à renúncia fiscal, prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual, serão fixados anualmente pelas Secretarias Municipais de Cultura e de Finanças. Os empreendedores não poderão receber o incentivo do FMC por mais de dois anos consecutivos e a cada dois anos a Secretaria Municipal de Cultura realizará uma Conferência Municipal de Cultura destinada a definir a política cultural do Município.

De acordo com a lei, as entidades de classe representativas dos diversos segmentos da cultura no Município de Uberlândia e os membros do Poder Legislativo local terão amplo acesso à documentação referente aos projetos culturais incentivados. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta dos recursos financeiros do Fundo Municipal de Cultura e de dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Cultura, previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual. A aplicação dos recursos do FMC está sujeita à fiscalização do Tribunal de Contas do Estado e da Câmara Municipal de Uberlândia.

A primeira Lei do PMIC, também no Capítulo V, autoriza o Poder Executivo Municipal, para o exercício de 2003, a consignar recursos da Reserva de Contingência no valor de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), sendo R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) para o Fundo Municipal de Cultura e R\$ 300.00,00 (trezentos mil reais) para atender o Programa de Incentivo fiscal a projetos culturais.

A lei nº 8.332 de 11 de junho de 2003, que acabamos de descrever, foi decretada e regulamentada com o Decreto nº 9231 de 06 de agosto de 2003 com alterações. Dentre as principais, destacamos no Capítulo V a mudança que diz respeito ao Art. 33, que aumenta em cinco dias, passando de trinta para trinta e cinco dias o prazo que a CAS fará publicar no Diário Oficial do Município a relação de projetos aprovados pelo FMC e IF e estabelece que desde que tenha justificativa devidamente fundamentada, poderão ser prorrogados por igual período o prazo para a publicação.

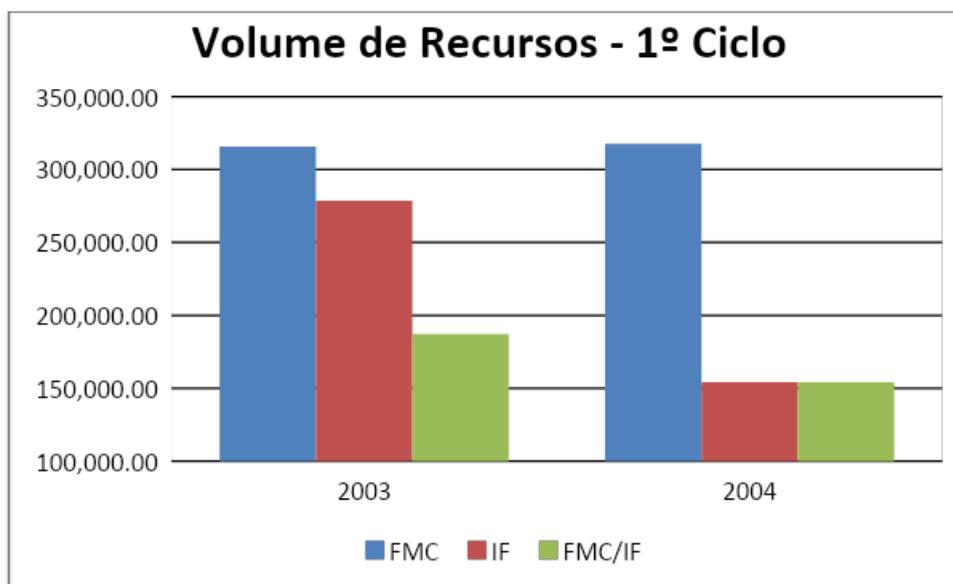
Outra alteração estabelece que o projeto poderá prorrogar após o prazo final do exercício financeiro que foi aprovado por uma única vez, ou seja, por

mais um exercício financeiro mediante solicitação e justificativa apresentados no prazo de trinta dias antes do término. E ainda nesse aspecto, o decreto institui o Capítulo VI sobre a prestação de contas, que diz que o empreendedor deverá, no prazo de trinta dias após a execução do projeto, apresentar à Secretaria executiva da CAS, detalhada prestação de contas - conforme modelo do anexo que consta no Decreto e sendo esta prestação sujeita à auditoria do órgão municipal competente - dos recursos recebidos e despendidos, devidamente comprovados, inclusive com cópia de documentos de receita e despesa, extrato bancário, além de relatório das atividades desenvolvidas, dos resultados do projeto, dos produtos, incluindo material de divulgação.

A descrição da Lei decretada em 2003 nos permite perceber o desenho do PMIC, podemos pensá-lo como um conjunto de partes integradas, sendo elas: os dois mecanismos de financiamento, o FMC e o IF; que de acordo com os editais anuais podem receber projetos de diferentes modalidades de áreas artísticas-culturais; que são selecionados pela CAS.

A principal diferenciação do primeiro ciclo em relação aos demais, quando avaliado sob a ótica da distribuição do volume de recursos, é que é apenas esse o único momento em que há uma mescla entre as duas modalidades, como podemos observar no gráfico a seguir:

Gráfico 1:



Fonte: Dados da pesquisa¹². Elaborado pelo autor. Uberlândia 2020.

Podemos perceber que no primeiro ano em 2003, o volume de recursos do FMC é um pouco maior que o IF, com a diferença de aproximadamente trinta e sete mil reais, já no ano seguinte, em 2004, a diferença entre os dois mecanismos é bastante acentuada, o FMC mantém a média superior aos trezentos mil, enquanto o IF diminui consideravelmente de duzentos e setenta e oito mil para cento e setenta e quatro mil.

Em 2003 foram incentivados onze projetos pelo FMC, oito pelo IF e seis pelo FMC/IF. Já em 2004, dezenove pelo FMC, zero pelo IF e dez pelo FMC/IF. Com isso, podemos perceber que na origem do PMIC, o mecanismo FMC obtém maior êxito, enquanto o IF aparece com maiores fragilidades e menor adesão de um ano para o outro. Quadro que muda a partir dos ciclos seguintes.

4.2) SEGUNDO CICLO: CONSOLIDAÇÃO

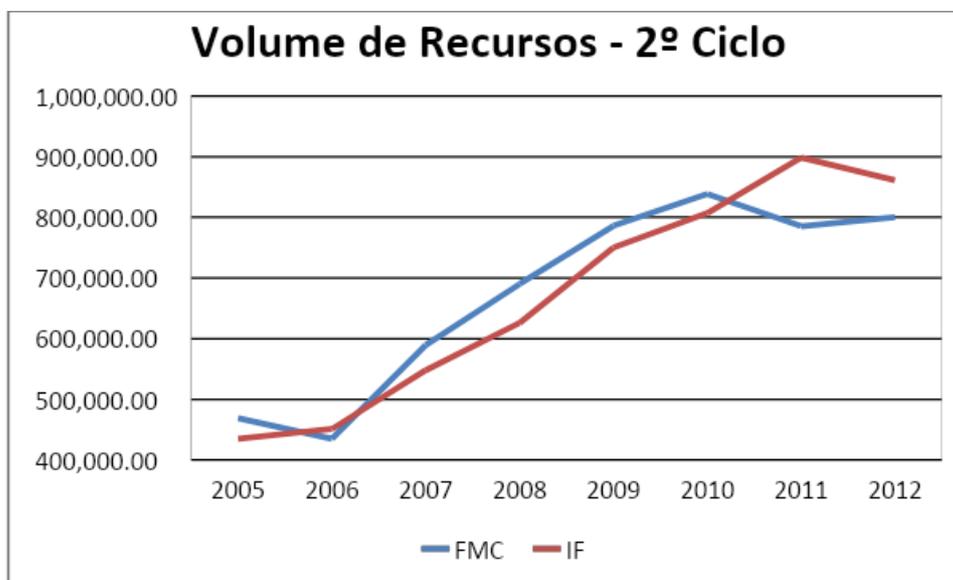
Por esse viés analítico o segundo ciclo é visto como o da consolidação do PMIC. Consideramos um ciclo de oito anos, foram duas gestões do prefeito

¹² Dados elaborados pelo autor a partir do cruzamento de informações publicadas em Diário Oficial com dados presentes no Relatório de Prestação de Contas dos Projetos Executados de 2004 a 2018, disponível no site da Prefeitura de Uberlândia.

Odelmo Leão, que venceu as eleições em 2004 sendo oposição ao grupo gestor anterior, obtendo êxito eleitoral com a coligação PP/PSDB que administrou a cidade por dois mandatos consecutivos, estando à frente da SMC, a secretária Mônica Debs, que volta a ser gestora da pasta em 2017, sendo a atual secretária.

Nesse momento os mecanismos de financiamento ficam definidos, se enquanto no primeiro ciclo há uma mescla entre FMC e IF, no segundo esses mecanismos se tornam independentes e continuam assim até o momento atual. Os dados a seguir apresentam o volume de recursos incentivados ao longo dos anos de 2005 a 2012.

Gráfico 2:



Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pelo autor. Uberlândia 2020.

Com esse gráfico podemos observar que o PMIC se consolida a partir de 2006, com crescimento financeiro ano a ano nos dois mecanismos de incentivo. Já no primeiro ano em 2005 apresenta aumento de mais de cem mil reais em cada mecanismo em relação ao ciclo anterior. Em 2005 o FMC conta com quatrocentos e sessenta mil e em 2010 ultrapassa os oitocentos mil, assim como o IF aumenta de quatrocentos e trinta e cinco mil para mais de oitocentos mil em 2010.

O ano de 2011 é o primeiro em que o IF dispõe de mais recurso que o FMC: são mais de cem mil reais de diferença, o FMC conta com aproximadamente setecentos e oitenta e cinco mil, enquanto o IF passar para mais de oitocentos e noventa mil, permanecendo superior em 2012, com a diferença de mais de sessenta mil reais em relação ao FMC.

Observamos movimentos que contribuem com o crescimento do IF, um visto no “Relatório de Prestação de Contas Dos Projetos Executados de 2004 a 2018”, em que há maior recorrência de proponentes que aprovam projetos uma vez e continuam aprovando em anos seguintes, mesmo que sejam poucas pessoas, ainda assim em grande parte são projetos que mobilizam grandes recursos. Outro aspecto observada no gráfico acima que é o próprio aumento de verba atrai novos propositores.

No segundo ciclo há modificação nas áreas artístico-culturais para efeito de apresentação de projetos, passando a ser organizadas da seguinte forma, de acordo com a Lei nº 9274, de 19 de julho de 2006¹³: I - teatro, dança, circo, ópera e congêneres; II - cinema, vídeo, fotografia e congêneres; III - design, artes plásticas, artes gráficas, filatelia e congêneres; IV - música; V - literatura, inclusive obras de referência, revistas e catálogos de arte; VI - pesquisa e documentação; VII - patrimônio cultural: histórico, arquitetônico, arqueológico, museus, cultura afro-brasileira, cultura indígena, artesanato e folclore; VIII - biblioteca, arquivo, museu e centro cultural; IX - atividades de caráter cultural ou artístico destinadas à formação e ao aperfeiçoamento de pessoal na área de cultura.

As principais mudanças no que tange essas modalidades em relação ao ciclo anterior foi a separação da categoria música, das categorias dança, ópera e congêneres e o acréscimo do ponto IX, que diz respeito às atividades de

¹³ Dispõe sobre o Programa Municipal de Incentivo à Cultura e revoga a Lei nº 8332, de 11 de junho de 2003.

formação e aperfeiçoamento de pessoal na área de cultura. Dessas a música é uma das áreas que mais tem projetos inscritos.

4.3) Terceiro Ciclo: Fortalecimento do Conselho Municipal de Política Cultural

O terceiro ciclo se inicia com a gestão do prefeito Gilmar Machado (PT), que vence as eleições municipais de 2012 e realiza a gestão da cidade nos anos de 2013 a 2016. A SMC tem a frente nos três primeiros anos Gilberto Neves e no último ano Iara Magalhães. Esse ciclo é marcado pelo fortalecimento do Conselho Municipal de Política Cultural nas deliberações do PMIC.

A Conferência Municipal de Cultura permanece no Plano Municipal de Cultura e deixa de ser amparada na Lei do PMIC com a Lei nº 12.182, de 20 de maio de 2015, que revoga as Leis anteriores e cria uma terceira versão. No entanto, é na versão da Lei de 2015 que as atribuições do Conselho Municipal de Política Cultural ganham peso com um Capítulo exclusivo relativo a sua função no PMIC como instrumento de avaliação e monitoramento legal que possibilita e legitima a participação social na tomada de decisões.

O Conselho Municipal de Política Cultural adquire maiores atribuições a partir do terceiro ciclo. De acordo com a lógica da Legislação de 2015, que permanece no Decreto nº 17.452, de 26 de janeiro de 2018. No art.17 o Conselho Municipal de Política Cultural, com relação ao PMIC, tem como atribuição a apresentação de diretrizes e critérios de alocação dos recursos do Fundo Municipal de Cultura e do Incentivo Fiscal, que orientam o trabalho técnico e a aprovação dos projetos pela Comissão de Avaliação e Seleção - CAS.

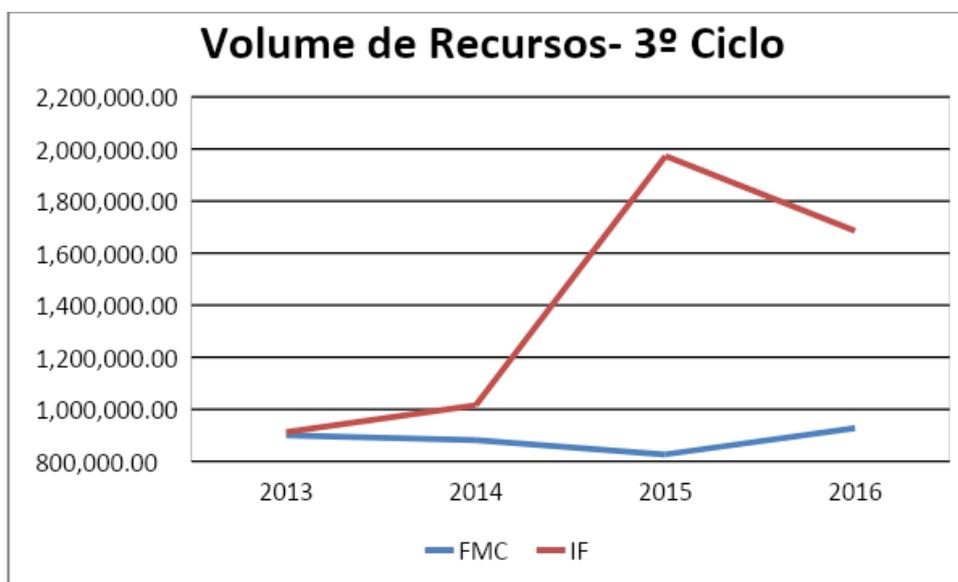
Dentre as diretrizes e critérios, destacamos, de acordo com a Lei nº 12.182, de 20 de maio de 2015¹⁴: propor meios de distribuição dos recursos

¹⁴ Dispõe sobre o Programa Municipal de Incentivo à Cultura - PMIC, o Fundo Municipal de Cultura - FMC e a Comissão de Avaliação e Seleção - CAS, revoga as Leis nºs 9.274, de 19 de

para atender à diversidade de linguagens artísticas e culturais, de região geográfica e de atendimento às zonas rural e urbana; definir anualmente, por meio de resolução, os valores máximos a serem contemplados por projeto em cada faixa de porte; propor diretrizes e critérios para inscrição e aprovação dos projetos do PMIC, definir por meio de Resolução a relação dos projetos institucionais da Secretaria Municipal de Cultura.

O volume de recursos do FMC passa de oitocentos mil em 2012 para novecentos mil em 2013. Já o IF passa de oitocentos e sessenta mil para novecentos e treze mil de 2012 para 2013, como podemos ver no gráfico a seguir:

Gráfico 3:



Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pelo autor. Uberlândia 2020.

Observamos que a tendência do IF continua de crescimento chegando em 2015 em aproximadamente dois milhões, e o FMC permanece em torno de oitocentos mil. A diferença continua até o ano de 2016. Ao observamos no “Relatório de Prestação de Contas Dos Projetos Executados de 2004 a 2018”,

julho de 2006, 10.203, de 23 de julho de 2009, 10.248, de 28 de agosto de 2009 e 10.816, de 16 de junho de 2011 e dá outras providências.

houve também aumento do número de projetos aprovados, ao todo foram noventa e quatro, sendo este o ano de mais aprovações.

Este aumento pode ser explicado pela alteração na Lei nº 12.182, de 20 de maio de 2015, no parágrafo único do art. 4º, que estabelece novas modalidades de classificação: os projetos a serem financiados pelo PMIC passam a ser definidos por faixa de valores com teto máximo a ser fixado mediante decreto Executivo, dividindo-se em microprojetos e projetos de pequeno, médio e grande porte, sendo o enquadramento de faixa indicado pelo proponente no ato da inscrição.

No terceiro ciclo há modificação nas áreas artístico-culturais para efeito de apresentação de projetos, passando a ser organizadas da seguinte forma, de acordo com a Lei nº 12.182, de 20 de maio de 2015, no art. 3º: I - artes visuais e histórias em quadrinhos; II - artesanato e design; III - audiovisual, fotografia, comunicação, cultura digital, jogos analógicos e virtuais; IV - biblioteca, arquivo, galeria, museu e centro cultural; V - circo; VI - cultura afro-brasileira, etnia indígena e outras etnias; VII - culturas tradicionais, folia de reis e quadrilha; VIII - dança; IX - formação em arte e cultura; X - literatura, leitura e contação de histórias; XI - música; XII - patrimônio cultural, histórico e artístico; XIII - pesquisa e documentação em cultura; XIV - teatro e ópera.

Porém, a novidade do terceiro ciclo em relação à modificação nas áreas artístico-culturais é o acréscimo de jogos analógicos e virtuais junto com audiovisual, fotografia, comunicação, cultura digital. A modalidade circo e dança ficam separadas e folia de reis e quadrilha passam a compor as áreas artístico-culturais.

Essa organização segue no quarto e último ciclo analisado com o acréscimo do parágrafo único no art. 3º da Lei nº 12.637 de 2017¹⁵ que reconhece como manifestação cultural, a música gospel e os eventos a ela

15 Fica acrescentado parágrafo único ao artigo 3º da lei nº 12.182, de 20 de maio de 2015, que "dispõe sobre o Programa Municipal de Incentivo à Cultura - PMIC, o Fundo Municipal de Cultura - FMC e a Comissão de Avaliação e Seleção - CAS, revoga as leis nºs 9.274, de 19 de julho de 2006, 10.203, de 23 de julho de 2009, 10.248, de 28 de agosto de 2009 e 10.816, de 16 de junho de 2011 e dá outras providências.

relacionados, à exceção daqueles promovidos por igrejas. Neste ponto vale ressaltar que a legislação acaba criando uma pré-seleção interferindo no caráter democrático e plural, haja vista que há inúmeras outras religiões e para cada uma delas a música constitui como forma de rito. Ou seja, ao eleger a religião evangélica se tem a exclusão de todas as outras.

4.4 QUARTO CICLO: APRIMORAMENTO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O quarto ciclo é o último e o atual que se inicia em 2017 com a eleição do prefeito Odelmo Leão (2017-2020), com a coligação PP/PSDB, contra o ex-prefeito do PT Gilmar Machado. Este ciclo conta com o retorno da secretária Mônica Debs que geriu a SMC durante os oito anos do segundo ciclo. Foi nesta gestão que houve a ampliação do Arquivo Público Municipal e a criação do acervo do PMIC.

Neste último ciclo o item que possui modificação mais acentuada, a partir da Lei nº 12.637 de 2017, é a prestação de contas da execução dos projetos selecionados, que passa a ser exigido um relatório mensal de prestação de contas do andamento das atividades e dos recursos recebidos e despendidos, de acordo com o § 1º do art. 22:

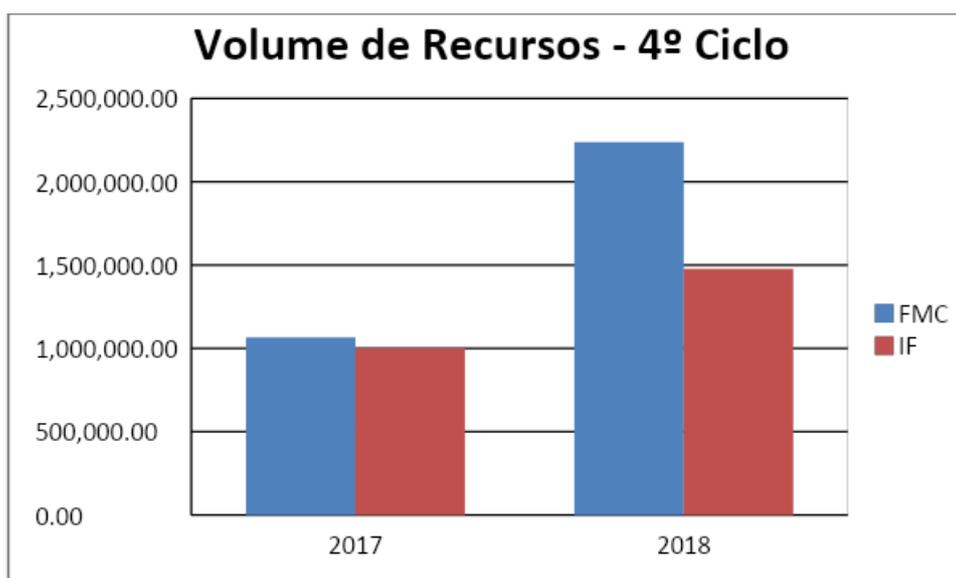
O empreendedor que não comprovar a correta aplicação dos recursos oriundos do Fundo Municipal de Cultura e de Incentivo Fiscal, ficará sujeito ao pagamento do valor do respectivo incentivo, corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, incidindo sobre este valor, multa de 10% (dez por cento), ficando ainda excluído da participação de quaisquer projetos culturais abrangidos por esta Lei por 08 (oito) anos consecutivos, sem prejuízo das penalidades cíveis e criminais cabíveis.

Além disso a lei no art. 24 estabelece o Cadastro de Inadimplentes do PMIC. De acordo com o texto, o Cadastro de Inadimplentes do PMIC tem como objetivo registrar e relacionar proponentes de projetos em situação de irregularidade. Será inserido no Cadastro proponente pessoa física ou jurídica declarados inadimplentes conforme a legislação pela CAS obedecendo os

seguintes critérios: I - não prestar contas dos recursos recebidos pelo Programa Municipal de Incentivo à Cultura; II - apresentar a prestação de contas, total ou parcial, fora do prazo estabelecido nos incisos I e II do art. 54 deste Decreto; III - após notificado, não apresentar documentação ou não cumprir diligência para saneamento de irregularidade detectada na prestação de contas, dentro do prazo estabelecido; IV - prestar contas sem apresentar o produto cultural, resultante do projeto aprovado, quando este for objeto da proposta, e; V - descumprir a orientação sobre o uso das logomarcas do Município de Uberlândia, Secretaria Municipal de Cultura e Programa Municipal de Incentivo à Cultura - PMIC na divulgação do projeto.

Em relação ao volume de recursos por mecanismos de incentivo, no quarto ciclo, devido a pesquisa documental ter sido realizada no primeiro semestre de 2019, analisamos apenas os dois primeiros anos 2017 e 2018. Já há uma diferença em relação ao ciclo anterior, há uma equiparação das modalidades de incentivos, enquanto em 2016 o IF contava com mais de setecentos mil reais em relação ao FMC, em 2017 ambos ficam em torno de um milhão de reais, como podemos observar no gráfico a seguir.

Gráfico 4:



Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pelo autor. Uberlândia 2020.

Em 2018 o FMC supera a rubrica do IF, em mais de quinhentos mil reais, podemos com isso perceber que a atual gestão retomou a prioridade de aplicar maiores investimentos no FMC em detrimento do IF que foi a preferência do terceiro ciclo.

De acordo com dados da Prefeitura Municipal de Uberlândia¹⁶ foram inscritos em 2019 para o exercício financeiro de 2020, 298 projetos, número que é aproximadamente 30% maior que o ano anterior. Pelo segundo ano seguido, o PMIC mantém o montante de R\$ 5,6 milhões para incentivar os projetos aprovados, sendo R\$ 3,1 milhões oriundos do Fundo Municipal de Cultura e R\$ 2,5 milhões do Incentivo Fiscal, mantendo a média de mais de quinhentos mil reais a mais para o FMC. Algo que explica o aumento pela procura, uma vez que nesta modalidade o proponente não necessita de captar recursos como na modalidade IF

Como podemos perceber o PMIC atravessa gestões de diferentes posições políticas, ora gerido pelas gestões PT/PMDB¹⁷, ora pelas gestões PSDB/PP. Sua implementação foi marcada por uma indefinição dos mecanismos de investimentos, mesclado projetos incentivados pelos dois mecanismos FMC e IF, sendo que em 2004, no segundo ano, não houve incentivo com o IF puro.

A partir do segundo ciclo, quando assume a gestão que gere a cidade por oito anos consecutivos, de oposição à gestão que implementa o Programa, os mecanismos ficam separados e bem definidos, tanto pela legislação, como pelos editais de convocação ano a ano.

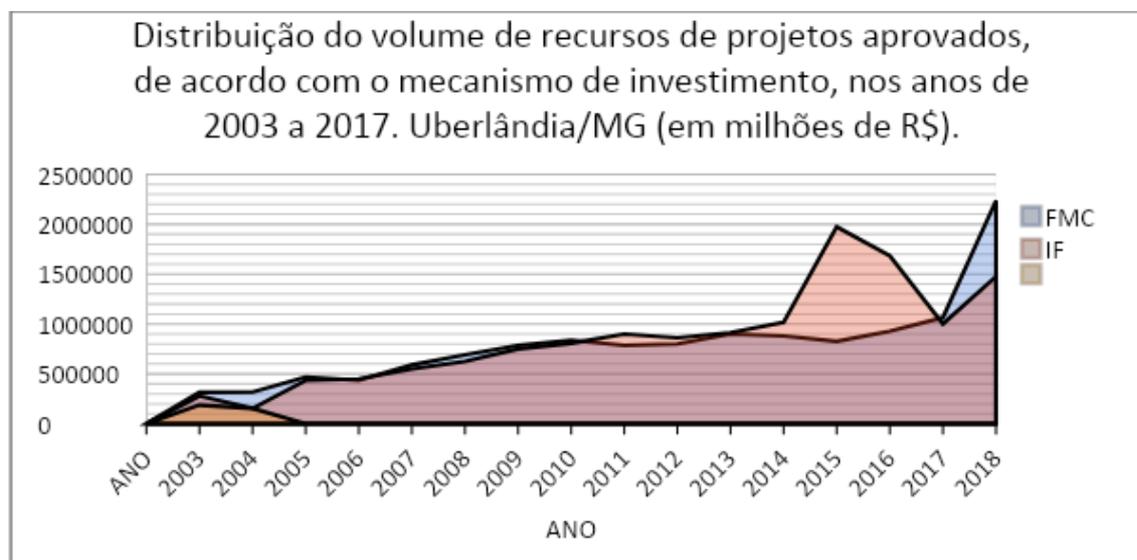
O Programa se consolida no município de Uberlândia, sobretudo a partir de 2005, desse ano em diante, há uma curva de aumento sequencial como podemos observar no gráfico a seguir:

¹⁶

<https://www.uberlandia.mg.gov.br/2019/09/11/pmhc-2020-recebe-298-projetos-para-apreciacao/>
Acessado em 20/01/2020.

¹⁷ Aqui utilizo PMDB, pois nas duas experiências o partido ainda não havia mudado de nome para o atual MDB.

Gráfico 5:



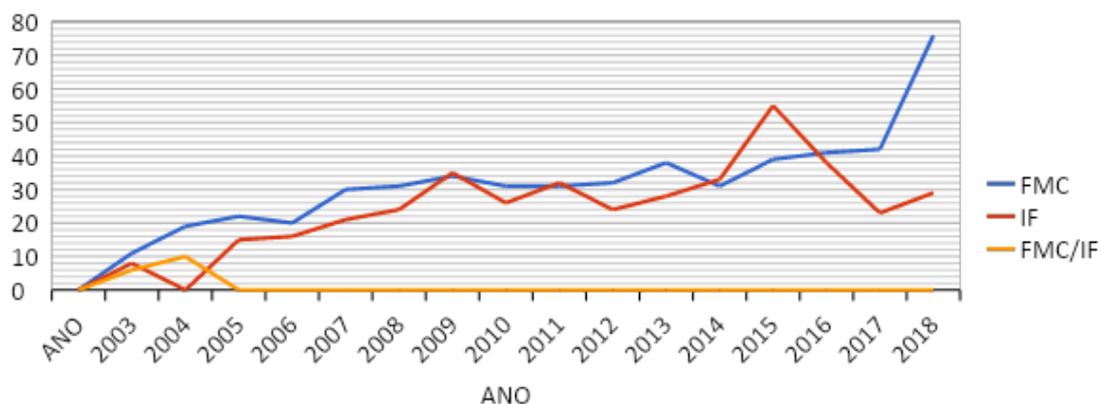
Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pelo autor. Uberlândia 2020.

De 2005 a 2013, o volume de recursos do FMC e do IF quase se equiparam na mesma quantidade, tendência que muda no terceiro ciclo (2013-2016), em que o IF se sobrepõe. Já no ciclo atual (2017-2020) a realidade é diferente, a partir de 2018 o FMC supera em quantidade de recursos o IF.

De modo geral não há uma diminuição significativa do volume de recursos destinados para cada mecanismo de investimento, podemos perceber que há com o passar dos anos especificidades como é o caso de 2015 em que a diferença entre o FMC e o IF é significativa, ficando este último com uma quantidade muito superior de recurso. Porém, a preponderância é de aumento como também comprova o gráfico a seguir, que demonstra a evolução de projetos aprovados.

Gráfico 6:

Distribuição de projetos aprovados de acordo com o mecanismo de investimento, no período de 2003 a 2017. Uberlândia/MG.



Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pelo autor. Uberlândia 2020.

Apesar da tendência de equiparação entre os dois mecanismos de incentivo, o FMC se sobrepõe de acordo com o gráfico de distribuição de projetos aprovados, ele possui maior demanda por parte dos proponentes, logo há mais projetos aprovados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PMIC em Uberlândia é uma experiência de gestão de política pública cultural a nível municipal que se consolidou ao longo dos anos. De 2003 a 2020 já foram incentivados mais de mil projetos, gerando um impacto financeiro de mais de vinte milhões de reais na economia da cidade ao longo dos seus dezessete anos de existência. Porém, cerca da metade desse investimento que provém da isenção fiscal na modalidade IF não é deliberado de fato pelo poder público, fazendo com que o proponente que aprova projeto nessa modalidade fique sujeito aos interesses do financiador, que na maioria dos casos está interessado em realizar o marketing cultural.

Uma das formas de aprimorar o PMIC perpassa pela valorização do FMC e pela criação de mecanismos que tire da responsabilidade do financiador que realiza a dedução fiscal no mecanismo IF a escolha de qual projeto financiará. Podemos pensar na criação de um banco de projetos aprovados por este mecanismo em que o financiador invista em bloco e para que o poder público faça a divisão de recursos de acordo com critérios que podem ser definidos pelo Conselho Municipal de Políticas Culturais. Acreditamos que desta forma o IF pode ser mais plural e democrático.

Nesse sentido, a inauguração do acervo do PMIC no Arquivo Público Municipal representa um avanço para a salvaguarda dos bens culturais produzidos pelo Programa ao longo dos anos. Entendendo aqui, conforme Miranda (2009), que bens culturais são as manifestações que materializam e dão identidade ao povo da cidade, garantindo a continuidade entre as suas diversas gerações, a preservação do acervo do PMIC em um arquivo público contribui com a formação da memória e a consolidação do Programa, contribuindo portanto com a diversidade de manifestações culturais no município. Nos anexos, podemos ter uma ideia da multiplicidade e pluralidade de manifestações que constituem a história do PMIC.

Como vimos, o PMIC é atravessado pelo histórico de desafios das políticas culturais do Brasil, quando analisado à luz do aporte teórico realizado com a revisão bibliográfica que trata das políticas culturais no país. Observamos que o caráter tardio e autoritário construiu uma tradição de pouco investimento para a área e que a Constituição de 1988 representou um marco legal para a formulação de políticas públicas culturais na perspectiva da pluralidade e diversidade de formas de vida. Vimos ainda que a política cultural no lulismo impactou na criação de mecanismos de participação popular, como por exemplo o processo de escolha da CAS e do CMPC serem via eleições. Assim, se esse processo nacional está articulado com os processos municipais, a comunidade cultural da cidade deve ficar atenta aos ataques às políticas culturais, pois no contexto de fechamento do Ministério da Cultura e de proliferação de discursos de ódio à diversidade e à diferença (que definem o próprio conceito de cultura), o PMIC representa uma resistência ao contexto nacional das políticas culturais.

6 REFERENCIAL TEÓRICO

BRASIL. **Constituição (1824)**. Constituição Política do Imperio do Brazil (de 25 de março de 1824). Brasília: Casa Civil, s.d.

CHAUÍ, Marilena. Cultura política e política cultural. **Estudos avançados**, v. 9, n. 23, p. 71-84, 1995.

Constituição (1891). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891). Brasília: Casa Civil, s.d.

Constituição (1934). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de julho de 1934). Brasília: Casa Civil, s.d.

Constituição (1937). Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 10 de novembro de 1937). Brasília: Casa Civil, s.d.

Constituição (1946). Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 18 de setembro de 1946). Brasília: Casa Civil, s.d.

Constituição (1967). Constituição da República Federativa do Brasil de 1967. Brasília: Casa Civil, s.d.

Constituição (1969). Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969. Brasília: Casa Civil, s.d.

Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Casa Civil, s.d.

Ministério da Cultura. **Política Cultural no Brasil, 2002-2006: acompanhamento e análise**. Frederico A. Barbosa da Silva, autor. Brasília: Ministério da Cultura, 2007

Ministério da Cultura. **Relatórios da 1ª Conferência Nacional de Cultura**. Brasília, 2007.

CALABRE, L. . **Intelectuais e política cultural: o Conselho Federal de Cultura**. 2006.

CALABRE, L. **Participação social na construção de planos setoriais de políticas públicas: um estudo do Plano Nacional de Cultura**. 2013.

CALABRE, Lia et al. **Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas**. 2007.

CALABRE, Lia. Política Cultural em tempos de democracia: a era Lula. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 58, p. 137-156, 2014.

CASTRO, Fábio et al. **Políticas culturais para as cidades**. Salvador: EDUFBA, 2018. Lei nº 7.505, de 02 de junho de 1986.

FARIA, P. D. O. **O show tem que continuar: marketing cultural no contexto das leis de incentivo à cultura**. 2018.

FERNANDES, N. A. M. A política cultural à época da ditadura militar. **Revista Semestral do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar**, 3(1), 173. 2013.

FERRARI, Marcilio Marquesini. **Controle Social do Gasto Público: estudo de caso do Orçamento Participativo (OP) De Uberlândia (MG)**. 2001-2006.

GIL, G. **Discursos do Ministro da Cultura Gilberto Gil**. Brasília: Ministério da Cultura, 2003.

GODOI, Pedro Paulo Alves. Democracia Participativa em Uberlândia: a experiência do Orçamento Participativo (2001 – 2004). **Dissertação (Mestrado)** - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2005.

GUERRA, Alexandre et al. **Brasil 2016: recessão e golpe** / – São Paulo : Fundação Perseu Abramo. 2017.

PARTIDO, do Movimento Democrático Brasileiro. **Uma ponte para o futuro**. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2015.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. **Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios**. Políticas Culturais no Brasil. Salvador: EDUFBA, v. 2, 2007.

SILVA, Frederico et al. **Indicador de desenvolvimento da economia da cultura**. Brasília : Ipea, 2010.

SINGER, A. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. Editora Companhia das Letras.2012.

SOUZA, VA de. História da política local e sua interface com a gestão educacional: o Programa Escola Cidadã na rede municipal de ensino de Uberlândia-MG (2001-2004). **JORNADA DO HISTEDBR**, v. 10, p. 1-6, 2011.

ANEXOS

Anexo 1: Projetos Aprovados pelo PMIC de Uberlândia. 2004 -2018.

Nº	Projeto	Ano Aprovação	Ano Execução	Fundo	Valor
1	NÚCLEO DE PESQUISA TEATRAL	2003	2004	FMC	R\$ 27.532,00
2	Dança Sem Barreiras	2003	2004	IF	R\$ 37.863,00
3	ÁLBUM DE FAMÍLIA	2003	2004	FMC	R\$ 19.449,00
4	MÚSICA POPULAR, RADIOFONIA E ORALIDADES EM UBERLÂNDIA - Da seresta ao auditório	2003	2004	FMC	R\$ 30.676,50
5	ARTE NAS ESCOLAS	2003	2004	FMC	R\$ 39.322,00
6	OFICINA DE DESENHOS ANIMADOS	2003	2004	FMC	R\$ 21.885,61
7	CIRCULADANÇA	2003	2004	FMC	R\$ 25.400,00
8	BAILANDO A EXPRESSÃO	2003	2004	FMC	R\$ 15.432,33
9	LENDAS, MITOS E VAMPIROS	2003	2004	FMC	R\$ 23.228,01
10	NÚCLEO DE ESTUDOS DA DANÇA	2003	2004	FMC	R\$ 63.725,00
11	OFICINA DE FORMAÇÃO PARA AGENTES CULTURAIS NA ÁREA DE CULTURA E LINGUAGENS	2003	2004	FMC	R\$ 20.000,00
12	CD PORCAS BORBOLETAS	2003	2004	IF/FMC	R\$ 13.050,00
13	Anjos da Alegria em Plantão Médico	2003	2004	FMC	R\$ 29.200,00
14	CD Anjos da Alegria	2003	2004	IF/FMC	R\$ 11.940,00
15	Arte na Praça	2003	2004	IF/FMC	R\$ 80.000,00
16	Vida e Obra do Profº Pereirinha	2003	2004	IF/FMC	R\$ 14.712,00
17	Cantigas do Cerrado	2003	2004	IF/FMC	R\$ 25.456,00
18	Oficina em Ação	2003	2004	IF/FMC	R\$ 42.000,00
19	SEMANA DA CULTURA POPULAR	2003	2004	IF	R\$ 40.000,00
20	I SALÃO DE ARTES VISUAIS DE UBERLÂNDIA	2003	2004	IF	R\$ 61.621,00
21	NÚCLEO DE PRODUÇÃO MUSICAL DO PROJETO EMCANTAR	2003	2004	IF	R\$ 15.240,00
22	JAZZ DE VERÃO	2003	2004	IF	R\$ 51.574,00
23	ESTAÇÃO DAS LETRAS	2003	2004	IF	R\$ 25.000,00
24	CONCURSO ESTADUAL DE PIANO	2003	2004	IF	R\$ 15.290,00
25	CONTANDO HISTÓRIA NAS ESCOLAS	2003	2004	IF	R\$ 32.000,00

26	Art Escola	2004	2005	FMC	R\$ 9.800,00
27	Bailando a Expressão II	2004	2005	FMC	R\$ 27.927,00
28	Barrela	2004	2005	IF/FMC	R\$ 10.449,15
29	Caixa de Talentos-Dança	2004	2005	IF/FMC	R\$ 2.950,00
30	CD Banda de Pifanos	2004	2005	FMC	R\$ 10.030,00
31	CD Porcas Borboletas	2004	2005	FMC	R\$ 12.518,50
32	Circuladança	2004	2005	FMC	R\$ 25.000,00
33	Dança Sem Barreiras	2004	2005	IF/FMC	R\$ 15.000,00
34	Encarte Álbum de Família	2004	2005	FMC	R\$ 15.135,00
35	Festival de Arte 2005	2004	2005	IF/FMC	R\$ 10.000,00
36	Giralua - CD Amor e Credo	2004	2005	FMC	R\$ 15.085,40
37	Manutenção do Grupo Tabinha	2004	2005	IF/FMC	R\$ 16.583,00
38	Mostra de Música Independente de Uberlândia	2004	2005	FMC	R\$ 13.860,00
39	Mostra Nacional de Teatro SESC	2004	2005	FMC	R\$ 28.523,64
40	Multiculturalismo Educação Patrimonial	2004	2005	FMC	R\$ 21.525,00
41	O Herói Hesitante	2004	2005	FMC	R\$ 5.365,80
42	Olhar Descalço	2004	2005	IF/FMC	R\$ 27.363,06
43	Orquestra Camargo Guarnieri	2004	2005	IF/FMC	R\$ 14.288,70
44	Saboreando Palavras	2004	2005	IF/FMC	R\$ 19.865,90
45	Sem Censura	2004	2005	FMC	R\$ 9.950,00
46	Senhores da Memória	2004	2005	FMC	R\$ 10.000,00
47	Manutenção do Núcleo de Estudos da Dança	2004	2005	FMC	R\$ 38.000,00
48	II Encontro do Triângulo de Dança de Salão	2004	2005	FMC	R\$ 13.000,00
49	I Simpósio de Arte e Produção Cultural de Uberlândia	2004	2005	IF/FMC	R\$ 27.763,60
50	Recuperação, Manutenção Acervos Imagem	2004	2005	FMC	R\$ 32.360,00
51	Teatro Oficina de Brincadeira	2004	2005	FMC	R\$ 5.000,00
52	Novas Platéias	2004	2005	FMC	R\$ 20.517,00
53	Duplicação CD Banda Deads Smurfs	2004	2005	FMC	R\$ 4.140,00

54	O Circo Chegou	2004	2005	IF/FMC	R\$ 10.000,00
55	O Riso é a Linguagem D'Alma	2005	2006	FMC	R\$ 35.000,00
56	Hip Hop New School	2005	2006	FMC	R\$ 7.942,00
57	Grupo Dança Sem Barreiras	2005	2006	FMC	R\$ 25.000,00
58	Olhares sobre o Corpo	2005	2006	FMC	R\$ 30.000,00
59	Todos em Cena	2005	2006	FMC	R\$ 50.000,00
60	O Homem na Poética de Barros	2005	2006	FMC	R\$ 20.000,00
61	Comunidade do Sobradinho	2005	2006	FMC	R\$ 18.000,00
62	O Barquinho de Davi	2005	2006	FMC	R\$ 11.325,15
63	Leros Boleros	2005	2006	FMC	R\$ 6.480,00
64	Projeto Duo Brasil	2005	2006	FMC	R\$ 21.476,00
65	Fábrica de Sons	2005	2006	FMC	R\$ 40.000,00
66	Grupo de Risco	2005	2006	FMC	R\$ 11.774,97
67	Sistema Ambulante de Rádio	2005	2006	FMC	R\$ 15.671,80
68	Periferarte	2005	2006	FMC	R\$ 26.893,91
69	Jazz de Verão 2	2005	2006	FMC	R\$ 40.000,00
70	Uberlândia em Postais: Resgatando a Memória e o Patrimônio Cultural	2005	2006	FMC	R\$ 15.000,00
71	Orquestra de Berimbau	2005	2006	FMC	R\$ 11.240,10
72	E-Book o Herói Hesitante	2005	2006	FMC	R\$ 13.000,00
73	Manutenção da Orquestra Infante Juvenil de Viola Caipira	2005	2006	FMC	R\$ 20.000,00
74	Asas ao Redor de Mim	2005	2006	FMC	R\$ 15.000,00
75	Capoeirança	2005	2006	FMC	R\$ 15.000,00
76	Estatuto Animado	2005	2006	IF	R\$ 20.000,00
77	Montagem do espetáculo Bodas de Sangue /	2005	2006	IF	R\$ 20.000,00
78	Mostra Nacional de Teatro	2005	2006	IF	R\$ 40.000,00
79	Oficina em Ação	2005	2006	IF	R\$ 20.000,00
80	Oficinas do Núcleo Musical do Projeto EmCantar	2005	2006	IF	R\$ 25.000,00
81	Temporada Trupe de Truões	2005	2006	IF	R\$ 25.000,00
82	Encontro de Violeiros de Uberlândia	2005	2006	IF	R\$ 20.000,00
83	Valorização da Viola Caipira e da Música Raiz – Divulgação nas Escolas de Uberlândia	2005	2006	IF	R\$ 25.000,00
84	Gravação CD Balacabala	2005	2006	IF	R\$ 45.000,00
85	Núcleo de Estudos da Dança Associação Amigos do Núcleo de Estudos da Dança	2005	2006	IF	R\$ 50.000,00
86	Gravação CD do Grupo Tabinha	2005	2006	IF	R\$ 35.000,00

87	A Trajetória da Dita Cuja	2005	2006	IF	R\$ 20.000,00
88	Projeto Luau Filosófico Em Arte (Carne) Viva	2005	2006	IF	R\$ 35.000,00
89	Álbum de Família	2005	2006	IF	R\$ 30.000,00
90	Nova Música Instrumental em Uberlândia	2005	2006	FMC	R\$ 20.000,00
91	As Santas	2005	2006	IF	R\$ 25.000,00
92	Patrimônio Histórico em Uberlândia: discussão e capacitação	2006	2007	FMC	R\$ 25.000,00
93	Uberlândia: memória, cultura e sociedade	2006	2007	FMC	R\$ 25.000,00
94	Pró Mirim Estrela Guia do Amanhã-Terno Moçambique Estrela Guia	2006	2007	FMC	R\$ 25.000,00
95	As Folias de Reis de Uberlândia: registro musical e antropológico	2006	2007	FMC	R\$ 22.000,00
96	Oração	2006	2007	FMC	R\$ 25.000,00
97	Ritmos Afro-Brasileiros na Música Instrumental	2006	2007	FMC	R\$ 25.000,00
98	O Reflexo na Areia – Adaptação e Montagem de Peça Teatral	2006	2007	FMC	R\$ 30.000,00
99	Publicação do Livro de Minicontos: “Um por Minuto”	2006	2007	FMC	R\$ 7.500,00
100	Singularidade “As Máquinas de Deus”	2006	2007	FMC	R\$ 30.000,00
101	Se Essa Praça Fosse Minha	2006	2007	FMC	R\$ 30.000,00
102	Epifania	2006	2007	FMC	R\$ 21.000,00
103	Vira Lata Vira Música	2006	2007	FMC	R\$ 20.000,00
104	Cidade “Faz de Conta”	2006	2007	FMC	R\$ 18.000,00
105	Borracheira	2006	2007	FMC	R\$ 27.000,00
106	Tempestade Oculta	2006	2007	FMC	R\$ 27.500,00
107	De Olho na Dança	2006	2007	FMC	R\$ 27.000,00
108	Jambolada 2007–Festival de Música Independente de Uberlândia	2006	2007	FMC	R\$ 25.000,00
109	Casaréu-Casaréis	2006	2007	IF	R\$ 20.000,00
110	A Viola no Picadeiro	2006	2007	IF	R\$ 34.000,00
111	Moby Dick – Vídeo Dança	2006	2007	IF	R\$ 20.000,00
112	O Barquinho de Davi - braille	2006	2007	IF	R\$ 30.000,00
113	Resgatando a Memória Viva do Samba	2006	2007	IF	R\$ 30.000,00
114	Educação, Cultura e Arte na Escola com Capoeira Angola	2006	2007	IF	R\$ 20.000,00
115	Memória da Tradição: Congado de Uberlândia e África Central	2006	2007	IF	R\$ 20.000,00
116	Alumiando	2006	2007	IF	R\$ 25.000,00
117	Uma Semana de Blues	2006	2007	IF	R\$ 30.000,00
118	Sina de Cantadô	2006	2007	IF	R\$ 30.000,00
119	Encontros, Desencontros e Outras Histórias	2006	2007	IF	R\$ 27.000,00
120	TransObjeto 2 – Placebo	2006	2007	IF	R\$ 20.000,00
121	Janelas Encantadas	2006	2007	IF	R\$ 20.000,00
122	Marinheiros e Moçambiques: Olhares sobre o Patrimônio Afrobrasileiro de Uberlândia	2006	2007	FMC	R\$ 20.000,00

123	Pelo Telefone – Memória do Samba de Uberlândia	2006	2007	IF	R\$ 45.000,00
124	Álbum de Figurinhas	2006	2007	IF	R\$ 30.000,00
125	CD Maria Fumaça FMC	2006	2007	FMC	R\$ 20.000,00
126	Movimentação	2006	2007	FMC	R\$ 25.000,00
127	1º Festival de Talentos do Sertão Clube do Cowboy de Uberlândia Ltda.	2006	2007	IF	R\$ 50.000,00
128	Expedições Congadas Desenhantes	2007	2008	FMC	R\$ 15.000,00
129	Bomdiarte Mostra Uberlândia	2007	2008	FMC	R\$ 25.000,00
130	Retratos da Realidade – A Fotografia por todos os cantos	2007	2008	FMC	R\$ 17.000,00
131	Lá no Bairro da Minha Escola	2007	2008	FMC	R\$ 12.000,00
132	Híbridas Mesas Colagens de Som e Imagem	2007	2008	FMC	R\$ 18.000,00
133	Histórias da Roça	2007	2008	FMC	R\$ 19.000,00
134	CD Antena Buriti	2007	2008	FMC	R\$ 22.000,00
135	Quarteto de Cordas	2007	2008	FMC	R\$ 22.000,00
136	Trio-Guariba – Uma Profusão de Sons	2007	2008	FMC	R\$ 22.000,00
137	Música clássica em asilos	2007	2008	FMC	R\$ 12.000,00
138	Caravana Nordestina: Cultura Popular nas Feiras Livres da Cidade	2007	2008	FMC	R\$ 25.000,00
139	O Dia de Alan	2007	2008	FMC	R\$ 15.000,00
140	Comédias Com Humor	2007	2008	FMC	R\$ 22.000,00
141	Criança na Música	2007	2008	FMC	R\$ 20.000,00
142	Um sonho e um picadeiro	2007	2008	FMC/M	R\$ 20.000,00
143	Oficinas Lúdicas de Incentivo à Leitura	2007	2008	FMC/M	R\$ 20.000,00
144	Intervenção Teatro do Oprimido no Bairro São Jorge	2007	2008	FMC/M	R\$ 19.359,60
145	ESCU' ART –Lembranças do Casamento do Dignidade	2007	2008	FMC	R\$ 15.000,00
146	Circulação do espetáculo “Nanquinote”	2007	2008	FMC	R\$ 15.000,00
147	Maria: a Boneca do Cerrado	2007	2008	FMC/M	R\$ 19.917,00
148	Festival Udi Rock Scene 2008	2007	2008	FMC	R\$ 31.000,00
149	Memórias de um passado recente	2007	2008	FMC	R\$ 20.000,00
150	CD Juanna Barbera	2007	2008	FMC	R\$ 22.000,00
151	CD Negros D’ Stilo	2007	2008	FMC	R\$ 22.000,00
152	Matizes	2007	2008	FMC	R\$ 20.000,00
153	Arte e Vida	2007	2008	FMC	R\$ 16.000,00
154	Estrela	2007	2008	FMC	R\$ 20.000,00
155	Sonho que se sonha só	2007	2008	FMC	R\$ 20.000,00
156	Crônicas Animadas: Arte e Tecnologia na Escola	2007	2008	IF	R\$ 35.000,00
157	Casareu-Casaréis/Revista	2007	2008	IF	R\$ 30.000,00
158	Exposição Filatélica e Numismática ,Uberlândia 120 anos	2007	2008	IF	R\$ 15.000,00
159	Capoeira Angola na Escola	2007	2008	IF	R\$ 16.000,00

160	Festival de Teatro de Formas Animadas-Anima Uberlândia	2007	2008	IF	R\$ 60.000,00
161	O Rufião nas Escadas	2007	2008	IF	R\$ 25.000,00
162	Circuladança Escolas	2007	2008	IF	R\$ 20.000,00
163	Raízes do Sertão	2007	2008	IF	R\$ 25.000,00
164	O Alienista – História em Rimas	2007	2008	IF	R\$ 25.000,00
165	Festival de Arte AfroDescendente de Uberlândia FAAU	2007	2008	IF	R\$ 30.000,00
166	Pinceladas de Luz	2007	2008	IF	R\$ 25.000,00
167	Ménage à Troi – Uberlândia Europa América	2007	2008	IF	R\$ 20.000,00
168	Gravação do CD “Venusu”	2007	2008	IF	R\$ 20.000,00
169	As Brumas da Fênix	2007	2008	IF	R\$ 30.000,00
170	Capoeirança	2007	2008	IF	R\$ 19.675,00
171	Popularização do Jazz em Uberlândia	2007	2008	IF	R\$ 30.000,00
172	Encontro Hip Hop Do Triângulo	2007	2008	FMC	R\$ 31.000,00
173	Traje Dissidente	2007	2008	IF	R\$ 20.000,00
174	Corpo Poético no Trânsito das Linguagens	2007	2008	IF	R\$ 30.000,00
175	Livro “13 Poemas Ácidos no Bolso da Calça”	2007	2008	FMC	R\$ 12.000,00
176	Luz para o meu caminhar	2007	2008	IF	R\$ 20.000,00
177	Trecheiros – Pão de Queijo Elétrico	2007	2008	IF	R\$ 17.275,00
178	Sobressalto – da Vida, do Samba e de Cartola	2007	2008	IF	R\$ 35.000,00
179	“Vem Dançar – oficinas de criação, arte, cultura e convivência”	2008	2009	FMC	R\$ 20.000,00
180	Anjos da Leitura	2008	2009	FMC	R\$ 23.500,00
181	Cidade dos Anjos – O Palco Alado	2008	2009	FMC	R\$ 27.000,00
182	Espectáculo Musical Certas Canções	2008	2009	FMC	R\$ 20.000,00
183	A parede da Fulô	2008	2009	FMC	R\$ 20.000,00
184	Portal Mouse de Ouro	2008	2009	FMC	R\$ 19.000,00
185	Publicação do livro de contos: Veja-se em Mim	2008	2009	FMC	R\$ 8.900,00
186	VIII Concurso de Piano Cora Pavan Capparelli	2008	2009	FMC	R\$ 18.000,00
187	Arte e Patrimônio: Entre o passado e o presente	2008	2009	FMC	R\$ 25.000,00
188	Corpos em Trânsito	2008	2009	FMC	R\$ 27.000,00
189	Lançamento do livro: Kid Esperto	2008	2009	FMC	R\$ 18.000,00
190	Dança: a que será que se destina	2008	2009	FMC	R\$ 25.000,00
191	Djanira na Janela e outros poemas	2008	2009	FMC	R\$ 18.000,00
192	A Capoeira em Açã	2008	2009	FMC	R\$ 23.500,00
193	Dança fora do eixo	2008	2009	FMC	R\$ 20.000,00
194	É do Samba que eu falo	2008	2009	FMC	R\$ 26.898,00
195	Grande Rota do teatro	2008	2009	FMC	R\$ 20.000,00
196	O Mágico de Oz	2008	2009	FMC	R\$ 25.000,00
197	Perpendicular – III Mostra de Cinema e Vídeo do Triângulo	2008	2009	FMC	R\$ 28.000,00

198	Projeto Desdobrável	2008	2009	FMC	R\$ 23.102,00
199	Vida Nova	2008	2009	FMC	R\$ 20.000,00
200	O.Q. de Quadrinhos Revista e Oficinas Permanentes	2008	2009	FMC	R\$ 25.000,00
201	Da Narrativa ao Espetáculo	2008	2009	FMC	R\$ 25.000,00
202	Pára-raio de loucos	2008	2009	FMC	R\$ 17.300,00
203	De Shakespeare ao Hip Hop: Uma Experiência na Periferia	2008	2009	FMC	R\$ 23.500,00
204	Mestres na Escola: Culturas Populares e Patrimônio Cultural Imaterial	2008	2009	IF	R\$ 30.000,00
205	Mutirão	2008	2009	IF	R\$ 28.000,00
206	Arte e Vida	2008	2009	IF	R\$ 20.000,00
207	Aquele tanto de amor	2008	2009	IF	R\$ 25.000,00
208	Concertos “Clássicos Imortais”	2008	2009	IF	R\$ 20.000,00
209	Curto Circuito de Capoeira	2008	2009	IF	R\$ 25.000,00
210	O Saque	2008	2009	IF	R\$ 35.000,00
211	Provisório Mundo	2008	2009	IF	R\$ 20.000,00
212	Alexandre França: Um muitos Arte e Design	2008	2009	IF	R\$ 29.000,00
213	Dá Aqui – Quarteto Vagamundo	2008	2009	IF	R\$ 25.000,00
214	História Contada: Porta aberta, Semente plantada	2008	2009	IF	R\$ 30.000,00
215	Sorriso Expresso	2008	2009	IF	R\$ 20.000,00
216	Festival de Fotografia do Cerrado	2008	2009	IF	R\$ 28.000,00
217	Expresso Literário Edição Ponto de Leitura	2008	2009	IF	R\$ 28.000,00
218	Festival de Teatro de Formas animadas ANIMA UDI	2008	2009	IF	R\$ 30.000,00
219	Cultura Popular & Cidadania: Cordel e Repente nas Salas de aula da Cidade	2008	2009	IF	R\$ 25.000,00
220	Curta-Metragem “Quimera sobre Ópio e Pandora”	2008	2009	FMC	R\$ 25.000,00
221	Gravação de CD: Banda A Season In Hell	2008	2009	FMC	R\$ 27.000,00
222	Flor de Chita	2008	2009	FMC	R\$ 22.000,00
223	Johnny & Alfredo A escolha inevitável das melhores	2008	2009	FMC	R\$ 27.000,00
224	NEPIC/LGBT-Núcleo de Estudo e Pesquisa da Identidade Cultural LGBT /Associação Homossexual de Ajuda Mútua-SHAMA	2008	2009	FMC	R\$ 20.000,00
225	Trecheiros – Pão de Queijo Elétrico	2008	2009	FMC	R\$ 22.300,00
226	Amazônia – A Floresta Viva	2008	2009	IF	R\$ 25.000,00
227	Figurinhas carimbadas (microbiografias dos personagens de Uberlândia)	2008	2009	IF	R\$ 30.000,00
228	Trilha sonora visual: concepção e criação do conceito	2008	2009	IF	R\$ 18.000,00
229	A Cidade que o progresso traz	2008	2009	IF	R\$ 30.000,00
230	CD Ana Atômica	2008	2009	IF	R\$ 25.000,00
231	Popularização do Jazz em Uberlândia	2008	2009	IF	R\$ 25.000,00

232	Resgatando as Raízes	2008	2009	IF	R\$ 30.000,00
233	CD A mãe do Mendigo	2008	2009	IF	R\$ 25.000,00
234	MOSTRA DE TEATRO INFANTO JUVENIL DE UBERLÂNDIA	2009	2010	FMC	R\$ 30.000,00
235	ESCOLA POPULAR DE CIRCO	2009	2010	FMC	R\$ 25.000,00
236	1º CD DO GRUPO DE CHORO WELLINGTON E REGIONAL FOGO NA ROUPA	2009	2010	FMC	R\$ 27.000,00
237	SOM E MOVIMENTO	2009	2010	FMC/M	R\$ 23.500,00
238	GRAFFITI & MOVIMENTO	2009	2010	FMC/M	R\$ 23.400,00
239	FERMATA: TRANSITÓRIAS PERMANÊNCIAS	2009	2010	FMC	R\$ 20.000,00
240	UMA LUZ ATRAVÉS DA MÚSICA	2009	2010	FMC/M	R\$ 20.600,00
241	CANTANDO PELO MEU BRASIL	2009	2010	IF	R\$ 15.000,00
242	PREÇO DA SOLIDÃO – CONTOS E CRÔNICAS	2009	2010	IF	R\$ 7.900,00
243	LADEIRA METÁLICA: CONVERSAS SOBRE CULTURA	2009	2010	IF	R\$ 25.000,00
244	CRÔNICAS ANIMADAS	2009	2010	IF	R\$ 22.000,00
245	LOUCOS PELA DANÇA OFICINAS DE CRIAÇÃO, ARTE, CULTURA E CONVIVÊNCIA	2009	2010	FMC	R\$ 20.000,00
246	O MENINO QUE ROUBAVA SONHOS	2009	2010	FMC	R\$ 20.000,00
247	PIANO EM COM&ERTO	2009	2010	FMC	R\$ 25.000,00
248	CONTOS INSTANTÂNEOS	2009	2010	FMC	R\$ 20.000,00
249	DESENHANDO A CULTURA: CAPOEIRA ANGOLA, EDUCAÇÃO E ARTE	2009	2010	FMC	R\$ 13.000,00
250	ENTENDENDO A ARTE	2009	2010	IF	R\$ 20.000,00
251	PROJETO DE PESQUISA E MONTAGEM DO ESPETÁCULO INTERVENÇÃO URBANA ONDA	2009	2010	IF	R\$ 20.000,00
252	RÁDIONOVELA EM UBERLÂNDIA	2009	2010	IF	R\$ 25.000,00
253	TRUPE EnCENA	2009	2010	IF	R\$ 25.000,00
254	CD ARNALDO TERRA – INSTRUMENTAL	2009	2010	IF	R\$ 22.000,00
255	CD DANIELA BORELA	2009	2010	IF	R\$ 22.000,00
256	CD MAIS PURO	2009	2010	IF	R\$ 22.000,00
257	PATRIMÔNIO IMATERIAL: RITOS AFRO-BRASILEIROS DE UBERLÂNDIA	2009	2010	FMC	R\$ 23.000,00
258	A MENTIRA	2009	2010	FMC	R\$ 23.000,00
259	CATSU (Convenção de Animes e Tokusatus de Uberlândia)	2009	2010	IF	R\$ 20.000,00
260	GRANDE OTELO EM CENA	2009	2010	FMC	R\$ 25.000,00
261	MESTRES NA ESCOLA: CULTURAS POPULARES E PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL	2009	2010	IF	R\$ 19.000,00
262	POÉTICAS VISUAIS EM UBERLÂNDIA: ENSAIOS E PROPOSIÇÕES EDUCATIVAS	2009	2010	FMC	R\$ 30.000,00
263	REVISTA A3	2009	2010	FMC	R\$ 20.000,00
264	CD DANIELA ALVES	2009	2010	IF	R\$ 22.000,00
265	DANÇA ATRAVÉS DAS MÃOS	2009	2010	IF	R\$ 20.000,00
266	ANJOS DA ALEGRIA NA RUA COM SHAKESPEARE	2009	2010	IF	R\$ 25.000,00

267	DANÇA SEM FRONTEIRAS CULTURA ÁRABE E TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS	2009	2010	IF	R\$ 23.000,00
268	MULHERES DE TODO CANTO	2009	2010	IF	R\$ 30.000,00
269	O PASTOR DE VENTOS	2009	2010	FMC	R\$ 20.000,00
270	RETICÊNCIAS (...)	2009	2010	FMC	R\$ 20.000,00
271	CIRCULAÇÃO DO ESPETÁCULO ÁGUA SUJA	2009	2010	FMC	R\$ 20.000,00
272	MAURÍCIO OROSCO: COMPOSIÇÕES – 1ª FASE	2009	2010	FMC	R\$ 22.000,00
273	NO RITMO DA GINGA	2009	2010	FMC	R\$ 23.000,00
274	MÚSICA DE TODO CANTO	2009	2010	FMC	R\$ 27.000,00
275	DUO INSTRUMENTAL	2009	2010	IF	R\$ 22.000,00
276	O AVESSO DO SER	2009	2010	FMC	R\$ 17.800,00
277	FESTIVAL GOMA DE MÚSICA INDEPENDENTE	2009	2010	FMC	R\$ 35.000,00
278	ATLAS CULTURAL DE UBERLÂNDIA	2009	2010	IF	R\$ 25.000,00
279	CASOS E CONTOS DE UM UBERLANDENSE	2009	2010	IF	R\$ 20.000,00
280	NESSA PRAÇA TEM HISTÓRIA	2009	2010	FMC	R\$ 20.000,00
281	CD BANDA ATTERO	2009	2010	FMC	R\$ 20.700,00
282	INTRODUÇÃO À XILOGRAVURA	2009	2010	IF	R\$ 25.000,00
283	CICLO PREPARATÓRIO E APERFEIÇOAMENTO TÉCNICO EM DANÇA	2009	2010	FMC	R\$ 21.000,00
284	FÁBRICA DE SONHOS	2009	2010	IF	R\$ 25.000,00
285	CD BANDA KROW	2009	2010	FMC	R\$ 27.000,00
286	PROJETO ZIG ZAG DE CAPOEIRA	2009	2010	FMC/M	R\$ 23.500,00
287	AQUITUNDÊ – O ESPERADO	2009	2010	IF	R\$ 18.000,00
288	DVD GRUPO BEM NO CLIMA	2009	2010	IF	R\$ 25.100,00
289	A FLOR DO SAMBA	2009	2010	IF	R\$ 22.000,00
290	NAU À DERIVA – A HISTÓRIA DO TEATRO EM UBERLÂNDIA	2009	2010	FMC	R\$ 30.000,00
291	LAZER NA PERIFERIA: Etnografias	2009	2010	FMC	R\$ 20.000,00
292	GRUPO SACODE: 10 anos	2009	2010	IF	R\$ 22.000,00
293	RONYS & THOBIAS	2009	2010	FMC	R\$ 27.000,00
294	CEM PRATOS, CEM HISTÓRIAS: ENCONTROS	2009	2010	FMC/M	R\$ 23.500,00
295	VIVA A CULTURA	2009	2010	IF	R\$ 20.000,00
296	MORDE NA BOLACHA JUNTO COM A GOIABADA	2009	2010	IF	R\$ 20.000,00
297	OFICINA DE INTRODUÇÃO AO AUDIOVISUAL E PRODUÇÃO DE VÍDEOS COM CÂMERAS CASEIRAS	2009	2010	IF	R\$ 18.000,00
298	INVENTANDO ARTE	2009	2010	IF	R\$ 20.000,00
299	VESTIR CIDADES – EDIÇÃO Nº 01	2009	2010	IF	R\$ 20.000,00
300	GRAVAÇÃO CD UM NAVIO	2009	2010	IF	R\$ 21.000,00

301	ANTAUEN	2009	2010	IF	R\$ 22.000,00
302	CIRCUITO VALVULADO DE MÚSICA INDEPENDENTE CIRCULAÇÃO MUSICAL NOS BAIROS	2009	2010	IF	R\$ 20.000,00
303	ISABELA NA VARANDA	2010	2011	FMC	R\$ 18.000,00
304	O MEDO DO ESCURO	2010	2011	FMC	R\$ 20.000,00
305	A PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL SOB UM NOVO OLHAR	2010	2011	FMC	R\$ 25.000,00
306	PROJETO CIRANDARTE	2010	2011	FMC/M	R\$ 25.000,00
307	ARROTOS E SOLUÇÕES	2010	2011	FMC	R\$ 25.000,00
308	DUOBASIL: MÚSICA ERUDITA BRASILEIRA PARA FLAUTA DOCE E PIANO	2010	2011	IF	R\$ 30.000,00
309	PROJETO DOCE HARMONIA	2010	2011	IF	R\$ 27.000,00
310	VerAcidade: Olhares e poéticas cidadinos	2010	2011	IF	R\$ 30.000,00
311	ENTRE SERVAS E MADAME: UM JOGO DE ESPELHOS	2010	2011	FMC	R\$ 24.000,00
312	FANFARRA E.E. CLARIMUNDO CARNEIRO	2010	2011	FMC/M	R\$ 18.158,00
313	1º CD TRIO SUCUPIRA	2010	2011	FMC	R\$ 32.000,00
314	II MOSTRA DE TEATRO INFANTO JUVENIL DE UBERLÂNDIA	2010	2011	IF	R\$ 30.000,00
315	CASEI COM A SOGRA CIRCULAÇÃO Grupo Teatro No MI	2010	2011	FMC	R\$ 14.000,00
316	RESGATANDO VALORES PELA DANÇA	2010	2011	FMC/M	R\$ 24.314,00
317	ESCOLA E MEMÓRIA	2010	2011	IF	R\$ 27.000,00
318	PROJETO BRASIL MULTICULTURAL	2010	2011	FMC	R\$ 25.000,00
319	QUANDO O PALCO É A RUA	2010	2011	FMC/M	R\$ 24.227,75
320	JOÃO, FRIDA E AS MENINAS	2010	2011	IF	R\$ 30.000,00
321	CIRCO SEM PALHAÇO (10 ANOS ANJOS DA ALEGRIA)	2010	2011	IF	R\$ 30.000,00
322	VIDA NOVA	2010	2011	IF	R\$ 23.000,00
323	ALICE NO MARAVILHA, PERTO DO ROOSEVELT, LONGE DO TIBERY	2010	2011	IF	R\$ 17.000,00
324	POEMAS CORPORAIS: CIDADE EM MOVIMENTO	2010	2011	FMC	R\$ 32.000,00
325	PROJETO CIRCO NA RUA	2010	2011	FMC	R\$ 27.000,00
326	TANGO EM 3 CONTOS	2010	2011	IF	R\$ 32.000,00
327	ESTAÇÃO ARTE	2010	2011	IF	R\$ 27.000,00
328	GRAVAÇÃO DO CD BANDA LOKAHI	2010	2011	FMC	R\$ 32.000,00
329	LIXO	2010	2011	FMC	R\$ 20.000,00
330	INUTILIDADE POÉTICA	2010	2011	FMC	R\$ 30.000,00
331	CANTANDO PELO MEU BRASIL GRAVAÇÃO DE CD	2010	2011	IF	R\$ 30.000,00
332	ALADIM E A LÂMPADA MARAVILHOSA	2010	2011	IF	R\$ 40.000,00
333	TONS DE MILTON NASCIMENTO	2010	2011	IF	R\$ 40.000,00
334	MÚLTIPLA MÚSICA CONCERTOS DIDÁTICOS DO CORAL DO CONSERVATÓRIO ESTADUAL DE MÚSICA CORA PAVAN CAPPARELLI DE UBERLÂNDIA	2010	2011	FMC	R\$ 40.000,00
335	LIVRE FLUXO FRUTO	2010	2011	FMC	R\$ 25.000,00

336	BERIMBAUS: INSTRUMENTOS E SONS AFRICANOS QUE ANCOROU EM MEU CORAÇÃO	2010	2011	FMC/M	R\$ 24.994,62
337	CD RONY COSTA E LORRAN	2010	2011	IF	R\$ 27.000,00
338	A FAMÍLIA AGRADECE	2010	2011	FMC	R\$ 32.000,00
339	CERRADO EM PÉ: ASSIM A GENTE QUER!	2010	2011	IF	R\$ 36.000,00
340	TRIO FAÇUÁ RAIZ E VERDADEIRO	2010	2011	IF	R\$ 30.000,00
341	COLETIVO OQ: Oficinas Itinerantes de H.Qs	2010	2011	FMC	R\$ 24.000,00
342	GRAVAÇÃO CD BANDA KILLER KLOWS	2010	2011	FMC	R\$ 32.000,00
343	CIRCULAÇÃO UBERLÂNDIA VANILTON LAKKA E ARTISTAS COLABORADORES	2010	2011	IF	R\$ 40.000,00
344	ONTEM AO LUAR...	2010	2011	FMC	R\$ 40.000,00
345	CONTRABAIXO ELÉTRICO – TÉCNICAS E CONCEPÇÕES	2010	2011	IF	R\$ 32.000,00
346	1942 – O SEQUESTRO, UMA HISTÓRIA REAL	2010	2011	FMC	R\$ 35.000,00
347	FESTIVAL UDI ROCK 2011 – 6ª EDIÇÃO	2010	2011	FMC	R\$ 35.000,00
348	BANCOS DE RUA	2010	2011	FMC	R\$ 25.000,00
349	TUBO DE ENSAIO	2010	2011	FMC	R\$ 36.000,00
350	BANDA TOUMANOVA AMANHÃ	2010	2011	IF	R\$ 29.000,00
351	BRASIL NEGRO	2010	2011	IF	R\$ 36.000,00
352	CD BAQUE VIRADO	2010	2011	IF	R\$ 30.000,00
353	RECONFIGURAS	2010	2011	FMC	R\$ 24.000,00
354	GRANDE OTELO NÃO ERA CARIOCA	2010	2011	IF	R\$ 36.000,00
355	CD LEANDRO RABELO	2010	2011	FMC	R\$ 25.000,00
356	VALORIZANDO AS DIFERENÇAS	2010	2011	FMC	R\$ 25.000,00
357	IMAGENS DE AREIA CURTA DE ANIMAÇÃO EM 2D	2010	2011	IF	R\$ 36.000,00
358	MURUNDU	2010	2011	IF	R\$ 32.000,00
359	I SEMINÁRIO E MOSTRA NACIONAL DE DANÇA DE RUA Associação do Grupo de Dança Intocáveis	2010	2011	IF	R\$ 30.000,00
360	FRAGMENTOS DO COTIDIANO	2011	2012	IF	R\$ 14.500,00
361	UM VIOLINO COM AMOR NAS APRESENTAÇÕES DE NICOLAU SULZBECK	2011	2012	IF	R\$ 28.000,00
362	VIOLA EM NOITE DE LUA	2011	2012	IF	R\$ 25.000,00
363	A BONECA AZUL	2011	2012	FMC	R\$ 26.000,00
364	VOZES DA CIDADE: RÁDIO E CULTURA POPULAR URBANA EM UBERLÂNDIA 1939/1970	2011	2012	FMC	R\$ 26.000,00
365	QUANDO O PALCO É A ESCOLA	2011	2012	FMC/M	R\$ 24.000,00
366	PEQUENOS ANGOLEIROS CAPOEIRA ANGOLA E EDUCAÇÃO	2011	2012	IF	R\$ 30.000,00
367	FIAR, TECER E CORTAR OU A ROUPA DO IMPERADOR	2011	2012	FMC	R\$ 24.000,00
368	ARTES VISUAIS: ENSINO E APRENDIZAGEM EXPERIÊNCIAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL EM UBERLÂNDIA	2011	2012	IF	R\$ 25.000,00
369	A TEMPESTADE	2011	2012	IF	R\$ 26.000,00

370	PROJETO PRÓ-MIRIM ESTRELA GUIA DO AMANHÃ	2011	2012	FMC	R\$ 25.000,00
371	TICORITMOS	2011	2012	FMC/M	R\$ 25.000,00
372	BUSCANDO SORRISOS	2011	2012	IF	R\$ 25.000,00
373	OS ALUNOS DA ASSOCIAÇÃO PÉ DE MOLEQUE NA ESCOLA E NO TEATRO	2011	2012	FMC	R\$ 26.000,00
374	CD BANDA NO DEFEAT	2011	2012	FMC	R\$ 26.000,00
375	CIRCULAÇÃO DO ESPETÁCULO "O MÁGICO DE OZ"	2011	2012	IF	R\$ 26.000,00
376	A PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL SOB UM NOVO OLHAR	2011	2012	IF	R\$ 23.000,00
377	GRAVAÇÃO CD DA DUPLA DONI E BRENER	2011	2012	IF	R\$ 20.000,00
378	CANTANTES E CANTADORES	2011	2012	IF	R\$ 28.000,00
379	PELE CRUA - PALAVRAS TEMPERADAS	2011	2012	FMC	R\$ 26.000,00
380	4 X TARDIEU	2011	2012	FMC	R\$ 35.000,00
381	TONS DE MILTON NASCIMENTO	2011	2012	IF	R\$ 28.000,00
382	UMA LUZ ATRAVÉS DA MÚSICA	2011	2012	FMC/M	R\$ 24.000,00
383	GRAVAÇÃO DO CD ANDRÉ FEJÓ - FAVELA	2011	2012	FMC	R\$ 26.000,00
384	UMA SEMANA DE BLUES II	2011	2012	IF	R\$ 45.000,00
385	DANÇA PARA MENINOS	2011	2012	IF	R\$ 12.000,00
386	MÚSICA BRASILEIRA PARA FLAUTAS - GRAVAÇÃO DE CD DO QUARTETO CERRADO	2011	2012	FMC	R\$ 24.000,00
387	BONECA EM RENDA	2011	2012	FMC/M	R\$ 23.000,00
388	FÚRIA DO GUETO: DANÇA POR TODA PARTE	2011	2012	IF	R\$ 28.000,00
389	MOVIMENTO ESSENCIAL	2011	2012	IF	R\$ 28.000,00
390	A ARTE É PARA TODOS	2011	2012	FMC	R\$ 17.500,00
391	10º ENCONTRO DE TENDAS UMBANDISTAS	2011	2012	FMC	R\$ 15.000,00
392	CAPOEIRA DE MANGANGÁ	2011	2012	FMC	R\$ 20.000,00
393	BESTIÁRIO	2011	2012	FMC	R\$ 28.000,00
394	CD SOUL STONE	2011	2012	FMC	R\$ 28.000,00
395	AUTORAL - QUARTO DE TOM	2011	2012	IF	R\$ 26.000,00
396	ARTE E CULTURA POPULAR DO GRUPO TABINHA	2011	2012	FMC	R\$ 25.000,00
397	CONTANDO E CANTANDO HISTÓRIAS	2011	2012	FMC	R\$ 23.000,00
398	UM SOPRO PRO GUINGA	2011	2012	IF	R\$ 20.000,00
399	RESGATANDO VALORES PELA DANÇA	2011	2012	FMC/M	R\$ 24.000,00
400	GRAVAÇÃO DO CD NA MINHA ALDEIA	2011	2012	IF	R\$ 26.000,00
401	HOTEL RODOVIÁRIA	2011	2012	FMC	R\$ 20.000,00
402	FEIRARTE	2011	2012	IF	R\$ 25.000,00
403	CORPUS E EVOLUÇÕES	2011	2012	FMC	R\$ 24.000,00
404	PROJETO CONCERTOS PARA UBERLÂNDIA	2011	2012	IF	R\$ 60.000,00
405	ALMANAQUE UBERLÂNDIA DE ONTEM E SEMPRE	2011	2012	IF	R\$ 28.000,00
406	GRAVAÇÃO DO ÁLBUM MUSICAL "SEM SANGUE"	2011	2012	IF	R\$ 26.000,00
407	SACCHARUM	2011	2012	FMC	R\$ 36.000,00
408	ABBA DE LÁ E ABA DE CÁ	2011	2012	IF	R\$ 20.000,00
409	"MANICÔMIO" E OUTRAS MANIFESTAÇÕES LITERÁRIAS	2011	2012	FMC	R\$ 20.000,00

410	RE-TRATOS	2011	2012	FMC	R\$ 24.000,00
411	IRMANDADE DOS HOMENS DE TODAS AS CORES	2011	2012	IF	R\$ 45.000,00
412	A PRESA E A CAÇA / THE PREY AND THE HUNT	2011	2012	FMC	R\$ 40.000,00
413	CD COM ENCARTE LIVRO DE LUXO DE TRILHA SONORA E ADAPTAÇÃO DA PEÇA INFANTIL "O FUTURO DO PLANETA"	2011	2012	IF	R\$ 30.000,00
414	GRAVAÇÃO DE ÁLBUM COMPLETO DO GÊNERO "METAL EXTREMO"	2011	2012	FMC	R\$ 26.000,00
415	INVERNO MUSICAL	2011	2012	IF	R\$ 40.000,00
416	BANDA DIKIKI: DA ARQUEOLOGIA AFRICANA AOS HERÓIS E HEROÍNAS AFROBRASILEIROS(AS)	2011	2012	FMC	R\$ 25.000,00
417	BLACK JACK 21 BLUES BAND - GRAVAÇÃO CD OU DVD	2011	2012	IF	R\$ 30.000,00
418	PRODUÇÃO CULTURAL EM UBERLÂNDIA	2011	2012	IF	R\$ 30.000,00
419	FESTIVAL HC REUNION	2011	2012	FMC	R\$ 30.000,00
420	AGENDA CULTURAL	2011	2012	IF	R\$ 30.000,00
421	FESTICOM - FESTIVAL DE COMÉDIA	2011	2012	IF	R\$ 33.000,00
422	E AÍ MODERNIDADE	2011	2012	IF	R\$ 18.000,00
423	ARTE & CERRADO	2012	2013	FMC	R\$ 13.000,00
424	PUBLICAÇÃO DE LIVRO E LITERATURA NA ESCOLA	2012	2013	FMC	R\$ 23.000,00
425	POÉTICAS VISUAIS: INTERCÂMBIOS COM O TRIÂNGULO MINEIRO	2012	2013	IF	R\$ 35.000,00
426	FOTOGRAFIA NA COMUNIDADE	2012	2013	FMC/M	R\$ 16.000,00
427	PROJETO QUADRILHAR: OFICINAS DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO	2012	2013	IF	R\$ 25.000,00
428	CMD: PASSOS E COMPASSOS	2012	2013	IF	R\$ 28.000,00
429	II SEMINÁRIO DE ECONOMIA DA CULTURA	2012	2013	IF	R\$ 65.000,00
430	DE ALGUÉM, DE ALGUM LUGAR DISTANTE	2012	2013	IF	R\$ 24.000,00
431	PORQUE SOU VIOLEIRO	2012	2013	IF	R\$ 26.000,00
432	PRIMAVERA POÉTICA	2012	2013	FMC/M	R\$ 18.000,00
433	V EDIÇÃO FESTIVAL LATINO AMERICANO DE TEATRO RUÍNAS CIRCULARES	2012	2013	IF	R\$ 60.000,00
434	RECICLAR E CRIAR	2012	2013	FMC/M	R\$ 13.000,00
435	SUBJETIVISMO APARENTE - POEMAS PARA O AMANHÃ DE HOJE	2012	2013	FMC	R\$ 16.000,00
436	A CANTORA CARECA: TEATRO DO ABSURDO NO ENSINO MÉDIO	2012	2013	FMC	R\$ 28.000,00
437	DANÇARTE PARA MENINOS 2	2012	2013	IF	R\$ 17.000,00
438	CANTO DE TODO CANTO	2012	2013	IF	R\$ 60.000,00
439	A ORQUESTRA QUE TOCA UBERLÂNDIA	2012	2013	IF	R\$ 45.000,00
440	COLEÇÃO AMIGOS	2012	2013	FMC	R\$ 28.000,00
441	POESIA IMPULSIVA	2012	2013	FMC	R\$ 14.000,00
442	NO RITMO DA ARTE	2012	2013	FMC/M	R\$ 15.000,00
443	PÉ DE LIVRO - LIVRO DE ARTISTA	2012	2013	IF	R\$ 30.000,00

444	RECICLARTE	2012	2013	FMC	R\$ 25.000,00
445	FAUSTÃO - MINHA VOZ É MEU BERÇO	2012	2013	FMC	R\$ 28.000,00
446	A HISTÓRIA DA MENINA QUE ENGOLIA SAPOS	2012	2013	FMC	R\$ 16.000,00
447	MORADAS CD	2012	2013	IF	R\$ 25.000,00
448	DOCE HISTÓRIA	2012	2013	FMC	R\$ 30.000,00
449	1º FESTIVAL UBERLÂNDIA RIFF	2012	2013	FMC	R\$ 45.000,00
450	PÁSSARO PRESO NA MENTE	2012	2013	FMC	R\$ 23.000,00
451	TONS DE CORA	2012	2013	IF	R\$ 42.000,00
452	GRAVAÇÃO CD LEAVE ME OUT	2012	2013	FMC	R\$ 24.000,00
453	1º FESTIVAL REGIONAL DE TEATRO INFANTIL DE UBERLÂNDIA 1º FESTIN	2012	2013	IF	R\$ 37.000,00
454	CIRCO EM CENA	2012	2013	FMC/M	R\$ 15.000,00
455	POESIA DOS OLHOS	2012	2013	FMC	R\$ 34.000,00
456	CD ANTENA BURITI	2012	2013	IF	R\$ 26.000,00
457	A COISA TÁ PRETA! MOSTRA DE FILMES AFRICANOS E DE SUAS DIÁSPORAS	2012	2013	FMC	R\$ 28.000,00
458	BATTLE SKILL	2012	2013	IF	R\$ 24.000,00
459	SAPATEANDO EM RÉ MENOR	2012	2013	FMC	R\$ 26.000,00
460	CD PASSAR O DIA SEM PENSAR	2012	2013	FMC	R\$ 24.000,00
461	O GIBI DA CAPOEIRA ANGOLA COM MESTRE PASTINHA E MESTRE JOÃO PEQUENO COM A LEI 10.639/03	2012	2013	FMC	R\$ 24.000,00
462	TECENDO MEMÓRIAS	2012	2013	FMC	R\$ 40.000,00
463	CLIP DANÇA	2012	2013	FMC	R\$ 28.000,00
464	CAJUZINHO & FRIENDS	2012	2013	FMC	R\$ 25.000,00
465	CATAVENTO - BANDA CHAPLIN	2012	2013	IF	R\$ 27.000,00
466	DOCE HARMONIA NO BAIRRO AURORA – CIRANDAS	2012	2013	IF	R\$ 27.000,00
467	O QUILOMBO IMAGINÁRIO	2012	2013	FMC	R\$ 28.000,00
468	DANÇAR NA ÍNTEGRA	2012	2013	IF	R\$ 60.000,00
469	ALEX MORORÓ – ESSÊNCIA	2012	2013	IF	R\$ 27.000,00
470	OLHAR DA ALMA: O LIVRO	2012	2013	IF	R\$ 30.000,00
471	OTELINHO – 20 ANOS SEM GRANTE OTELO	2012	2013	FMC	R\$ 38.000,00
472	W KISS	2012	2013	FMC	R\$ 20.000,00
473	GRAVAÇÃO DO CD BANDA SKYHELL	2012	2013	FMC	R\$ 25.000,00
474	ANOS DE CHUMBO: MEMÓRIAS E CONFLITOS DA CIDADE VERMELHA	2012	2013	FMC	R\$ 40.000,00
475	FRUTOS DESSA TERRA – INTEGRAÇÃO DAS ARTES	2012	2013	IF	R\$ 64.000,00
476	TUM TUM PA	2012	2013	IF	R\$ 30.000,00
477	DOMADOR POR PROFISSÃO	2012	2013	IF	R\$ 27.000,00
478	DESPERTAR DO IMAGINÁRIO	2012	2013	FMC	R\$ 30.000,00

479	BIANCA E O ARCO DA ALIANÇA	2013	2014	IF	R\$ 22.500,00
480	SANTO DE CASA FAZ MILAGRE	2013	2014	FMC	R\$ 30.000,00
481	FESTIVAL DE CIRCO DO TRIÂNGULO	2013	2014	FMC	R\$ 15.000,00
482	O.R.L.A	2013	2014	FMC	R\$ 20.000,00
483	UM BAILE DA 3ª IDADE	2013	2014	FMC	R\$ 37.000,00
484	A CONDESSA DOS PÉS DESCALÇOS	2013	2014	FMC	R\$ 35.000,00
485	PARTIDAS	2013	2014	FMC	R\$ 25.000,00
486	NO MEIO DA RUA UMA FLOR BROTA DO ASFALTO	2013	2014	FMC	R\$ 25.000,00
487	CD BANDA BETTERMAN	2013	2014	FMC	R\$ 20.000,00
488	VIOLONCELANDO	2013	2014	FMC	R\$ 20.000,00
489	ARTE PRA SABÊ	2013	2014	FMC	R\$ 35.000,00
490	UBERLÂNDIA ESPORTE CLUBE – UMA HISTÓRIA E SUAS TANTAS ESTÓRIAS	2013	2014	FMC	R\$ 25.000,00
491	GRAFFITI: CULTURA DA PAZ	2013	2014	FMC	R\$ 25.000,00
492	FLORES AMARELAS MIÚDAS	2013	2014	FMC	R\$ 17.000,00
493	BERIMBAU MIRIM	2013	2014	FMC	R\$ 20.000,00
494	CD “AQUI”	2013	2014	IF	R\$ 30.000,00
495	GUIA TURÍSTICO CULTURAL DE UBERLÂNDIA	2013	2014	IF	R\$ 30.000,00
496	GRAVAÇÃO DO CD RESSONÂNCIAS	2013	2014	FMC	R\$ 25.000,00
497	DESENHANDO VALORES E PRODUZINDO HQs CURSOS E REVISTAS O.Q DE QUADRINHOS	2013	2014	FMC	R\$ 25.000,00
498	ADOLESCER MELHOR	2013	2014	FMC	R\$ 30.000,00
499	TUM TUM PA ANO II	2013	2014	IF	R\$ 24.000,00
500	PARAOLÍMPICOS	2013	2014	IF	R\$ 37.000,00
501	IV ENCONTRO LATINOAMERICANO DE PERCUSSÃO	2013	2014	FMC	R\$ 35.000,00
502	PARENTAIS	2013	2014	FMC	R\$ 41.000,00
503	CENTENÁRIO DE BITITA	2013	2014	IF	R\$ 40.878,00
504	LIGA DOS ARTISTAS	2013	2014	IF	R\$ 35.932,00
505	SORRISO EXPRESSO NO CAMINHO DA ROÇA	2013	2014	IF	R\$ 35.000,00
506	REGGAE ESPETÁCULO	2013	2014	IF	R\$ 30.000,00
507	COLA BOLA: BRINQUEDOS E BRINCADEIRAS	2013	2014	IF	R\$ 30.950,00
508	AMOR MAIOR JOÃO CALLAÇA	2013	2014	IF	R\$ 30.000,00
509	CULTURA E EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: CONHECENDO E RESPEITANDO O SAGRADO NAS ESCOLAS	2013	2014	FMC	R\$ 10.000,00
510	DIÁRIO DE UM LOUCO	2013	2014	FMC	R\$ 25.000,00
511	CENA ANIMADA FESTIVAL DE TEATRO DE ANIMAÇÃO DO TRIÂNGULO MINEIRO	2013	2014	IF	R\$ 60.000,00
512	CRESCER PARA FLORESCER	2013	2014	IF	R\$ 25.000,00
513	LITERATURA NA ESCOLA E PUBLICAÇÃO DE LIVRO	2013	2014	IF	R\$ 25.000,00
514	VIOLÕES DE SÃO FRANCISCO	2013	2014	IF	R\$ 27.000,00
515	POESIA COLÉRICA	2013	2014	FMC	R\$ 18.000,00

516	ENCENAÇÃO	2013	2014	FMC	R\$ 40.000,00
517	TERRACOTTA – DANÇANDO A NOSSA COR	2013	2014	IF	R\$ 35.000,00
518	VIOLA ENCANTADA	2013	2014	IF	R\$ 30.000,00
519	PONTO DE VISTA	2013	2014	FMC	R\$ 30.000,00
520	LADIES WEEK	2013	2014	FMC	R\$ 12.000,00
521	IMAGINARIUM	2013	2014	IF	R\$ 45.000,00
522	NÉVOAS & CRISTAIS: MÚSICAS BRASILEIRAS PARA PERCUSSÃO E ELETRÔNICOS EM TEMPO REAL	2013	2014	FMC	R\$ 18.000,00
523	UM ENLEVO MUSICAL ETERNIZADO ATRAVÉS DA IMAGEM	2013	2014	IF	R\$ 19.740,00
524	OFICINA CANTO E CONVIVÊNCIA	2013	2014	IF	R\$ 15.000,00
525	ORQUESTRA EXPERIMENTAL BAIRRO SHOPPING PARK	2013	2014	IF	R\$ 50.000,00
526	PROJETO QUADRILHAR: DANÇAR QUADRILHA É A NOSSA ARTE!	2013	2014	IF	R\$ 35.000,00
527	1º ENCONTRO REGIONAL DE OGÃNS, EKEDIS E ARTISTAS DE TERREIRO	2013	2014	FMC	R\$ 30.000,00
528	O AROMA SUAVE DE UM AMANHÃ	2013	2014	FMC	R\$ 25.000,00
529	SENTIMENTOS VÁRIOS EM VERSO E PROSA	2013	2014	FMC	R\$ 15.000,00
530	HISTÓRIAS DE MONSTROS E OUTROS BICHOS	2013	2014	FMC	R\$ 20.000,00
531	ADEVIUDI ANGOLA – CAPOEIRA SEM BARREIRAS	2013	2014	FMC	R\$ 12.000,00
532	CULTURA EM MOVIMENTO	2013	2014	IF	R\$ 45.000,00
533	GRUPO CONTEMPORÂNEO DE RUA DANÇA PARA TODAS AS IDADES	2013	2014	FMC	R\$ 30.000,00
534	AMANDO PALAVRAS	2013	2014	FMC	R\$ 15.000,00
535	2º DVD/CD BANDA AB'SURDOS	2013	2014	IF	R\$ 40.000,00
536	XII ENCONTRO REGIONAL DE CONGADEIROS DO TRIÂNGULO MINEIRO	2013	2014	FMC	R\$ 35.000,00
537	SHARIF	2013	2014	FMC	R\$ 15.000,00
538	12º ENCONTRO DE TENDAS UMBANDISTAS	2013	2014	FMC	R\$ 15.000,00
539	IN CANTUS	2013	2014	IF	R\$ 30.000,00
540	CONHECENDO O CORDEL	2013	2014	FMC	R\$ 15.000,00
541	RIBANCEIRA	2013	2014	FMC	R\$ 15.000,00
542	CORO SACRO DA CAPELA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO E SÃO BENEDITO DE UBERLÂNDIA	2013	2014	IF	R\$ 25.000,00
543	CIRCULAÇÃO DO ESPETÁCULO CERRADO, ENTRE CASCAS E RAÍZES	2013	2014	IF	R\$ 40.000,00
544	MINAS BRASS	2013	2014	IF	R\$ 20.000,00
545	JUCA: MEU CANTO É SAUDADE	2014	2015	FMC	R\$ 37.000,00
546	WULTO'S SAMBA	2014	2015	FMC	R\$ 29.000,00
547	BATTLE SKILL	2014	2015	FMC	R\$ 24.500,00
548	SOB O CÉU	2014	2015	FMC	R\$ 37.000,00

549	INDIZIVEL	2014	2015	FMC	R\$ 37.000,00
550	O INTERROGATÓRIO	2014	2015	FMC	R\$ 21.000,00
551	FESTIVAL DE HUMOR: UBER COMEDY FEST	2014	2015	FMC	R\$ 38.000,00
552	BEM VINDOS - UM ENCONTRO PARA EXPERIMENTAR AS ARTES DO CORPO	2014	2015	FMC	R\$ 38.000,00
553	DIA DE FEIRA	2014	2015	FMC	R\$ 25.000,00
554	PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE ARTISTAS DE CIRCO	2014	2015	FMC	R\$ 38.000,00
555	DANIEL NA COVA DOS LEÕES	2014	2015	FMC	R\$ 34.000,00
556	SORTIDOS SORTILÉGIOS	2014	2015	FMC	R\$ 15.000,00
557	VIDEO POEMA DO CERRADO	2014	2015	FMC	R\$ 30.000,00
558	DE FRENTE PRO JAZZ	2014	2015	FMC	R\$ 38.000,00
559	CINEMA E VÍDEO	2014	2015	FMC	R\$ 25.000,00
560	SÉRIE DE APRESENTAÇÕES DA BANDA SEM SANGUE	2014	2015	FMC	R\$ 37.000,00
561	1º FESTIVAL IPÊ AMARELO DE MÚSICA INSTRUMENTAL	2014	2015	FMC	R\$ 43.000,00
562	BREVE PARA COMPARTILHAR	2014	2015	FMC	R\$ 20.805,00
563	A MENINA ROSA	2014	2015	FMC	R\$ 18.000,00
564	NOVAS TEMPESTADES PARA VELHOS AMORES: DIÁLOGOS POÉTICO-CORPORAIS	2014	2015	FMC	R\$ 25.000,00
565	ANJOS DA ALEGRIA – 15 ANOS	2014	2015	IF	R\$ 44.000,00
566	BREVE NOVA YORK	2014	2015	FMC	R\$ 24.500,00
567	FESTIVAL DE CULTURA LUIZOTE	2014	2015	FMC	R\$ 20.000,00
568	REFABULANDO: OFICINAS DE CRIAÇÃO EM ESCRITA	2014	2015	FMC	R\$ 37.000,00
569	DO POVO DO PÉ VERMELHO AO PATRIMÔNIO	2014	2015	FMC	R\$ 27.000,00
570	BARRAÇÃO ESPAÇO CULTURAL - OFICINAS ARTÍSTICAS	2014	2015	FMC	R\$ 32.443,00
571	1º SEMINÁRIO DE PERCUSSÃO CONTEMPORÂNEA DE UBERLÂNDIA/MG	2014	2015	FMC	R\$ 29.000,00
572	ESTÓRINTIMIZAÇÕES	2014	2015	FMC	R\$ 14.113,00
573	EMANAÇÕES	2014	2015	FMC	R\$ 18.639,00
574	BALAI DE CHITA: CIRCULANDO FULÔ	2014	2015	FMC	R\$ 20.000,00
575	XVII COTRAMAF - CONGRESSO DE TRADIÇÕES DE MATRIZ AFRICANA	2014	2015	FMC	R\$ 33.000,00
576	PROJETO RABO DE ARRAIA	2014	2015	FMC	R\$ 15.000,00
577	O MUNDO IMAGINÁRIO DE PINÓQUIO E OS DESAFIOS DAS NOVAS TECNOLOGIAS	2014	2015	IF	R\$ 50.000,00
578	CANTAENCENA A ARTE TEATRO PARA TODAS AS IDADES	2014	2015	IF	R\$ 21.427,00
579	CÂMERA CAMINHANTE	2014	2015	IF	R\$ 35.000,00
580	ARTE E RECICLAGEM	2014	2015	IF	R\$ 17.000,00
581	CIRCODANÇA	2014	2015	IF	R\$ 30.000,00
582	O CONTORNO MOSTRA DE CINEMA DA BORDA CASS FILMES	2014	2015	IF	R\$ 40.000,00

583	REMELA, UM SUPER HEROI DE MEIA TIGELA	2014	2015	IF	R\$ 40.000,00
584	UAIZOUK	2014	2015	IF	R\$ 22.537,00
585	DAM. DANÇA, AMOR E MOVIMENTO	2014	2015	IF	R\$ 23.000,00
586	OUT DOOR ARTE - UBERLÂNDIA PELA LENTE DE ARTISTAS	2014	2015	IF	R\$ 30.000,00
587	FALANDO DE ARTE	2014	2015	IF	R\$ 30.000,00
588	SANTO DE CASA FAZ MILAGRE - 2 EDIÇÃO	2014	2015	IF	R\$ 35.000,00
589	CAVAQUINHO BATUTA - UMA ABORDAGEM DIDÁTICA NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE UBERLÂNDIA	2014	2015	IF	R\$ 21.325,00
590	1º FEME UDI - FESTIVAL DE MÚSICA ESCOLAR DE UBERLÂNDIA "MARIA CONSTANÇA ROCHA"	2014	2015	IF	R\$ 29.000,00
591	"IN CANTUS"	2014	2015	IF	R\$ 30.000,00
592	CARIB/BEM MUSICAL	2014	2015	IF	R\$ 25.000,00
593	XIII CONCURSO DE PIANO CORA PAVAN CAPPARELLI	2014	2015	IF	R\$ 25.000,00
594	COLETÂNEA UBERLANDENSE DE MÚSICA INDEPENDENTE	2014	2015	IF	R\$ 30.000,00
595	SUPERFANTÁSTICO	2014	2015	IF	R\$ 20.000,00
596	SABIÁ CANTADÔ - CORO DE MENINAS E MENINOS DE UBERLÂNDIA	2014	2015	IF	R\$ 40.000,00
597	VIVÊNCIAS POÉTICAS	2014	2015	IF	R\$ 25.500,00
598	NOITES LITERÁRIAS	2014	2015	IF	R\$ 37.750,00
599	SARAU GOTAS POÉTICAS	2014	2015	IF	R\$ 33.000,00
600	V FESTIVAL DE QUADRILHAS JUNINAS DE UBERLÂNDIA	2014	2015	IF	R\$ 45.000,00
601	VIOLÃO NOSSO DE CADA DIA	2014	2015	IF	R\$ 40.000,00
602	CIRCULAÇÃO DO CD MARITACA	2014	2015	IF	R\$ 40.000,00
603	AO MENOS, MAIS MÚSICA CD	2014	2015	IF	R\$ 33.000,00
604	CULTURA NA PRAÇA	2014	2015	IF	R\$ 27.400,00
605	RODA VIVA: CONTANDO E DANÇANDO HISTÓRIAS	2014	2015	IF	R\$ 25.000,00
606	BELEZA NEGRA: DESPERTANDO TALENTOS	2014	2015	IF	R\$ 34.061,00
607	COLETIVO MUSICAL	2014	2015	IF	R\$ 17.203,00
608	ADEVIUDI ANGOLA: CAPOEIRA SEM BARREIRAS	2014	2015	IF	R\$ 19.000,00
609	2ª EDIÇÃO DO PRÊMIO O.Q. DE QUADRINHOS E REVISTA	2015	2016	FMC	R\$ 5.000,00
610	OS AFRO-DESCENDENTES E A CULTURA DE UBERLÂNDIA	2015	2016	IF	R\$ 52.000,00
611	O GATO	2015	2016	IF	R\$ 20.000,00
612	COM TEMPERO BEM BRASILEIRO	2015	2016	IF	R\$ 21.000,00
613	UDI – A última terra fértil	2015	2016	FMC	R\$ 15.000,00

614	QUADRILHA JUNINA FALA UAI, ENCANTANDO UBERLÂNDIA	2015	2016	FMC	R\$ 5.000,00
615	MEMÓRIAS DE BRINCAR	2015	2016	IF	R\$ 26.500,00
616	LADIES WEEK	2015	2016	IF	R\$ 22.000,00
617	LA FERRETTI, O MUSICAL	2015	2016	IF	R\$ 52.000,00
618	POR DE DENTRO – DIFUNDINDO ROSA	2015	2016	IF	R\$ 52.000,00
619	METAMORFOSES	2015	2016	FMC	R\$ 34.000,00
620	UAIDANCE	2015	2016	FMC	R\$ 20.000,00
621	INCLUINDO ARTE	2015	2016	FMC	R\$ 15.440,00
622	SOBRE O QUE EU FALO	2015	2016	FMC	R\$ 5.000,00
623	CÉLULA CERRADO	2015	2016	FMC	R\$ 17.869,85
624	SKELTER – Poemas de Helder Pimenta	2015	2016	FMC	R\$ 17.000,00
625	POESIAS DO BEM E DO MAL	2015	2016	FMC	R\$ 17.000,00
626	OFICINAS DE ARTES URBANAS EDUCATIVAS - OAUE	2015	2016	FMC	R\$ 36.000,00
627	FESTIVAL UDIROCK 2016 – 11ª EDIÇÃO	2015	2016	FMC	R\$ 52.000,00
628	CIRCULAÇÃO “POR QUEM OS SINOS DOBRAM?”	2015	2016	FMC	R\$ 36.000,00
629	CIRCULAÇÃO DO GRUPO MITO 8 DE TEATRO: POR TI NÃO IMPORTA MATAR OU MORRER	2015	2016	FMC	R\$ 26.000,00
630	CONEXÃO. ARTE EDUCAÇÃO E INCLUSÃO	2015	2016	IF	R\$ 50.000,00
631	INVENTOS – QUANDO VENTA DO LADO DE DENTRO	2015	2016	IF	R\$ 30.500,00
632	BRINCAR É...	2015	2016	IF	R\$ 32.000,00
633	NOITES LITERÁRIAS	2015	2016	IF	R\$ 52.000,00
634	CONCERTANDO COM A ORQUESTRA	2015	2016	IF	R\$ 16.325,00
635	LET'S DANCE	2015	2016	IF	R\$ 23.000,00
636	FREE MOVE	2015	2016	IF	R\$ 40.000,00
637	RODA VIVA: NOVAS HISTÓRIAS	2015	2016	IF	R\$ 21.000,00
638	BRASILIDADES – A MÚSICA ERUDITA NACIONAL E SUA INTERDISCIPLINARIDADE	2015	2016	FMC	R\$ 5.000,00
639	TÉCNICAS E SONS DO TERRA	2015	2016	FMC	R\$ 49.500,00
640	AS ASAS MOLHADAS DA BORBOLETA	2015	2016	FMC	R\$ 18.900,00
641	RAIZ DE LUZ: OUTRAS PERSPECTIVAS SOBRE VIDEODANÇA	2015	2016	FMC	R\$ 5.000,00
642	PRODUÇÃO VÍDEO CONTAÇÃO DE HISTÓRIA BAIRRO PATRIMÔNIO	2015	2016	FMC	R\$ 18.840,00
643	CAMUGERÊ NAS ESCOLAS	2015	2016	FMC	R\$ 5.000,00
644	CONTORNO – MOSTRA DE CINEMA INDEPENDENTE E DA BORDA	2015	2016	IF	R\$ 52.000,00
645	TINDOLELÊ: QUINTAL DE HISTÓRIAS	2015	2016	IF	R\$ 21.700,00
646	MOSTRA DE TEATRO DE UBERLÂNDIA E REGIÃO	2015	2016	IF	R\$ 52.000,00
647	SUPERARTE	2015	2016	IF	R\$ 36.000,00
648	GIRALUA: ReNascimento	2015	2016	IF	R\$ 26.000,00

649	DUO BRASIL: MÚSICA ERUDITA BRASILEIRA PARA FLAUTA DOCE E PIANO	2015	2016	IF	R\$ 28.000,00
650	UBERINVASÃO 3D – Distritos de Uberlândia	2015	2016	FMC	R\$ 5.000,00
651	NARRATIVAS DA PÁ VIRADA: Uberlândia como você nunca viu	2015	2016	FMC	R\$ 35.100,00
652	IARA	2015	2016	FMC	R\$ 48.000,00
653	XVIII COTRAMAF – CONGRESSO DE TRADIÇÃO DE MATRIZ AFRICANA	2015	2016	FMC	R\$ 34.640,00
654	TEMPORAL – ENCONTROS DE DANÇA CONTEMPORÂNEA E COMPOSIÇÃO EM TEMPO REAL	2015	2016	FMC	R\$ 51.900,00
655	AS AVENTURAS DE SIMON: PRODUÇÃO DE LIVRO INFANTIL	2015	2016	FMC	R\$ 20.000,00
656	CASA VERDE SESSIONS – 2ª TEMPORADA	2015	2016	FMC	R\$ 26.000,00
657	GIRA ARTE INTERPRETA OSHO	2015	2016	FMC	R\$ 15.000,00
658	MULTIDÃO EM UM	2015	2016	IF	R\$ 34.579,75
659	A CAVERNA DO MONSTRO ABELARDO	2015	2016	FMC	R\$ 5.000,00
660	NO BALANÇO DO CAOS	2015	2016	FMC	R\$ 5.000,00
661	FANTÁSTICOS MINEIROS	2015	2016	IF	R\$ 48.200,00
662	FALANDO DE ARTE	2015	2016	IF	R\$ 32.600,00
663	JOSÉ IGNÁCIO – 50 anos	2015	2016	IF	R\$ 36.000,00
664	I FESTIVAL FOTOGRÁFICO DE UBERLÂNDIA “A DANÇA E A CIDADE”	2015	2016	IF	R\$ 28.000,00
665	CIRCODANÇA 2	2015	2016	IF	R\$ 32.000,00
666	PEREGRINO – UM CAMINHO POÉTICO	2015	2016	IF	R\$ 17.000,00
667	MANU E MANÉ	2015	2016	IF	R\$ 46.000,00
668	MIXTAPE + VIDEOTAPE UDISCHOOL	2015	2016	IF	R\$ 21.000,00
669	LANÇAMENTO DO DVD 'REGGAE ESPETÁCULO'	2015	2016	IF	R\$ 30.000,00
670	FESTIVAL AGOSTO DO HIP-HOP	2015	2016	IF	R\$ 50.000,00
671	VIVA MAIS MÚSICA	2015	2016	IF	R\$ 21.675,00
672	PARÓQUIAS DE UBERLÂNDIA – MEMÓRIAS DE UM OLHAR ARQUITETÔNICO	2015	2016	IF	R\$ 20.000,00
673	GRAVAÇÃO DO CD – NATÃ BORGES	2015	2016	IF	R\$ 30.000,00
674	DE BAIRRO EM BAIRRO	2015	2016	IF	R\$ 52.000,00
675	EMPODERE AS MULHERES	2015	2016	IF	R\$ 52.000,00
676	CAPOEIRA É PRA HOMEM, MENINO E MULHER	2015	2016	IF	R\$ 17.500,00
677	ENTRE ALMAS	2015	2016	IF	R\$ 52.000,00
678	ALÔ QUEM FALA	2015	2016	FMC	R\$ 26.000,00
679	2º UDI URBAN – FESTIVAL DE DANÇAS URBANAS	2015	2016	FMC	R\$ 36.000,00
680	KARLA NATÁRIO CONTEÚDO ARTÍSTICO CULTURAL	2015	2016	FMC	R\$ 5.000,00
681	FEIRA DE ARTE ANÔNIMA	2015	2016	FMC	R\$ 33.000,00
682	MOINHOS DA MEMÓRIA: CRÔNICAS, CONTOS E CAUSOS	2015	2016	FMC	R\$ 19.400,00
683	MAIONESE – UM LIVRO DE POEMAS	2015	2016	FMC	R\$ 17.500,00

684	CIRCO NA ESCOLA	2015	2016	IF	R\$ 28.500,00
685	O PAÍS DAS MARAVILHAS NO AMBIENTE ESCOLAR	2015	2016	FMC	R\$ 19.900,00
686	FESTIVAL NACIONAL DE QUADRILHAS JUNINAS DE UBERLANDIA 2016	2015	2016	IF	R\$ 52.000,00
687	VIVÊNCIAS POÉTICAS	2015	2016	IF	R\$ 26.000,00
688	A PRODUÇÃO LITERÁRIA DE ALUNOS DO EJA	2015	2016	IF	R\$ 38.000,00
689	SOBRADINHO – POR ONDE PASSOU O PROGRESSO	2015	2016	IF	R\$ 20.000,00
690	OUTDOOR ARTE: CANTOS E ENCANTOS DA CIDADE	2015	2016	IF	R\$ 40.000,00
691	CONTÉM ARTE	2015	2016	IF	R\$ 46.000,00
692	O GATO SOMMELIER E OUTROS CONTOS	2015	2016	FMC	R\$ 16.000,00
693	PALHAÇARIA EM CENA: I FESTIVAL DE CENAS CURTAS DE PALHAÇOS	2015	2016	FMC	R\$ 5.000,00
694	PROJETO ANGEL HAIR	2015	2016	IF	R\$ 40.000,00
695	VIOLÃO NOSSO DE CADA DIA	2015	2016	IF	R\$ 52.000,00
696	CONCERTOS DE ÓRGÃO DA CATEDRAL DE SANTA TERESINHA	2015	2016	IF	R\$ 26.000,00
697	PRÊMIO DE DANÇA UBERLÂNDIA	2015	2016	IF	R\$ 52.000,00
698	CIRCULAÇÃO DO ESPETÁCULO SUPERFANTÁSTICO	2015	2016	IF	R\$ 36.000,00
699	IN CANTUS	2015	2016	IF	R\$ 36.000,00
700	ARTE DOS DISTRITOS	2015	2016	IF	R\$ 46.000,00
701	VELHICE, IMAGEM, MEMÓRIA: REPRESENTAÇÃO POÉTICA DA EXISTÊNCIA	2015	2016	IF	R\$ 36.000,00
702	II CENA ANIMADA. FESTIVAL DE TEATRO DE ANIMAÇÃO DO TRIÂNGULO MINEIRO	2015	2016	IF	R\$ 52.000,00
703	FESTIVAL DE CIRCO DO TRIANGULO	2016	2017	FMC	R\$ 40.000,00
704	PUBLICAÇÃO DA HQ MATÉRIA ESCURA	2016	2017	FMC	R\$ 20.000,00
705	A CAPOEIRA E O SAMBA NA RODA	2016	2017	FMC	R\$ 17.000,00
706	DAS PONTES ÀS ILHAS DE OCUPAÇÃO	2016	2017	FMC	R\$ 5.000,00
707	PRÁTICAS DA MARGEM	2016	2017	FMC	R\$ 36.000,00
708	3º UDI URBAN	2016	2017	FMC	R\$ 36.000,00
709	NÁUFRAGO	2016	2017	FMC	R\$ 18.000,00
710	QUADRILHA JUNINA DA DIVERSIDADE-LGBT	2016	2017	FMC	R\$ 5.000,00
711	A VOZ DA TERRA-ENTRE RAÍZES E HISTÓRIAS	2016	2017	FMC	R\$ 29.600,00
712	COMIDA DE SANTO	2016	2017	FMC	R\$ 20.886,00

713	FEIRA DA DONA COISINHA NO PARQUE	2016	2017	FMC	R\$ 26.400,00
714	SECAS FOLHAS	2016	2017	FMC	R\$ 18.500,00
715	REPRODUÇÃO DVD "ENTRE RETAS E CURVAS: UMA HISTÓRIA DO TEATRO MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA"	2016	2017	FMC	R\$ 5.000,00
716	XV CONCURSO DE PIANO CORA PAVAN CAPPARELLI	2016	2017	FMC	R\$ 27.000,00
717	ROSA DOS VENTOS BRASIL MULTICULTURAL	2016	2017	FMC	R\$ 30.000,00
718	PROJETO CULTURAL CapuErê Gabriela Almeida Diniz	2016	2017	FMC	R\$ 19.000,00
719	TREM DE GRIÔS	2016	2017	FMC	R\$ 20.000,00
720	ACESSOS À NATUREZA: EXPERIMENTAÇÕES ARTÍSTICAS NO PARQUE MUNICIPAL VICTORIO SIQUIEROLI E RESERVA ECOLÓGICA DO PANGA	2016	2017	FMC	R\$ 20.000,00
721	O LOBO PELA ESTRADA A FORA	2016	2017	FMC	R\$ 15.000,00
722	CHORO NA FEIRA	2016	2017	FMC	R\$ 30.000,00
723	FESTIVAL CENA CERRADO	2016	2017	FMC	R\$ 40.000,00
724	INCÔMODO COTIDIANO	2016	2017	FMC	R\$ 18.000,00
725	VÍDEO POEMA DO CERRADO ANO II	2016	2017	FMC	R\$ 36.000,00
726	ARTE E REPRESENTAÇÃO CORPORAL	2016	2017	FMC	R\$ 5.000,00
727	PRODUÇÃO DO ÁLBUM MARIA AUGUSTA	2016	2017	FMC	R\$ 5.000,00
728	O REINO DE JAMÉ	2016	2017	FMC	R\$ 37.000,00
729	A CLAUSURA DE KEMATIAN E OUTROS CONTOS INSÓLITOS	2016	2017	FMC	R\$ 18.500,00
730	MAPEAMENTO MUNICIPAL DE GRIÔ E CULTURAS DE MATRIZ AFRICANA	2016	2017	FMC	R\$ 30.000,00
731	TEATRO CONGADA	2016	2017	FMC	R\$ 19.928,00
732	OS PUTOS	2016	2017	FMC	R\$ 18.000,00
733	TRUPE DE TRUÕES 15 ANOS: ENTRE ARQUIVOS E MEMÓRIAS	2016	2017	FMC	R\$ 37.000,00
734	PARALELA arte. Corpo. Performance – Edição 2017	2016	2017	FMC	R\$ 36.000,00
735	TABAJARA – O SAMBA DO CERRADO	2016	2017	FMC	R\$ 36.000,00
736	OFICINAS: MULHERES – EXPRESSÃO E ARTE	2016	2017	FMC	R\$ 20.000,00
737	DE FORA PRA DENTRO: PARTES DE UMA HISTÓRIA	2016	2017	FMC	R\$ 16.116,00
738	VEM JOGAR CAPOEIRA, CAMARÁ	2016	2017	FMC	R\$ 20.000,00

739	O SITE DA CHARRETTENET – REDES INCLUSIVAS	2016	2017	FMC	R\$ 20.000,00
740	O TEATRO COM, NA E PARA A COMUNIDADE: O ARTISTA QUE HÁ EM NÓS	2016	2017	FMC	R\$ 32.000,00
741	CINEOLHAR	2016	2017	IF	R\$ 60.000,00
742	ARTE DOS DISTRITOS-2ª TEMPORADA	2016	2017	IF	R\$ 58.300,00
743	POÉTICA DA INFÂNCIA: PARA SENTIR E PENSAR A CRIANÇA	2016	2017	FMC	R\$ 5.000,00
744	ESCRITA LITERÁRIA NA ESCOLA COM PUBLICAÇÃO POÉTICA DE LIVRO	2016	2017	FMC	R\$ 20.000,00
745	DOZE POEMAS CONCRETOS DE MARCELO CLÓVIS ALCIDES OU ALGO DO TIPO	2016	2017	FMC	R\$ 20.000,00
746	PRÊMIO DE DANÇA DE UBERLÂNDIA	2016	2017	IF	R\$ 50.000,00
747	A PRODUÇÃO LITERARIA DE ALUNOS DA EJA	2016	2017	IF	R\$ 34.000,00
748	UM CICLO-DO MESMO QUE NÃO É O MESMO NUNCA	2016	2017	IF	R\$ 26.000,00
749	TINDOLELÊ - ANO II: NOVOS QUINTAIS	2016	2017	IF	R\$ 26.000,00
750	CONTÉM ARTE	2016	2017	IF	R\$ 46.000,00
751	QUE BOM QUE VOCÊ VEIO NA ROÇA	2016	2017	IF	R\$ 34.000,00
752	BRUNA UNA LUNA	2016	2017	IF	R\$ 26.000,00
753	OUTDOOR ARTE: OLHARES POÉTICOS PARA A PAISAGEM RURAL	2016	2017	IF	R\$ 36.000,00
754	PROJETO ANGEL HAIR-ANO II	2016	2017	IF	R\$ 47.000,00
755	CIRCO NA ESCOLA ANO II	2016	2017	IF	R\$ 48.000,00
756	ÁRVORES DE CULTURAS	2016	2017	IF	R\$ 46.000,00
757	ARRANJANDO UM CHORO	2016	2017	IF	R\$ 46.000,00
758	DOC. WAGNER SALAZAR 50 ANOS	2016	2017	IF	R\$ 60.000,00
759	FALANDO DE ARTE	2016	2017	IF	R\$ 36.000,00
760	UBERLÂNDIA NA ROTA APOIO A TURNÊS	2016	2017	IF	R\$ 60.000,00
761	PEDRO ANTÔNIO CONVIDA	2016	2017	IF	R\$ 36.000,00
762	NOITES LITERÁRIAS # 5 ANOS!	2016	2017	IF	R\$ 60.000,00
763	COLEÇÃO CRIANÇA ESPELHADA	2016	2017	IF	R\$ 44.000,00
764	CORES DO CONGADO	2016	2017	IF	R\$ 28.000,00
765	MÚSICA IMPORTA	2016	2017	IF	R\$ 57.000,00
766	ANIMARE:OFICINAS F7 DE JOGOS DIGITAIS	2016	2017	IF	R\$ 60.000,00

767	2K INVESTIGAÇÃO DO FEMININO	2016	2017	IF	R\$ 48.000,00
768	VIOLÃO NOSSO DE CADA DIA	2016	2017	IF	R\$ 55.000,00
769	CULTURAS TRADICIONAIS DE UBERLÂNDIA	2016	2017	IF	R\$ 60.000,00
770	UBUNTU	2016	2017	IF	R\$ 36.000,00
771	ORQUESTRA EXPERIMENTAL UBERLÂNDIA – OFICINAS DE MÚSICA	2016	2017	IF	R\$ 36.000,00
772	FESTIVAL TIMBRE – 4ª EDIÇÃO	2016	2017	IF	R\$ 60.000,00
773	COMPOSIÇÃO Nº 4 PONTOS DE VISTA	2016	2017	IF	R\$ 34.000,00
774	CONSTRUINDO NOVOS LEITORES NA EDUCAÇÃO INFANTIL: PUBLICAÇÃO DO LIVRO “ISABELA TINHA...”	2016	2017	IF	R\$ 26.000,00
775	UDITEATRO-EDIÇÃO TEATRO PELA CIDADE	2016	2017	IF	R\$ 60.000,00
776	1º ENCONTRO DE PERFORMANCE EM FLAUTA DOCE DE UBERLÂNDIA	2016	2017	IF	R\$ 29.500,00
777	NO BATUQUE DOS PÉS:TRIBOS DANÇANTES	2016	2017	IF	R\$ 26.000,00
778	CONTORNO-MOSTRA DE CINEMA INDEPENDENTE E DA BORDA	2016	2017	IF	R\$ 60.000,00
779	DOIDARTE-CIRANDA CULTURAL	2016	2017	IF	R\$ 58.600,00
780	365 RETRATOS DE GENTE PARECIDA COM GENTE CONHECIDA	2016	2017	IF	R\$ 36.000,00
781	MUSICAL DA MELHOR IDADE	2016	2017	IF	R\$ 36.000,00
782	PLAY	2016	2017	122	R\$ 36.000,00
783	8º FESTIVAL LATINO AMERICANO DE TEATRO RUINAS CIRCULARES	2016	2017	127	R\$ 60.000,00
784	CULTURA POPULAR CIDADANIA:CORDEL E REPENTE NAS SALAS DE AULA DA CIDADE	2016	2017	129	R\$ 26.000,00
785	NOSSAS CANÇÕES	2016	2017	130	R\$ 54.000,00
786	SANTO DE CASA FAZ MILAGRE 3ª EDIÇÃO	2016	2017	134	R\$ 36.000,00
787	MEIA CURA: ANTOLOGIA DE QUADRINHOS	2017	2018	FMC	R\$ 23.000,00
788	LIVRO DE ARTISTA DE MOSCAS DE FRUTA: COSTURAS ENTRE ARTE E CIÊNCIA	2017	2018	FMC	R\$ 23.000,00
789	BORDANDO HISTÓRIAS DE UMA CIDADE	2017	2018	FMC	R\$ 27.068,00
790	Em Trans&	2017	2018	FMC	R\$ 20.000,00
791	OneShot – Minicursos de Fotografia	2017	2018	FMC	R\$ 25.000,00
792	SERÁ QUE VAMOS CONSEGUIR VENCER? HISTÓRIA DO ROCK EM UBERLÂNDIA	2017	2018	FMC	R\$ 24.965,00
793	COFFEE JANE	2017	2018	FMC	R\$ 32.500,00
794	DERIVA CARTOGRÁFICA	2017	2018	FMC	R\$ 33.600,00
795	SARAU SONS POÉTICOS	2017	2018	FMC	R\$ 20.000,00
796	BALAIÓ EM FORMAÇÃO	2017	2018	FMC	R\$ 20.000,00
797	CAPOEIRA ANGOLA NA EDUCAÇÃO BÁSICA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E TRANSTORNOS GLOBAIS DO	2017	2018	FMC	R\$ 20.000,00

DESENVOLVIMENTO: INCLUSÃO E AUTONOMIA SOCIAL						
798	PROJETO AGOGÔ	2017	2018	FMC	R\$ 26.000,00	
799	A PEQUENA ALIMATÁ	2017	2018	FMC	R\$ 34.000,00	
800	BATTLE SKILL	2017	2018	FMC	R\$ 33.600,00	
801	6TETAS – MOSTRA DE ARTE	2017	2018	FMC	R\$ 36.000,00	
802	DISPOSITIVO COREOGRÁFICO	2017	2018	FMC	R\$ 36.000,00	
803	FLUTUA	2017	2018	FMC	R\$ 3.100,00	
804	A ARTE DE ENSINAR	2017	2018	FMC	R\$ 20.000,00	
805	EDUCARTE	2017	2018	FMC	R\$ 20.000,00	
806	PRATICANDO CULTURA E TRANSFORMANDO EM ARTE	2017	2018	FMC	R\$ 36.000,00	
807	FULORESCÊ DE HISTÓRIAS	2017	2018	FMC	R\$ 5.000,00	
808	DE PONTO EM PONTO SE CRIA UM CONTO	2017	2018	FMC	R\$ 5.000,00	
809	HOJE É DIA DE JOANA	2017	2018	FMC	R\$ 19.000,00	
810	COMO VIVER SEM VOCÊ?	2017	2018	FMC	R\$ 20.000,00	
811	TEXTURAS DA VIDA	2017	2018	FMC	R\$ 21.000,00	
812	FUSAS, CONFUSAS & SEMICOISAS	2017	2018	FMC	R\$ 20.000,00	
813	DROPLUXES	2017	2018	FMC	R\$ 19.000,00	
814	TRILOGIA DA VERGONHA – UM HÍBRIDO DE FAGULHA E ESTOPIM	2017	2018	FMC	R\$ 20.000,00	
815	POÉTICAS AFRO-BRASILEIRAS	2017	2018	FMC	R\$ 30.200,00	
816	UGANGA – SERVUS	2017	2018	FMC	R\$ 20.044,00	
817	1º ENCONTRO DE PERFORMANCE EM FLAUTA DOCE DE UBERLÂNDIA	2017	2018	FMC	R\$ 38.000,00	
818	DE FRENTE PRO JAZZ – 2ª EDIÇÃO	2017	2018	FMC	R\$ 38.000,00	
819	O CANTO DO SABIÁ - Itinerante	2017	2018	FMC	R\$ 37.351,00	
820	III FESTIVAL UBERLÂNDIA TEM CHORO	2017	2018	FMC	R\$ 38.000,00	
821	3ª MMUSIC.A CEMCPC – MOSTRA DE MÚSICA E ARTES DO CONSERVATÓRIO ESTADUAL DE MÚSICA CORA PAVAN CAPPARELLI	2017	2018	FMC	R\$ 38.000,00	
822	A IDENTIDADE E A CIDADE	2017	2018	FMC	R\$ 15.000,00	
823	CANTIGAS DE ORIXÁ: PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO SOBRE MUSICALIDADE E RELIGIOSIDADE AFRO-BRASILEIRA	2017	2018	FMC	R\$ 35.777,00	
824	RUVER: PERDIDO NAS SOMBRAS	2017	2018	FMC	R\$ 4.995,00	
825	PROJETO ACIDENTAL	2017	2018	FMC	R\$ 27.300,00	
826	TEATRO CIRCULADÔ	2017	2018	FMC	R\$ 31.500,00	
827	2º MINAS – ENCONTRO DE MULHERES PALHAÇAS DE UBERLÂNDIA	2017	2018	FMC	R\$ 32.000,00	
828	NEMPALAVRAS NEMCOISAS (UM RIO) CIRCULA PELOS BAIRROS	2017	2018	FMC	R\$ 36.000,00	

829	REVISTA DE ARTE E CULTURA DE UBERLANDIA	2017	2018	IF	R\$ 26.000,00
830	ARTE EM TRÂNSITO	2017	2018	IF	R\$ 36.000,00
831	CONTÉM ARTE	2017	2018	IF	R\$ 50.500,00
832	TRAKINAGEM – MOSTRA DE CINEMA E EDUCAÇÃO	2017	2018	IF	R\$ 36.000,00
833	HEROI UBZ	2017	2018	IF	R\$ 36.000,00
834	UMA CIDADE EM PRETO E BRANCO	2017	2018	IF	R\$ 36.000,00
835	CIRCO E SORRISOS	2017	2018	IF	R\$ 33.200,00
836	DANÇANDO COM A VIDA	2017	2018	IF	R\$ 26.000,00
837	O CORPO NEGRO NA DANÇA	2017	2018	IF	R\$ 60.000,00
838	EmFate II	2017	2018	IF	R\$ 51.500,00
839	PASSO DE ART NA ESCOLA	2017	2018	IF	R\$ 52.000,00
840	ABEMIGAS	2017	2018	IF	R\$ 26.000,00
841	O MUNDO PELA LITERATURA: TRANSFORMANDO OLHARES E MUDANDO VIDAS	2017	2018	IF	R\$ 26.000,00
842	UBERLÂNDIA – HISTÓRIA, TEMAS E POEMAS	2017	2018	IF	R\$ 34.800,00
843	LAVA -PÉS – CRÔNICAS DO CERRADO POR WILLIAM H STUTZ	2017	2018	IF	R\$ 26.000,00
844	CONCERTOS DE ÓRGÃO DA CATEDRAL DE SANTA TERESINHA	2017	2018	IF	R\$ 26.000,00
845	ORQUESTRA EXPERIMENTAL UBERLANDIA – O.E.U – OFICINAS DE MÚSICA – MANUTENÇÃO 2018	2017	2018	IF	R\$ 60.000,00
846	FESTIVAL TIMBRE – 5ª EDIÇÃO	2017	2018	IF	R\$ 60.000,00
847	2º ENCONTRO DE BATERISTAS DO TRIÂNGULO – SOU MAIS BATERA	2017	2018	IF	R\$ 60.000,00
848	MEMORIAL DE NÓS	2017	2018	IF	R\$ 60.000,00
849	VIII FESTIVAL LATINO AMERICANO DE TEATRO RUINAS CIRCULARES	2017	2018	IF	R\$ 60.000,00
850	MOSTRA NACIONAL DE TEATRO – 7ª EDIÇÃO	2017	2018	IF	R\$ 60.000,00
851	III CENA ANIMADA – FESTIVAL DE TEATRO DE ANIMAÇÃO DO TRIÂNGULO MINEIRO	2017	2018	IF	R\$ 60.000,00
852	EGRÉGORA – A FORÇA DA FLORESTA	2018	2019	FMC	R\$ 20.000,00
853	CONSTRUÇÃO COLETIVA DE MAQUINAS E OS (RE)USOS PARA A “BICI”	2018	2019	FMC	20.000,00
854	DAS PONTES ÀS ILHAS DE OCUPAÇÕES: BARRACÕES ILHADOS	2018	2019	FMC	36.000,00
855	NARRATIVAS DA IMAGEM	2018	2019	FMC	35.912,00

856	ESTÚDIO-PERFORMANCE	2018	2019	FMC	40.000,00
857	EDUCARTE	2018	2019	FMC	32.670,00
858	BORDANDO HISTÓRIAS DE UM CERRADO II	2018	2019	FMC	21.093,52
859	EM TRÂNSITO	2018	2019	FMC	7.425,00
860	JANELA MÁGICA	2018	2019	FMC	36.000,00
861	VERTENTE O SOPRO DO TEMPO	2018	2019	FMC	36.000,00
862	TAMO JUNTO: CONHECENDO O 3º SETOR DE UBERLANDIA	2018	2019	FMC	32.355,00
863	MULTIDÃO EM UM – SEGUNDA TEMPORADA	2018	2019	FMC	44.969,25
864	CENTRO CULTURAL JabotiCasa	2018	2019	FMC	9.990,00
865	PRODUÇÃO DO LIVRO COLETIVO: CULTURA CIENTÍFICA EM UBERLÂNDIA	2018	2019	FMC	17.047,75
866	SORRISO EXPRESSO NO CAMINHO DA ROÇA	2018	2019	FMC	35.000,00
867	PROGRAMA DE FORMAÇÃO CIRCENSE	2018	2019	FMC	36.000,00
868	CONGADO VAI À ESCOLA E A ESCOLA VAI AO CONGADO	2018	2019	FMC	24.700,75
869	DISCÍPULO QUE APRENDE, MESTRE QUE DÁ LIÇÃO	2018	2019	FMC	24.660,00
870	LER IMAGENS – CONTAR HISTÓRIAS. CRÔNICAS DE UMA UBERLANDIA EM PRETO E BRANCO	2018	2019	FMC	20.000,00
871	TERNO DE MOÇAMBIQUE QUILOMBO DOS PALMARES: CULTIVANDO CULTURA	2018	2019	FMC	31.100,00
872	A CAPOEIRA ANGOLA INCLUSIVA COMO FERRAMENTA DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL	2018	2019	FMC	25.372,00
873	DIVERSIDADE CULTURAL E GINGA	2018	2019	FMC	36.000,00
874	A ARTE DE ENSINAR II GRÊMIO RECREATIVO EXTRAVASSA	2018	2019	FMC	25.100,00
875	CELEBRAÇÃO DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA AFRO-RESISTÊNCIA	2018	2019	FMC	36.000,00
876	MOVE-RITMOS URBANOS	2018	2019	FMC	9.781,00
877	CIRCULAÇÃO DA UAI Q DANÇA CIA 2019	2018	2019	FMC	10.000,00
878	5º UDI URBAN – FESTIVAL DE DANÇAS URBANAS	2018	2019	FMC	36.000,00
879	EMFATE II	2018	2019	FMC	40.500,00
880	PARALELA 2019	2018	2019	FMC	36.000,00
881	TRILOGIA DA SEPARAÇÃO	2018	2019	FMC	36.000,00
882	SAMBAÍ	2018	2019	FMC	36.000,00
883	DANÇANDO NA ESTAÇÃO: MINHA VELHA INFANCIA	2018	2019	FMC	37.580,00
884	CONEXÕES ENTRE DANÇA DE RUA E DANÇA CONTEMPORANEA	2018	2019	FMC	36.000,00
885	O LAÇO QUE ABRAÇA – RELATOS DE SOROPOSITIVOS	2018	2019	FMC	10.000,00
886	DE PONTO EM PONTO SE CRIA UM CONTO – ANO II	2018	2019	FMC	10.000,00
887	A PRODUÇÃO LITERÁRIA DOS ALUNOS DA EJA	2018	2019	FMC	22.500,00
888	O RISO E O CÔMICO EM LUIZ ULHÔA EM MEIA DÚZIA DE FAZ-DE-CONTOS	2018	2019	FMC	24.965,00
889	PORTO DE LONJURAS	2018	2019	FMC	24.992,00

890	AS PEÇAS DO GRUPO TEATRAL AMOSTRA	2018	2019	FMC	15.000,00
891	BAGAGEM POÉTICA	2018	2019	FMC	20.000,00
892	REFLEXÃO	2018	2019	FMC	20.000,00
893	AS AVENTURAS DE FLAVILU	2018	2019	FMC	25.000,00
894	HEMATOPOÉTICO	2018	2019	FMC	25.000,00
895	LINHAS DE (RE) EXISTÊNCIAS	2018	2019	FMC	36.000,00
896	CANDOMBLÉ EM CRÔNICAS: LIVRO IMPRESSO E E-BOOK SOBRE O CULTO DOS ORIXÁS	2018	2019	FMC	35.343,00
897	FINALIZAÇÃO DO DISCO AMOR DE AM	2018	2019	FMC	8.500,00
898	'NOT DONE YET – BANDA DEFUZZ	2018	2019	FMC	7.000,00
899	MÉTODO VIOLUARTE DE VIOLA CAIPIRA	2018	2019	FMC	24.645,75
900	CANTIGAS PARA CRIANÇAS SONHAREM E A HUMANIDADE DESPERTAR	2018	2019	FMC	24.730,00
901	MÚSICA DE CÂMARA COM A OPHU	2018	2019	FMC	36.000,00
902	CAMERATA MINEIRA: FORMAÇÃO DE PÚBLICO E DIFUSÃO DA MÚSICA CONTEMPORÂNEA	2018	2019	FMC	36.000,00
903	XVII CONCURSO DE PIANO CORA PAVAN CAPPARELLI	2018	2019	FMC	31.200,00
904	CONCERTOS DE ÓRGÃO DA CATEDRAL DE SANTA TERESINHA	2018	2019	FMC	31.000,00
905	A MAGIA DOS ANOS 80	2018	2019	FMC	40.000,00
906	A FRONTEIRA DO DIVINO – 25 ANOS DA MÚSICA DE CÍCERO MOTA	2018	2019	FMC	36.000,00
907	2º ENCONTRO DE PERFORMANCE EM FLAUTA DOCE DE UBERLÂNDIA	2018	2019	FMC	35.988,00
908	CONCURSO DE CANTO EDMAR FERRETTI	2018	2019	FMC	40.000,00
909	MÚSICA EM AÇÃO: EDIÇÃO SOM NAS PRAÇAS	2018	2019	FMC	44.966,00
910	FESTIVAL DISCO É CULTURA	2018	2019	FMC	45.000,00
911	DE FRENTE PRO JAZZ – 3ª EDIÇÃO	2018	2019	FMC	35.950,00
912	GRAVAÇÃO ÁLBUM DE MÚSICA “PRETA SUSSU ARANA”	2018	2019	FMC	35.980,00
913	4ª MMUSIC. A - MOSTRA DE MÚSICA E ARTE DO CONSERVATÓRIO CAIXA ESCOLAR CONSERVATORIO ESTADUALDE MUSICA CORA PAVAN CAPPARELLI	2018	2019	FMC	36.000,00
914	MEMÓRIA DE VELHOS	2018	2019	FMC	20.000,00
915	LIVRO: A ARTE DO HEAVY METAL DE UBERLÂNDIA	2018	2019	FMC	25.100,00
916	CONEXÃO UBERLÂNDIA – ÍNDIA: SINTONIA CULTURAL	2018	2019	FMC	38.300,00
917	ÁGUA DE BEBER CAMARÁ	2018	2019	FMC	44.314,00
918	VIVA SHOPPING PARK	2018	2019	FMC	22.233,46
919	O DIA DE ALAN	2018	2019	FMC	24.962,60
920	SABINO: MEMÓRIAS DE SOM E FÚRIA	2018	2019	FMC	36.000,00
921	3º MINAS – ENCONTRO DE MULHERES PALHAÇAS DE UBERLÂNDIA	2018	2019	FMC	42.997,51
922	INVESTIGAR, CRIAR, COMPARTILHAR – UMA PROPOSTA DE MONTAGEM DO GRUPO MITO 8 DE TEATRO	2018	2019	FMC	32.000,00
923	ONZE	2018	2019	FMC	25.100,00
924	FALSA CIRCULAÇÃO	2018	2019	FMC	38.856,66

925	IVAN E O PÁSSARO DE FOGO	2018	2019	FMC	36.000,00
926	CHICA PAR(T)INDO	2018	2019	FMC	36.000,00
927	FATU – FESTIVAL DA ASSOCIAÇÃO DE TEATRO DE UBERLÂNDIA	2018	2019	FMC	36.000,00
928	TRAKINAGEM - MOSTRA DE CINEMA E EDUCAÇÃO	2018	2019	IF	38.250,00
929	CATSU – CONVENÇÃO DE ANIMES E TOKUSATUS DE UBERLANDIA	2018	2019	IF	60.000,00
930	FOTO-PERFORMANCE: LABORATÓRIO DE CRIAÇÃO COMPARTILHADA	2018	2019	IF	59.732,00
931	CINEOLHAR 2019	2018	2019	IF	60.000,00
932	PARAÍSO	2018	2019	IF	59.500,00
933	CIRCO E SORRISOS	2018	2019	IF	37.920,00
934	IV EDIÇÃO BELEZA NEGRA: DESPERTANDO TALENTOS 2019	2018	2019	IF	54.880,00
935	FESTIVAL DE CULTURAS POPULARES	2018	2019	IF	60.000,00
936	DANÇAR FAZ BEM	2018	2019	IF	33.400,00
937	ESPETÁCULO ANUAL DE ARTES DA CCAU 2019	2018	2019	IF	25.100,00
938	PRÊMIO DE DANÇA EM 2019	2018	2019	IF	60.000,00
939	PASSO DE ART NA ESCOLA	2018	2019	IF	48.000,00
940	NO MEIO DO NADA: UMA IMENSIDÃO SEM FIM	2018	2019	IF	35.832,00
941	SALAMÊ MINGUÊ: UMA HISTÓRIA PRA VOCÊ	2018	2019	IF	25.100,00
942	PEDAGOGIA DO ENCANTAMENTO	2018	2019	IF	60.000,00
943	IN CANTUS 2019	2018	2019	IF	36.000,00
944	CD BANDA REDSET	2018	2019	IF	36.000,00
945	GRAVAÇÃO FONOGRAMA	2018	2019	IF	36.000,00
946	MÚSICA DE CINEMA	2018	2019	IF	35.500,00
947	ORQUESTRA EXPERIMENTAL UBERLANDIA – MANUTENÇÃO 2019	2018	2019	IF	60.000,00
948	TRAJETÓRIA 15 ANOS BANDA AB'SURDOS	2018	2019	IF	60.000,00
949	FUNDINHO FESTIVAL – JAZZ E BLUES	2018	2019	IF	75.000,00
950	DVD ARTHUR XARÁ “A CASA É O CERRADO”	2018	2019	IF	52.784,00
951	ENCONTRO DE BATERISTAS DO TRIÂNGULO	2018	2019	IF	75.000,00
952	VIOLA INCLUSIVA: TOCAR E DANÇAR	2018	2019	IF	55.712,00
953	MEMORIAL DE NÓS	2018	2019	IF	60.000,00
954	2º SEMINÁRIO DE DIREITOS CULTURAIS	2018	2019	IF	60.000,00
955	LA MOVIDA IN BOX: MICROTEATRO EM UBERLÂNDIA	2018	2019	IF	60.000,00
956	ORPHEU NA ROÇA	2018	2019	IF	56.744,00

Anexo 2. Análises Quantitativas

Tabela A1. Número de Projetos Incentivados pelo PMIC. 2003 a 2017.

Ano	FMC	IF	FMC/IF	Total
2003	11	8	6	25
2004	19	0	10	29
2005	22	15	0	37
2006	20	16	0	36
2007	30	21	0	51
2008	31	24	0	55
2009	34	35	0	69
2010	31	26	0	57
2011	31	32	0	63
2012	32	24	0	56
2013	38	28	0	66
2014	31	33	0	64
2015	39	55	0	94
2016	41	38	0	79*
2017	42	23	0	65
Total	452	378	16	846

* tipo de financiamento não informado para cinco projetos

Tabela A2. Valores incentivados pelo PMIC. 2003 a 2017.

Ano	FMC	IF	FMC/IF
2003	315.850,45	278.588,00	187.158,00
2004	317.737,34	154.236,41	154.236,41
2005	468.803,93	435.000,00	0,00
2006	435.000,00	451.000,00	0,00
2007	589.276,60	547.950,50	0,00
2008	690.000,00	626.000,00	0,00
2009	786.000,00	750.000,00	0,00
2010	838.694,37	807.000,00	0,00
2011	785.500,00	898.500,00	0,00
2012	800.000,00	861.000,00	0,00
2013	900.000,00	913.000,00	0,00
2014	881.000,00	1.015.203,00	0,00
2015	826.989,85	1.973.079,75	0,00
2016	927.930,00	1.685.400,00	0,00
2017	1.065.000,00	1.002.000,00	0,00
Total	10.627.782,54	12.397.957,66	341.394,41

Tabela A3. Quantidade de projetos incentivados no PMIC. 2003 a 2017.

Ano	Concluídos	Não realizados	Em andamento	Total
2003	23	2	0	25
2004	29	0	0	29
2005	36	1	0	37
2006	34	2	0	36
2007	49	2	0	51
2008	51	4	0	55
2009	64	5	0	69
2010	56	1	0	57
2011	61	2	0	63
2012	55	1	0	56
2013	64	2	0	66
2014	63	1	0	64
2015	78	16	0	94
2016	58	22	4	84
2017	43	16	6	65
Total	764	77	10	851